

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E AMBIENTE – IEAA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS - PPGCA**

**ALBANICE DE SOUZA RAMOS**



**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE EDUCADORES DO CAMPO E SUAS  
INFLUÊNCIAS NO PROCESSO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE  
HUMAITÁ-AM**

**HUMAITÁ-AM**

**2019**

**ALBANICE DE SOUZA RAMOS**

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE EDUCADORES DO CAMPO E SUAS  
INFLUÊNCIAS NO PROCESSO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE  
HUMAITÁ-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente da Universidade Federal do Amazonas (IEAA/UFAM), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais. Linha de Pesquisa 2: Sociedade, Biodiversidade e Sustentabilidade do Bioma Amazônico.

Orientador: Prof. Dr. Renato Abreu Lima  
Co-orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eulina Maria Leite Nogueira.

**HUMAITÁ-AM**

**2019**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R175p Ramos, Albanice de Souza  
Percepção Ambiental de Educadores do Campo e suas  
Influências no Processo Educacional no Município de Humaitá-AM /  
Albanice de Souza Ramos. 2019  
136 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Renato Abreu Lima  
Coorientadora: Maria Eulina Leite Nogueira  
Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade  
Federal do Amazonas.

1. Percepção Ambiental. 2. Preservação. 3. Natureza. 4.  
Educadores do Campo. I. Lima, Renato Abreu II. Universidade  
Federal do Amazonas III. Título

**ALBANICE DE SOUZA RAMOS**

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE EDUCADORES DO CAMPO E SUAS  
INFLUÊNCIAS NO PROCESSO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE  
HUMAITÁ-AM**

Dissertação submetida à comissão examinadora do programa de pós-graduação em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Aprovada em 29 de Março de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Renato Abreu Lima  
PPGCA-IEAA/UFAM - Orientador / Membro Titular Interno

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Viviane Vidal da Silva  
PPGCH- IEAA/UFAM - Membro Titular Interno

---

Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba  
PPGE/UNIR - Membro Titular Externo

**HUMAITÁ-AM**

**2019**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico a DEUS, por me proporcionar força e sabedoria, a meus familiares pela compreensão e incentivo para lutar e vencer os desafios que a vida nos impõe.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em especial a DEUS, pelo dom da vida e por me proporcionar forças para superar os momentos difíceis e vencer os obstáculos que surgiram durante todo esse percurso, sem seu amor e proteção não seria fácil suportar e superar todas as dificuldades para concluir mais essa etapa que é muito importante em minha vida.

A instituição de ensino Universidade Federal do Amazonas e ao programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) por me dar a oportunidade de cursar o mestrado em uma área que é de grande interesse para mim e com os conhecimentos sobre meio ambiente adquiridos no decorrer do curso irá contribuir para o bem-estar de todos.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) por disponibilizar bolsa de estudo durante o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos professores e técnicos administrativos de departamento do PPGCA por estarem sempre dispostos a ajudar.

Ao meu orientador Renato Abreu Lima pelos ensinamentos, compromisso e responsabilidade na elaboração deste trabalho, pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

A minha co-orientadora Eulina Maria Leite Nogueira pela paciência, dedicação, interesse e incentivo, pelas contribuições na elaboração da dissertação.

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) por ter autorizado e fornecido os dados documentais necessários para descrição desse estudo.

A direção da Escola Municipal Rural Antonieta Ataíde II pelo acolhimento, confiança e por autorizar a realização desta pesquisa.

Ao corpo docente da Escola Municipal Rural Antonieta Ataíde II por terem se disponibilizado em participar realizando as entrevistas e contribuindo para efetivação desta pesquisa.

Aos colegas do PPGCA pelo companheirismo, pelo conhecimento compartilhado, por estarem sempre me apoiando nas horas difíceis e sanando algumas dúvidas durante esses dois anos de curso.

A minha querida amiga Luciane Rocha Paes pela paciência e pelas grandes contribuições na realização desse trabalho.

Em especial a meu pai Raimundo Ferreira Ramos e demais familiares por terem compreendido minha ausência durante todo período em que estive estudando.

Ao meu esposo Claudenor dos Santos Soares pela atenção, carinho, pelo apoio incondicional, pela paciência e por entender que inúmeras vezes foi necessário estar ausente.

A todos que foram solidários, as pessoas que acreditaram em mim que contribuíram direta e indiretamente para a concretização desse sonho, que será muito importante para minha realização pessoal e profissional. Meus sinceros agradecimentos a todos. Obrigada!

## **RESUMO**

A percepção ambiental é uma atividade mental de interação do indivíduo como meio que pode ser definida como uma tomada de consciência do meio ambiente pelo ser humano. As discussões em torno da percepção ambiental têm se destacado nos últimos anos, ou seja, a forma como o ser humano interage com o mundo depende do seu conhecimento e de sua percepção em relação ao uso que ele faz dos recursos naturais. Este estudo torna-se relevante, pois foi realizada uma investigação sobre a percepção ambiental dos educadores, sua relação com a natureza e como estes trabalham os problemas atuais com seus alunos. Com isso, esta pesquisa teve como objetivo analisar a percepção ambiental de educadores do campo e suas influências no processo educacional, na Comunidade Cristolândia em Humaitá-AM. A referida pesquisa fundamenta-se numa abordagem de cunho qualitativo, cujo método adotado foi a Análise Textual Discursiva. A mesma foi desenvolvida através de uma pesquisa de campo com educadores da escola Municipal Antonieta Ataíde II da rede pública de ensino. Neste sentido, os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com os educadores, além da observação direta que se fez necessária para estabelecer sua relação com as questões ambientais e processos educacionais. Diante da pesquisa de campo com base nas percepções que os professores apresentaram, pôde-se estabelecer três categorias sobre meio ambiente: Meio ambiente, Desenvolvimento sustentável e Educação. Por meio das análises dos dados verificou-se que os educadores apresentam uma visão naturalista, ou seja, percebem o ambiente de forma natural, intocável com toda sua biodiversidade. Contudo, espera-se que os resultados alcançados com esta pesquisa contribuam de forma significativa para a mudança das ações de preservação e conservação do meio ambiente na Comunidade local, onde foram detectados alguns problemas ambientais como falta de saneamento básico e a falta de coleta de lixo. Sobretudo, proporcionando subsídios para que esta veja e sinta a necessidade de preservar o meio ambiente onde se vive e principalmente a importância da mudança de hábitos e atitudes para uma melhor qualidade de vida. Além disso, os resultados desse estudo poderão ser utilizados como embasamento para elaboração de um programa de educação para o desenvolvimento da Comunidade Cristolândia, a fim de propor estratégias para oportunizar o aprimoramento da percepção ambiental dos indivíduos e o desenvolvimento de posturas críticas e éticas e, assim, mudar comportamentos e juízo de valores que conduzam a uma maior conscientização ambiental.

**Palavras-chave:** Percepção ambiental, Preservação, Natureza, Educadores do campo.

## **ABSTRACT**

Environmental perception is a mental activity of interaction of the individual as a medium that can be defined as an awareness of the environment by the human being. Discussions about environmental perception have been prominent in recent years, that is, the way humans interact with the world depends on their knowledge and perception of their use of natural resources. This study becomes relevant, since an investigation was carried out on the environmental perception of the educators, their relationship with nature and how they work the current problems with their students. Thus, this research had as objective to analyze the environmental perception of educators of the field and their influences in the educational process, in the Cristolândia Community in Humaitá-AM. This research is based on a qualitative approach, whose method adopted was Discursive Textual Analysis. It was developed through a field research with educators of the municipal school Antonieta Ataíde II of the public school network. In this sense, the data were collected through semi-structured interviews with the educators, in addition to the direct observation required to establish their relationship with environmental issues and educational processes. Facing the field research based on the perceptions that the teachers presented, it was possible to establish three categories on environment: Environment, Sustainable Development and Education. Through the analyzes of the data it was verified that the educators present a naturalistic vision, that is, they perceive the environment in a natural way, untouched with all its biodiversity. However, it is expected that the results achieved with this research contribute significantly to the change in conservation actions and conservation of the environment in the local community, where some environmental problems were detected such as lack of basic sanitation and lack of garbage collection. Above all, providing subsidies for this to see and feel the need to preserve the environment where one lives and especially the importance of changing habits and attitudes for a better quality of life. In addition, the results of this study can be used as a basis for the development of an education program for the development of the Cristolândia Community, in order to propose strategies for enhancing the individuals' environmental perception and the development of critical and ethical postures, thus, changing behaviors and value judgments that lead to greater environmental awareness.

**Keywords:** Environmental Perception, Preservation, Nature, Field educators.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Estado do Amazonas .....	56
Figura 2: Mapa de Humaitá-AM .....	63
Figura 3: Estrutura Administrativa da SEMED .....	64
Figura 4: Organograma da SEMED .....	65
Figura 5: Escola Municipal Osmarina Melo Oliveira .....	67
Figura 6: Escolas do Campo.....	68
Figura 7: Depósito dos Livros Didáticos .....	71
Figura 8: Vista aérea da comunidade Cristolândia.....	73
Figura 9: Mapa de localização da área de Estudo-Escola Antonieta Ataíde II .....	74
Figura 10: Placa de Inauguração da escola- Escola Antonieta Ataíde II .....	75
Figura 11: Escola Municipal Rural Antonieta Ataíde II .....	76
Figura 12: Local para realização das atividades físicas .....	77
Figura 13: Processo de Análise Textual Discursiva .....	84
Figura 14: Percepção Ambiental dos Professores .....	89
Figura 15: Descarte do Lixo .....	93
Figura 16: Esgoto a céu aberto .....	94
Figura 17: Desmatamento para criação de gado .....	95
Figura 18: Desmatamento para o cultivo de arroz .....	95

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: IDEB .....	58
Quadro 2: Demonstrativo das escolas do Campo .....	66
Quadro 3: Perfil dos professores da escola Municipal Rural Antonieta Ataíde II .....	87
Quadro 4: Atuação dos professores .....	88

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Número de matrículas da Educação básica no Amazonas .....	57
--	----

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AM - Amazônia

ATD - Análise Textual Discursiva

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB - Câmara da Educação Básica

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNEC - Primeira Conferência Nacional de Educação do Campo

EA - Educação Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FNDE - Fundo de Desenvolvimento da Educação

FUNDESCOLA - Programa Fundo de Fortalecimento da Escola

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IERAM - Instituto de Educação Rural do Amazonas

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INPE – Instituto de Pesquisas Espaciais

LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação

MEC- Ministério de Educação

MST - Movimento dos trabalhadores rurais sem terra

ONG - Organização não governamental

PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PEA - Programa Escola Ativa

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar

PNE - Plano Nacional de Educação

PNFC - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PPP - Projeto Político Pedagógico

PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do campo

PROINFO - Programa Nacional de Tecnologia Educacional

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PRORURAL - Programa de Professores Leigos Municipais

QEdU - Qualidade do Aprendizado dos Alunos nas Escolas Públicas e Cidades Brasileiras

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEDUC - Secretaria Estadual de Educação

SEMED - Secretaria Municipal de Educação

TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UNB – Universidade de Brasília

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	20
2.1 MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE: UMA RELAÇÃO DICOTÔMICA .....	20
2.1.1 <b>Relações Homem-Natureza</b> .....	21
2.1.2 <b>Problemática ambiental</b> .....	26
2.2 PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR .....	30
2.2.1 <b>Contextualização teórica sobre percepção ambiental</b> .....	31
2.2.2 <b>Percepção ambiental: relação do homem com o meio ambiente</b> .....	35
2.2.3 <b>Educação Ambiental como proposta de ensino-aprendizagem</b> .....	36
2.3 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO .....	46
2.3.1 <b>Educação do campo no Brasil</b> .....	46
2.3.2 <b>Educação do Campo no Amazonas</b> .....	56
2.3.3 <b>Educação do Campo em Humaitá-AM</b> .....	62
<b>3. DELINEAMENTO DA PESQUISA</b> .....	72
3.1 <b>ÁREA DE ESTUDO</b> .....	72
3.2 <b>SUJEITOS DA PESQUISA</b> .....	78
3.3 <b>TIPO DE PESQUISA E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS</b> .....	79
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	86
4.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE EDUCADORES DO CAMPO EM HUMAITÁ .....	86
4.1.1 <b>Perfil dos entrevistados</b> .....	86
4.1.2.1 Categoria 1 – Meio ambiente .....	90
4.1.2.2 Categoria 2 – Sustentabilidade .....	96
4.1.2.3 Categoria 3 – Educação.....	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	104
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	107
<b>ANEXOS</b> .....	115
<b>APÊNDICE</b> .....	127

## 1. INTRODUÇÃO

O estudo da percepção ambiental de uma comunidade configura-se em uma ferramenta essencial para a compreensão acerca de comportamentos vigentes e para o planejamento de ações que promovam a sensibilização e o desenvolvimento de posturas éticas e responsáveis perante o meio ambiente. O presente estudo, teve por objetivo analisar a percepção ambiental de educadores do campo e suas influências no processo educacional, na Comunidade Cristolândia em Humaitá-AM.

Destacamos que essa pesquisa se configurou, por sua relevância para a comunidade escolar, pois foi possível analisar a práxis que os educadores do campo mantêm com o meio ambiente. Assim, consideramos que uma etapa importante para a conservação da biodiversidade é compreender a percepção ambiental dos educadores que compõe a Comunidade escolar.

Partindo desse pressuposto, a percepção ambiental pode ser definida como uma tomada de consciência, por parte dos indivíduos, sobre o meio ambiente em que se encontram inseridos, aprendendo a respeitar, proteger e cuidar da melhor forma possível (CARVALHO, GIL-PÉREZ, 2011).

Nesse sentido, o estudo sobre a percepção dos educadores do campo em relação ao meio ambiente, ao qual estão inseridos, foi importante para compreendermos como as práticas pedagógicas estão abordando a temática meio ambiente, numa perspectiva de consciência ecológica.

De acordo com Marczwski (2006), a percepção ambiental configura-se como uma ferramenta essencial para a compreensão do comportamento humano em relação ao meio ambiente e para o planejamento de ações que promovam a sensibilização e o desenvolvimento de posturas éticas e responsáveis perante o local em que vivem.

Atualmente, a relação do homem com o ambiente natural é uma preocupação pertinente ao quadro ambiental e social, assim se fez necessário o estudo da percepção ambiental, pois assim será possível a realização de um trabalho partindo da realidade do público alvo, para conhecer como os indivíduos percebem o ambiente em que convivem, suas fontes de satisfação e insatisfação (FAGGIONATO, 2008).

Esta pesquisa propôs reflexões acerca da percepção ambiental de educadores do campo vivenciadas na realidade escolar e na comunidade local, considerando que os aspectos ambientais estão sempre presentes no nosso dia a dia. Diante disso, Faggionato (2008) elucida que a percepção ambiental é o conhecimento ou a tomada de consciência do ser humano no

ambiente em que está inserido e isto não relaciona somente a parte biológica entre si, mas também outras áreas de atuação, como a Psicologia, Geografia, Antropologia e outras Ciências que interagem umas às outras.

Partindo desse pressuposto entendeu-se que há uma relação de saberes entre os educadores do campo com a Comunidade local que está diretamente ligada a educação escolar e as questões ambientais. No entanto, através do processo educativo será possível construir novos conhecimentos onde esses saberes deverão estar voltados para atender às necessidades específicas e contribuir significativamente para o processo de mudança de comportamento das pessoas, despertando assim uma consciência crítica e responsável em relação ao meio ambiente.

Uma vez que a consciência crítica sobre a questão ambiental configura-se em uma perspectiva participativa e sustentável, assegurando o direito das futuras gerações a um ambiente que proporcione melhor qualidade de vida, ou seja, uma postura cidadã comprometida com valores sustentáveis, ecológicos e sociais éticos.

Atualmente, é fato para muitos que o homem é o principal responsável pela destruição ambiental, pois o homem retira da natureza toda a matéria-prima que necessita para a transformação em bens de consumo, sem, contudo, levar em consideração a manutenção dos ecossistemas que mantêm a possibilidade de vida de futuras gerações.

Pode-se afirmar que para assegurar a continuidade da vida humana é necessário manter a natureza com todas as riquezas em sua biodiversidade, o que falta é a conscientização por parte dos indivíduos, pois o homem é visto como principal sujeito na destruição e ao mesmo tempo na construção de mudanças e posturas positivas diante das atitudes que degradam o meio ambiente.

Dessa forma, a sociedade tem passado por um intenso processo de transformação social em virtude do processo industrial, onde os problemas socioambientais têm gerado grandes questionamentos em virtude do alto padrão de consumo que vem degradando o meio ambiente de forma inconsequente.

A percepção ambiental da população de uma determinada região sofre influências do sistema cultural-normativo (normas, valores e de políticas) e do modelo de desenvolvimento definido para a região. Este modelo, assim como a percepção ambiental, interfere na forma como o solo e os recursos naturais são manejados e conseqüentemente na qualidade ambiental e de vida da população.

O agravamento dos problemas ambientais resultantes das atividades humanas na atualidade, segundo Marcondes (2005), aumentou de modo significativo, especialmente a

partir da revolução industrial, quando o homem passou a produzir em grande escala e poluir na mesma proporção.

A natureza apresenta uma riqueza diversificada em seu ecossistema, em virtude disso, são retiradas quantidades expressivas de uma série de materiais, alimentos, recursos e produtos naturais sem o correto manejo de algumas matérias-primas, assim corre-se o risco de tornar estes recursos naturais cada vez mais escassos, uma vez que a natureza não consegue se recompor diante do alto padrão de consumo.

Diante disso, percebe-se que a excessiva exploração da natureza, ou seja, as ações transformadoras do homem sobre o espaço ocasionam muitas consequências prejudiciais ao meio ambiente, resultando assim em: empobrecimento do solo, desigualdades sociais, miséria, contaminação das águas, poluição atmosférica, perda da diversidade biológica, desmatamentos, construção de usinas hidrelétricas, entre outros fatores que contribuirão ou que contribuí para a degradação do meio ambiente.

Nesse sentido, Ventura (2009) afirma que a percepção ambiental supõe a capacidade que o ser humano possui de gerar informações a partir dos impactos ambientais que constituem seu cotidiano e a partir dessa produção, o ser humano conhece seu ambiente e é capaz de, sobre ele, produzir significados e ações. As concepções de natureza variam bastante, pois cada indivíduo tem uma forma particular de conceber o meio ambiente e de compreender as relações que estabelece com ela.

Com isso, o interesse pela temática de estudo surgiu em virtude de experiências vivenciadas a partir do momento em que passei a fazer parte do quadro de professores da Escola Municipal Antonieta Ataíde II e do contato de forma direta com a escola e comunidade local. Nos primeiros contatos com a escola em 13 de março de 2018, percebeu-se que a comunidade Cristolândia apresentava algumas práticas que degradavam o meio ambiente, muitas vezes, provocada pela influência de fatores culturais, como por exemplo, a queima de lixo, desmatamento da floresta para a preparação do roçado e diferentes poluições.

Diante disso, despertou-me a curiosidade em saber qual a percepção dos educadores frente as questões ambientais e como a escola poderia contribuir para uma possível mudança de postura através de suas práxis pedagógicas, fazendo com que os alunos pudessem construir uma percepção ambiental crítica capaz de refletir sobre os efeitos da ação humana sobre o meio ambiente e suas consequências para a vida no planeta Terra.

Assim, como proposta de nortear essa pesquisa foram elencadas as seguintes questões norteadoras: os educadores do campo possuem uma percepção ambiental voltada para a preservação e uso dos recursos naturais de forma sustentável? Os conhecimentos produzidos

na escola podem contribuir para a formação de uma atitude mais responsável com o uso dos recursos naturais?

Assim, os objetivos propostos nesta pesquisa foram:

**Geral:**

Analisar a percepção ambiental de educadores do campo e suas influências no processo educacional, na Comunidade Cristolândia, Humaitá-AM.

**Específicos:**

- Delinear o perfil dos educadores do campo na escola Municipal Rural Antonieta Ataíde II, comunidade Cristolândia, Humaitá-AM.
- Compreender como os educadores do campo trabalham os conteúdos sobre meio ambiente na escola.
- Verificar a percepção ambiental que os educadores do campo apresentam sobre meio ambiente e uso dos recursos naturais.
- Identificar as ações de ensino desenvolvidas pelos professores em relação a preservação do meio ambiente.

Esta pesquisa sobre percepção ambiental com educadores do campo foi o primeiro estudo realizado na Comunidade Cristolândia no município de Humaitá-AM. A mesma poderá promover reflexões e debates sobre a questão ambiental no meio acadêmico, contribuindo para que outros estudantes possam se interessar por essa temática. Nesse sentido, ainda servirá de subsídios para as Secretarias Municipal e Estadual de Educação locais (SEMED e SEDUC) para criação de projetos e elaboração de propostas curriculares voltadas para as escolas do campo, relacionadas com o meio ambiente e sustentabilidade, bem como para nortear outras pesquisas científicas referentes a esse estudo.

A referida pesquisa encontra-se estruturada da seguinte forma: a primeira seção traz uma breve introdução sobre a relevância desta pesquisa, visto que o estudo da percepção ambiental possibilita compreender as inter-relações entre os indivíduos e o meio ambiente. Nesse sentido, destaca-se a justificativa, as inquietações que levaram a investigação proposta e os principais objetivos desse estudo que foi analisar a percepção ambiental de educadores do campo e suas influências no processo educacional, na Comunidade Cristolândia em Humaitá-AM.

A segunda seção apresentada a fundamentação teórica que embasou toda a análise dos dados da pesquisa. Esta seção está subdividida em três grandes tópicos que são: Meio

Ambiente e Sociedade: uma relação dicotômica?; Percepção Ambiental no Contexto Escolar; Breve Histórico da Educação do Campo. Na segunda seção foi realizada uma abordagem sobre a relação Homem-Natureza, destacando os principais problemas ambientais e os contribuem para a destruição do ecossistema natural. Além disso, ressalta a importância do estudo da percepção ambiental no contexto escolar e a relevância da Educação Ambiental no processo de ensino-aprendizagem do ser humano. Contudo, destaca-se ainda nesta seção o contexto histórico da Educação do Campo no Brasil, com ênfase na Educação do Campo no Amazonas e no município de Humaitá-AM.

A terceira seção é denominada de delineamento da pesquisa, nesta seção abordaremos todo percurso metodológico para a efetivação dessa pesquisa, ou seja, são descritos passo a passo os principais instrumentos utilizados para a coleta de dados. Além de descrever o tipo de pesquisa, possibilita conhecer detalhadamente a área de estudo.

A quarta seção trata da percepção ambiental de educadores do campo em Humaitá-AM delineando o perfil dos entrevistados e analisando a percepção ambiental de educadores e suas influências no processo educacional. Nesta seção são apresentados os Resultados e Discussão dos dados coletados durante o procedimento de pesquisa de campo. Os resultados foram organizados o que nos permitiu fazer uma comparação embasada no conhecimento teórico apresentado por autores da área que discutem sobre Percepção Ambiental e Meio Ambiente, estes embasamentos teóricos contribuíram para ampliar os estudos sobre o referido tema proposto nesta pesquisa. Diante dos dados analisados foi possível realizar a sistematização sobre a percepção ambiental que os professores entrevistados apresentaram.

Concluindo a pesquisa, temos as considerações finais sobre o estudo realizado com os professores da escola Municipal Rural Antonieta Ataíde II; as principais referências bibliográficas com base em autores que estudam a percepção ambiental que contribuíram para ampliar os conhecimentos sobre o objeto de estudo; os anexos e apêndices que tratam das documentações exigidas pelo programa de pós-graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) pela UFAM, para a realização da pesquisa.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE: UMA RELAÇÃO DICOTÔMICA?

Nesta seção abordaremos a relação existente entre sociedade e meio ambiente, buscando identificar como ocorre os processos de intervenção do homem na natureza, visto que esse é um tema bastante relevante na atualidade, pois a ação humana se destaca como um dos principais fatores que contribuem para a degradação ambiental. Neste contexto, discute-se a importância da conscientização dos indivíduos para que possamos possibilitar a formação de atitudes críticas capazes de cooperar para a conservação e preservação do planeta Terra com toda sua biodiversidade, minimizando assim os impactos sobre o meio ambiente.

Uma vez que essa temática se relaciona ao Meio Ambiente e que nesse contexto definiu-se como título "Meio Ambiente e Sociedade: uma relação dicotômica?", dessa forma, pretendeu-se fazer um comparativo sobre o desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e atitudes referentes à preservação e conservação para a melhoria da qualidade ambiental com o intuito de expandir essa relação para a escola, uma vez que a aprendizagem será mais eficaz se a atividade estiver ajustada às situações da vida real da cidade, ou do meio em que vivem educando e educador.

Quando se realiza uma pausa para se analisar a relação que existe entre o meio ambiente e a sociedade, percebe-se que não existe uma separação entre ambas. Isso se deve ao fato da sociedade como um todo ser dependente diretamente de recursos naturais, desde alimentos básicos, vestimentas até a moradia. Tendo em vista tamanha necessidade dos meios naturais, o ser humano tem cada vez mais se dedicado a conhecer tais recursos, afim de explorá-los, tendo como foco ainda a sua respectiva preservação e conservação.

Diante deste, fica explícito que este contato entre a humanidade e o meio ambiente é constante e imutável, onde o ser humano vem cada dia mais buscando formas de proteger e ampliar a utilização de tais fontes. Na última década, por exemplo, veio se intensificando os estudos da implementação de plantas em terapias naturais, tendo por fatores influenciadores a potencialização econômica e social, as quais implicam diretamente no desenvolvimento de novas práticas na saúde pública, tendo como consequência uma melhoria de vida (LÔBO, 2010).

Pode-se destacar que os recursos naturais quando implementados em áreas como medicina, terapêutica e condimentar, se destacam por sua rica composição química, a qual se diferencia de outros recursos pelo fato de sofrerem poucas alterações fisiológicas diferenciando-se de produtos com alto teor de modificação química. Logo, se faz necessário

maiores estudos, afim de diminuir a taxa de utilização destes produtos modificados por novas soluções ecologicamente mais eficientes.

Conforme Zuanazzi (2010) ao analisar diversos trabalhos científicos que estão interligados a este tema, tendo sido possível observar a incorporação de novas tecnologias, verifica-se um crescente interesse quanto a utilização de produtos de origem vegetal a fazer parte de seu portfólio de produtos. Enquanto que na área da agricultura, Cainelli (2014) destaca ainda que as substâncias químicas naturais encontradas em plantas possuem papel significativo no futuro do controle de pragas. Muitas pesquisas têm sido focalizadas em plantas que apresentam metabólitos secundários que afetam processos biológicos dos insetos, incluindo comportamento alimentar, oviposição e reprodução.

Sendo assim, se faz necessário implementar recursos ofertados pelo meio ambiente na sociedade, direta ou indiretamente, sendo notório que tal relação de consumo e preservação se faz necessária para melhoria na qualidade de vida humana. O ser humano precisa desenvolver novos e maiores conhecimentos acerca da natureza em si, observando a importância da mesma. De Oliveira (2002) afirma a tal ponto de vista ao afirmar que a sociedade tem vivido uma série de problemas que envolvem seu modo de relacionar com a natureza no processo de produção e reprodução do espaço geográfico, nos conduzindo a pensar a natureza hoje, e a forma como o homem se relaciona com ela no contexto do modo de produção capitalista, nos remete ao passado, na ânsia de compreender as mudanças que se processaram no modo da sociedade pensar, interagir e produzir a natureza.

### **2.1.1 Relações Homem-Natureza**

Nos primórdios atuais, o relacionamento da humanidade com a natureza, teve início com um mínimo de intervenção nos ecossistemas, tem hoje culminado numa forte pressão exercida sobre os recursos renováveis naturais. Atualmente, são comuns a contaminação dos cursos de água, a poluição atmosférica, a devastação das florestas, a caça indiscriminada e a redução ou até mesmo a destruição dos habitats, além de muitas outras formas de agressão ao meio ambiente (LIMA, 1998).

Levando em consideração esta questão ambiental, o tema a ser abordado refere-se ao Meio Ambiente e Sociedade, uma vez que a questão ambiental tem sido parte integrante no currículo ministrado nas escolas de uma forma geral. Além disso, entender o ambiente em que vivemos é parte imprescindível de cada cidadão respeitando assim os seus limites e possibilidades do uso desses recursos. Nas escolas, por meio dos educadores, existe a possibilidade de sensibilizar para posterior conscientização dos educandos e estes repassarem

as informações a seus lares da consciência e da importância de se preservar o espaço em que se vive (TUAN, 2012).

Sob este aspecto, a escola é o ambiente de desenvolvimento da consciência crítica das pessoas, para que possam agir na sociedade, modificando o meio ambiente, sem ocasionar maiores prejuízos ao planeta Terra, comprometendo o bem-estar das próximas gerações. A escola tem por função a formação das pessoas para que estas integrem em uma sociedade organizada pensando e praticando a proteção dos ecossistemas. Assim, para que a sociedade modifique o meio em que vive com consciência, torna-se imprescindível trabalhar a questão ambiental na esfera do ensino-aprendizagem tanto dentro como fora da sala de aula.

Nesse sentido, os problemas considerados referem-se principalmente a falta de consciência de uma parcela dos educandos e por consequência de sua família, acabando para a reflexão da sua postura perante o meio em que vive, uma vez que, a mudança de hábitos, atitudes, postura dos educandos e de sua família diante da realidade em que vivem devido à falta de consciência é um dos problemas enfrentados pelos educadores (REIGADA; REIS; 2004).

Deste modo, a Educação Ambiental (EA) é fundamental para à formação do cidadão, portanto, a educação deve ser trabalhada como mecanismo de igualdade de oportunidades a todos, pois através do processo de ensino-aprendizagem, há uma possibilidade maior na contribuição para aumentar atitudes de cuidado com o meio onde se vive, proporcionando oportunidades de obtenção de conhecimentos, valores, atitudes e empenho ativo de proteger e melhorá-lo da melhor forma possível para que as futuras gerações possam usufruir com equilíbrio (LOUREIRO et al., 2012).

As ações realizadas com a finalidade de atingir um bem individual podem ser consideradas um mal porque em alguns casos estarão indo contra um bem objetivo que atende o bem comum. Há ainda aqueles que não se manifestam, nem contribuindo com a preservação e nem destruindo a natureza diretamente, apenas consomem e não se sentem responsáveis pela poluição ambiental ou pela destruição dos biomas brasileiros. De acordo com a ideia de que todos devem participar para a construção do bem comum, aquele que se mantém alheio à problemática ambiental contribui com a destruição do meio como atualmente ele se apresenta, por não realizar nenhuma ação que preserve a natureza e comungar de benefícios trazidos pela sua destruição (CAMARGO, 2005).

Refletir sobre a questão ambiental é uma ação emergencial, pois a atual configuração física e social em que o nosso planeta se apresenta é resultado do modo como a humanidade se vê e se relaciona com o meio ambiente.

Atualmente, as questões ambientais estão associadas ao desenvolvimento da civilização, às crises sociais, econômicas e políticas, desse modo, a degradação do meio ambiente deixa de ser apenas um problema relativo à natureza e ganha a dimensão de um problema socioambiental. Leff (2007, p.61) explica que é visível a relação entre o desenvolvimento da civilização e os problemas ambientais.

A problemática ambiental – a poluição e degradação do meio, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos – surgiu, nas últimas décadas do século XX, como uma crise de civilização, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominantes.

Com base na fala do autor, a problemática ambiental ocasionou mudanças globais que comprometem a manutenção de diversos sistemas socioambientais, prejudicando assim a sustentabilidade do planeta, considerando que essa situação está intimamente vinculada ao modo como se compreende e se estabelece uma relação entre as ações humanas e a natureza.

A longo prazo, até mesmo aquele que se beneficiou da destruição ambiental terá seus prejuízos econômicos, sociais e culturais porque a ausência de uma consciência coletiva não isentará os indivíduos de sofrer os efeitos de suas ações. A falta da percepção em relação aos problemas locais pode levar a consequências para toda a humanidade, tais como: a falta de saneamento básico de uma pequena comunidade podem ocasionar graves problemas para uma grande cidade ou um grande estado, pois as ações individuais com fins subjetivos podem beneficiar momentaneamente alguns indivíduos, mas se cada um apenas se concentrar em ações que satisfaçam suas necessidades e lhes traga apenas o bem subjetivo, sofrerá também consequências que lhe trarão um mal irrevogável (TRÊS; REIS; SCHLINDWEIN, 2011).

Dessa forma, é função da escola estabelecer com os alunos as metas e objetivos que devem ser atingidos, atitudes que devem ser tomadas com precisão, ações que devem ser realizadas e aplicadas para sanções, a partir de uma postura crítica e inovadora do aluno para que este seja o construtor ou o transformador da sociedade, está mais justa, igualitária e ambientalmente protegida para todos.

O meio ambiente é definido como tudo que faz parte do universo, e da vida, no mundo humano, vegetal, mineral, e nas relações entre si. O ser humano é parte desse meio e depende dele para viver. A morte do planeta Terra poderá causar a morte da humanidade. É urgente cuidá-lo com comportamentos, atitudes, valores, costumes e novas relações positivas dos humanos com a natureza, uma vez que a degradação do meio ambiente é cada vez maior. Para compreender a questão ambiental, é necessário ter uma visão holística e não considerar o meio ambiente como um objeto exterior ao homem, mas o espaço onde ele é agente integrado a uma rede de relações naturais, sociais e culturais (BATTESTIN et al., 2015).

As diversas classes sociais devem ter suas ações centradas em fins que beneficiem a todos, porque embora se perceba que os menos favorecidos economicamente sofrerão mais com as consequências da problemática ambiental, como a falta de água, águas contaminadas, falta de energia e de alimentos e o surgimento de endemias e pandemias, os mais favorecidos economicamente também sofrerão as consequências do meio ambiente, porque o mundo é uma grande localidade que sofre consequências das ações individuais.

As catástrofes ambientais, atualmente, poderão ocorrer e atingir em grandes e ricas metrópoles, assim como nas pequenas comunidades pobres, trazendo problemas sociais e econômicos para todas as classes sociais. As transações comerciais e financeiras estão vinculadas, na maioria das vezes, nas relações sociais e culturais, portanto, nesta grande cadeia global as consequências que poderão ser visíveis para todos os envolvidos é a falta de comprometimento com a natureza que será inevitável para todos.

Pereira; Szlafsztein (2015) citam que a região Sul Ocidental da Amazônia no Brasil registrou numerosos eventos hidroclimáticos extremos que são a origem de desastres naturais, mas poucos trabalhos os analisam na escala de bacias hidrográficas, sendo identificados 17 anos com variações hidrológicas extremas, 104 registros de desastres associados ao incremento e à intensa redução das precipitações com mais de 400.000 pessoas afetadas e danos materiais, ambientais, sociais e econômicos acima 450 milhões de reais. As áreas mais ameaçadas apontadas no estudo são os municípios de Rio Branco (AC) e Boca do Acre (AM), situadas na região do alto curso da bacia do rio Purus, e que registram as maiores populações da bacia.

No contexto amazônico, por exemplo, se destaca como principais problemas ambientais: o desmatamento que acarreta danos irreparáveis para o ecossistema, ou seja, ocasiona a extinção de várias espécies animais e vegetais; o comércio ilegal de madeiras, onde os madeireiros se instalam em determinados locais para realizar a extração das árvores de grande e médio porte que serão comercializadas de forma clandestina, além disso as árvores menores são destruídas em virtude das derrubadas das árvores maiores, fato que impede o desenvolvimento e crescimento de outras espécies de vegetais; queimadas ilegais são realizadas para a abertura de pastagens para o gado e também para o cultivo da produção agrícola, especialmente para o cultivo das soja; o garimpo que ocorre forma ilegal também causa sérios danos a população ribeirinha e conseqüentemente ao meio ambiente, pois o uso das máquinas causa o aumento da erosão do solo, além disso, o mercúrio utilizado pelos garimpeiros além de contaminar a água ocasiona a morte de peixes e outros animais. Esses

são os principais fatores que contribuem para o desequilíbrio do ecossistema na região (PEREIRA; SZLAFSZEIN, 2015).

De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2012) o ano em que houve maior índice de desmatamento na floresta amazônica foi no ano de 1995 em que 29.059 km<sup>2</sup> foram desmatadas, sendo considerado como recordista em desmatamento o estado do Pará. Em 2014, o instituto informou que ocorreu uma redução de 18% na taxa de desmatamento na Amazônia.

Logo, perceber a questão ambiental como um problema que deve ser enfrentado por todos têm sido um dos grandes desafios da sociedade moderna que, embora sofra com as consequências desse processo destrutivo iniciado a partir das ações do homem sobre o planeta Terra e do processo evolutivo biológico, ainda não adquiriu uma consciência mundial disposta a mudar hábitos e costumes em prol do bem comum da humanidade e da preservação e conservação de todas as espécies viventes em nosso planeta (GONÇALVES, 2001).

Se a ética é um princípio norteador importante para analisarmos os problemas de existência humana, ela é fundamental para a práxis coletiva. Conforme Giacóia (2001) a responsabilidade é uma das mais importantes contribuições que a Filosofia contemporânea oferece para a reflexão dos problemas éticos emergentes com a escalada planetária da técnica e da crise ecológica.

Contudo, os conflitos entre os homens, caracterizados por um complexo sistema econômico, ambiental, político e social, geram contradições globais em meio a tantas diferenças que podem ser presenciadas cotidianamente. É através destas contradições que o ser humano deverá refletir sobre sua importância como um sujeito que faz parte do meio. A reciprocidade é fundamental para esse processo de relações, conservações, preservações e perpetuações para a vida humana.

Diante de tantas relações existentes ecologicamente, uma das mais discutidas e estudadas com o passar dos anos é a relação entre o homem e a natureza, tendo em vista que desde os primórdios da humanidade, o ser humano têm sua racionalidade o mesmo tem utilizado diversos meios naturais a fim de garantir sua sobrevivência. De Oliveira (2002) afirma tal concepção ao afirmar que a natureza está no homem e o homem está na natureza, onde o homem é produto da história natural e a natureza é condição concreta, então, da existencialidade humana.

Para Saviani (2015) o que diferencia homem dos demais animais, é que os animais em geral se adaptam à realidade natural tendo a sua existência garantida naturalmente, o homem

necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la.

Com tal mudança, o homem passou a explorar as fontes de recursos próximas a si, porém sem ter consciência de que alguns recursos eram finitos. Assim, foram desencadeados os desaparecimentos de espécies de animais, plantas, dentre outros. Dessa forma, com tal notoriedade o homem passa a buscar compreender o porquê daquela mudança e como evitá-la.

Logo, o homem passou a estimular formas de combater escassez vindouras, como foi no caso a descoberta da agricultura, onde as pessoas começaram a perceber que ao lançar sementes em determinada terra, ali cresceriam novas plantas, assim possibilitando um novo ciclo de colheita. Outra forma foi quando o homem começou a observar que existia um período de reprodução dos animais, a fim de que os mesmos mantivessem sua espécie. Contudo, o homem passou a desenvolver em si um senso racional de tudo ao seu redor, não sendo mais um ser irracional, mas racional em diversas áreas, como a relação ecológica existente entre ele e a natureza em si, tornando a mesma equilibrada e eficaz.

Segundo Dos Santos (2017) percebe-se que as transformações do ambiente em espaços de disputas econômicas e exploratórias, sem perspectivas que sustentabilidade, estão cada vez mais incidentes no mundo.

Tal análise a respeito do passado histórico desta relação existente entre natureza como fonte de recursos naturais e o homem como extrativista dos mesmos, nos conduz em verificar a importância de conhecer a natureza em si e os recursos desta utilizados, tendo em vista que o homem vem desenvolvendo-se mais a cada dia que passa.

De Oliveira (2002) implementa que diante da crise ecológica, é necessário parar e repensar a forma como está estruturada e como funciona a sociedade contemporânea, tendo em vista que é necessário avaliar o modo atual como é gerida a natureza, o modo de produção e de consumo, os meios de produção, o modo de vida, as técnicas aplicadas, a tecnologia utilizada e a Ciência a seu serviço, no sentido de reaproximar o homem da natureza. Assim, o mesmo deve não somente extrair os mesmos recursos, e sim analisar formas sustentáveis de obter tais fontes visando consequentemente manter um ciclo, através de processos de manutenção dos mesmos.

### **2.1.2 Problemática ambiental**

A temática da questão ambiental está numa crescente crise há anos, pois cada vez mais se objetiva o desenvolvimento político, social e econômico respaldado pelas atitudes

ambientalmente corretas. Pois, com o atual avanço da globalização, onde praticamente todo o planeta está interligado, seja por mídias convencionais ou inovadoras, ou ainda por meio de redes de conhecimento, também se faz obvio que as crises ou problemáticas apresentadas passam a ser globais (MARION, 2013).

Dessa forma, a problemática atual e a crise ambiental na qual vivemos, não há de se esquecer que como o meio ambiente é algo finito, mesmo que estejamos evoluindo na preservação e conservação. Portanto, que a economia e a política, por exemplo, que não necessariamente andam ao mesmo passo internacionalmente, mas de maneiras similares sejam atuantes do ponto para melhorar a qualidade ambiental para os seres humanos.

Na atualidade globalizada, as questões problemáticas que se desenvolvem como crises, envolvem um todo. Não há como se falar em economia sem relacioná-la com a política e vice-versa, tão pouco tratar destas sem abordar o aspecto social do fato em questão. Não é diferente no tocante a área ambiental, pois esta se inter-relaciona sistemicamente com as questões de interesses particulares se sobrepondo sobre os públicos, o consumismo exacerbado da sociedade (CENCI, 2011).

Acerca disso muito bem preceitua Leff (2003), ao compreender que a crise ambiental é a crise do nosso tempo, uma vez que o risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Esta crise se apresenta a nós como um limite no real que re-significa e re-orienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade social. Mas também crise do pensamento ocidental: da “determinação metafísica” que, ao pensar o ser como ente, abriu a via da racionalidade científica e instrumental, que produz a modernidade como uma ordem coisificada e fragmentada, como forma de domínio e controle sobre o mundo.

Se os riscos tecnológicos e a abordagem da sociedade de risco auxiliam na contemporânea ideia de crise ambiental, trabalha-se com o ideário que os mais perigosos pontos são aqueles fatos criados pelo ser humano a fim de produzir facilidades que seriam por este comercializadas. Resta evidente, portanto, que na ânsia produtivista quem gera – e vende – a crise é o ser humano. E, quando tratamos de crise ambiental, não podemos esquecer que a sociedade se encontra numa teia que se interliga internamente em diversos pontos, sistemicamente.

Independente da denominação do atual quadro de insustentabilidade ambiental, social e econômica, discutir e analisar a realidade atual relativa aos problemas ambientais é imprescindível para se alavancar soluções. Todas as possibilidades de análise devem ser

consideradas e agregar um maior nível de seriedade e complexidade a temática em questão (AVILA; LINGNAU, 2015).

Dados estatísticos confirmam que nunca antes na história da humanidade houve um crescimento tão significativo no número de habitantes no mundo. A população mundial cresceu espantosamente onde já somos mais de 7,2 bilhões de pessoas a habitar o planeta. O crescimento apresentou maior expressão entre 1950 e 2005, onde o crescimento exponencial foi de 4 bilhões de pessoas, passando de 2,5 bilhões para 6,5 bilhões. Tais constatações estão na base das discussões acerca da capacidade de suporte da população (HOGAN, 1993).

E, atualmente, de acordo com o crescimento exponencial a população mundial tenderá a crescer ainda mais, pois quanto maior o número atual de habitantes no mundo, maior será o número de habitantes no futuro, pois os números atuais crescerão exponencialmente. Caso não ocorra algo que mude essa realidade como, por exemplo, um crescimento significativo nos índices de mortalidade, a previsão é de que até o fim desse século a população mundial alcance a casa dos 8 a 10 bilhões de pessoas (MILLER, 2013).

A preocupação a esse crescimento diz respeito à utilização dos recursos naturais do planeta Terra. Sabendo-se que a população mundial se apresenta dividida entre pobres e ricos, habitantes de países desenvolvidos e em desenvolvimento, podem-se questionar quais dessas populações mundiais estaria causando maiores danos à natureza. Algumas pesquisas relacionam o avanço da crise ambiental aos altos índices de consumo por parte dos que possuem maior poder aquisitivo (AVILA; LINGNAU, 2015).

Pode-se afirmar que o homem desde o período da colonização, extrai recursos da natureza para manter sua sobrevivência, no entanto, o aumento da população trouxe sérias consequências para o meio ambiente, ou seja, a exploração dos recursos naturais passou a ser realizada em grande escala e sem nenhum planejamento adequado.

Como mencionado anteriormente, na Amazônia são muitos fatores que contribuem para a degradação ambiental, assim percebe-se que muitos fazendeiros e algumas famílias não utilizam os recursos naturais de forma correta o que tem provocado problemas graves como; o surgimento de doenças; maior quantidade de lixo; contaminação dos rios; falta de saneamento básico; alteração nas mudanças climáticas dentre outros. Assim, é necessário haver intervenção do poder público para que novas medidas sejam adotadas para minimizar esses impactos causados pela ação humana no ambiente amazônico e no contexto em geral.

Ao tratar dos modos de intervenção do Estado na área ambiental, Godard (2000) sugere que há uma orientação puramente liberal, em que não há preocupações em compensar as deficiências do mercado e, sim, uma relativização e agravamento dessas deficiências. Para

o autor, propor que diversos atores possam participar nas políticas públicas, em uma espécie de arena, ainda que em condições desiguais de participação, traz dois tipos de problemas: a fragmentação e setorialização da ação administrativa, compensadas de forma insuficiente pelos mecanismos de coordenação e de integração, e a inadequação da organização territorial, envolvendo tipos de recortes territoriais, repartição de responsabilidades entre eles e definição das relações entre os diferentes níveis, face ao projeto de uma gestão integrada dos recursos e dos meios naturais.

De uma forma geral, a biodiversidade existente no Brasil tem sido reduzida devido a vários impactos oriundos de transformações na natureza, sendo que a maioria tem sido realizada por obras humanas. Com base em tal análise, e no fato do território brasileiro ser imensamente rico em sua fauna e flora, pôde-se observar que tais transformações no equilíbrio ambiental podem causar efeitos múltiplos, sendo alguns até irreversíveis.

De acordo com Faria (2018) a questão acerca da sustentabilidade deixou de ser apenas tema de estudos acadêmicos para ser uma exigência da sociedade como um todo. Porém, para que seja possível obter um desenvolvimento sustentável, os comportamentos econômicos, de forma mais direta na produção e no consumo, terão que ser revistos. Condutas mais adequadas e equilibradas dessas atividades deverão ser adotadas.

Ao avaliar o atual cenário ecológico, tendo por foco o Brasil, são visíveis as diversas transformações que o ambiente vem sofrendo, assim tendo como consequência drásticas mudanças no meio como um todo. Devido os diversos biomas encontrados em todo território brasileiro, o mesmo tem sido foco de estudos científicos, afim de explorar e conhecer mais profundamente os recursos disponíveis, sendo destaque mundialmente devido as constantes descobertas e implementações de novos conhecimentos obtidos por meio dos mesmos. Assim, se faz notória a relevância de preservar esses ecossistemas.

Nesse sentido, é indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos, para expandir as bases de uma opinião pública bem informada e propiciar uma conduta dos indivíduos, das empresas e da coletividade, inspirada no sentido da responsabilidade quanto à proteção e melhoria do meio ambiente em todas as dimensões humanas (DIAS; DIAS, 2017).

Porém, o que têm sido mais comum é a ocorrência de várias formas de degradação do meio ambiente e si, sendo estas realizadas através de impactos causados pelos seres humanos e sua prepotência, onde o mesmo acaba visando apenas formas de lucrar e gerar renda, sem se importar com o que está sendo perdido ou destruído para alcançar suas metas. Como é o caso de diversas áreas que tem sido degradadas para extração de madeira; outras regiões sendo

totalmente transformadas em pastos para a criação de gado. Na Amazônia, por exemplo, o desmatamento tem gerado transformações ambientais, que incluem a degradação do solo, alterações na disponibilidade de água e até mudanças no clima, que podem levar a fortes implicações negativas na produção agrícola e na garantia da segurança alimentar (LAWRENCE; VANDECAR, 2014).

Tais impactos não afetam somente momentaneamente o sistema ecológico, mas em sua totalidade causa mudanças em todos os seres vivos presentes em tais regiões. Essas ocorrências geram alterações no equilíbrio, como no habitat dos seres vivos, conduzindo ainda a uma alteração na cadeia alimentar; sendo ainda causador de perdas de espécies que eram nativas de tal região e que durante queimadas acabam sendo extintas. Ao dar ênfase às plantas, pode-se analisar que muitas nem foram preservadas para estudos futuros, sendo assim perdidas fontes de conhecimento e talvez novas descobertas.

Os elementos da natureza, as riquezas naturais, as matérias-primas passaram a ser "recursos naturais" que devem ser utilizados para a reprodução ampliada do capital, mas, ao mesmo tempo, têm de ser preservadas, sem contradições e conflitos, pois tudo se resolverá no futuro. As riquezas naturais são mercadorias desde o advento do capitalismo, porém a mercadificação atinge novas dimensões, em especial com a hegemonia do pensamento neoliberal, a financeirização da economia (RODRIGUES, 2017). Logo, se faz necessário destacar e trazer à tona a importância de se combater tamanhas devastações causadas pelo homem à natureza, este que por sua vez tem apenas como foco obtenção de poder monetário.

O ser humano deve ser reeducado, uma vez que tem se perdido em seus próprios interesses, e conduzido a um pensar evoluído e não egocêntrico, no qual ele possa observar toda a complexidade do ambiente em que está inserido, sendo relevante destacar e enfatizar a importância de se preservar o meio ambiente, em toda sua totalidade. Os estudos da fauna existente desencadeiam justamente maior conscientização, tendo por consequência o desenvolvimento de um senso crítico e corretamente ecológico na humanidade.

## 2.2 PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Neste tópico trata-se da contextualização teórica da percepção ambiental no contexto escolar bem como a importância da EA. Faremos uma breve análise sobre a percepção objetivando compreender os fatores que levam os indivíduos a apresentarem comportamentos diferentes em relação ao meio ambiente, visto que essas ações estão diretamente ligadas as percepções que cada ser humano possui em relação ao meio em que vive.

### 2.2.1 Contextualização teórica sobre percepção ambiental

Vive-se numa sociedade capitalista onde o consumismo dos dias atuais tem ocasionado várias consequências negativas tanto para o homem, como para a sociedade e o meio ambiente.

As discussões em torno das questões ambientais têm sido consideradas cada vez mais urgentes, ou seja, a forma como o ser humano interage com o mundo depende do seu conhecimento e de sua percepção em relação ao uso que ele faz dos recursos ambientais.

Em virtude disso, autores como Faggionato (2007, 2008, 2016) e Leff (2003) passaram a realizar pesquisas referentes aos processos mentais relacionados a percepção, ou seja, buscando meios para compreender quais os fatores que levam os indivíduos a apresentarem percepções e comportamentos diferentes em relação ao meio ambiente.

Nesse sentido, Faggionato (2008) afirma que as interações entre ser humano e o ambiente estão diretamente relacionadas às percepções, aos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo. Desse modo, o estudo da percepção ambiental é essencial para a compreensão das inter-relações entre ser humano, ambiente e cultura, suas expectativas e condutas.

A percepção ambiental é uma atividade mental de interação do indivíduo com o meio, e ocorre através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos. Os mecanismos perceptivos são dirigidos por estímulos externos, captados pelos cinco sentidos. Os cognitivos são aqueles que compreendem a contribuição da inteligência, pois a mente não funciona apenas a partir dos sentidos e nem recebe as sensações passivamente. Existem contribuições do sujeito ao processo perceptivo, incluindo motivações, humores, necessidades, conhecimentos prévios, valores, julgamentos e expectativas. Assim, a mente, de forma contínua, organiza e representa a realidade percebida através de esquemas perceptivos e imagens mentais, com atributos específicos (MARCZWSKI, 2006).

Para Marin (2008), a percepção tem sua origem do latim *perception*, sendo definido, em linhas gerais, como o ato ou efeito de perceber; a combinação dos órgãos sensoriais no reconhecimento de um objeto ou conjunto de elementos do ambiente, recepção de um estímulo, sensação, intuição, ideia, imagem e representação intelectual.

Ainda convém lembrar que o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância na relação homem-natureza, pois possibilita ao homem a auto compreensão sobre os problemas ambientais, visto que é necessário conhecer e perceber as relações entre os grupos humanos e os ambientes naturais, assim a partir do momento que se conhece a

realidade, torna-se possível buscar soluções que venham minimizar os impactos ambientais que são resultados da própria ação humana.

Conforme relata Sato (2002), a percepção é importante para a construção e a formação de novos valores e condutas no espaço educacional, pois na compreensão da percepção ambiental dos atores sociais é possível conhecer e/ou identificar aspectos relacionados às relações: Homem-Sociedade-Natureza.

Todavia, é através da construção da consciência ambiental que o indivíduo pode tornar-se um ser consciente quanto às questões ambientais e em virtude disso busca equilíbrio em ações e atitudes positivas que irão contribuir para a conservação e a preservação do meio ambiente, em benefício da saúde e do bem-estar de todos. Leff (2001, p. 21) diz que “na história humana, todo saber, todo conhecimento sobre o mundo e sobre as coisas tem estado condicionado pelo contexto geográfico, ecológico e cultural em que produz e se reproduz determinada formação social”.

A observação da natureza é um fator muito importante quando se pretende trabalhar a percepção ambiental, principalmente das relações entre os seres humanos e os meios físicos e biológicos. Todavia, é através do estudo da percepção ambiental que podemos identificar as formas precisas em que a EA poderá sensibilizar, conscientizar e trabalhar conjuntamente as dificuldades que os sujeitos-atores possam vir a ter quando forem apresentadas às questões ambientais (STRANZ, 2002).

Segundo Macedo (2000, p. 69) a percepção ambiental é considerada uma forma que possa despertar a conscientização do indivíduo em relação às realidades ambientais observadas. O conhecimento é um importante aspecto na compreensão da interação homem-natureza, fazendo-se então necessário o desenvolvimento do aprendizado que envolva elementos de ordem científica, ética e estética, e que essa interação seja explicitada e favoreça a conscientização ambiental, estimulando ações relativas à conservação da natureza.

Conforme os pensamentos de Rosa; Silva (2002) a percepção ambiental pode ser definida pelas formas como os indivíduos veem, compreendem e se comunicam com o ambiente, considerando-se as influências ideológicas de cada sociedade. As respostas ou manifestações decorrentes desse contexto são resultados das percepções individuais e coletivas, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa.

Palma (2005) relata que podemos também conceituar a percepção ambiental, como a capacidade de perceber o meio ambiente no meio em que nos encontramos, isto é, como aprendemos a cuidá-lo e protegê-lo da maneira mais adequada possível.

Explorar e usufruir o meio ambiente são práticas do ser humano que busca prover os seus desejos, as suas necessidades, mas é necessário que se reflita criticamente sobre as consequências destas atitudes, especialmente em longo prazo, pois as nossas ações no meio ambiente construído ou natural podem afetar seriamente a qualidade de vida de gerações futuras.

Desde a década de 1970 os movimentos entorno da diminuição dos impactos ambientais vem ganhando força, ou seja, cada vez mais o meio ambiente sofre de forma direta ou indiretamente com nossas ações, visto que são ações influenciadas por fatores socioeconômicos, políticos, sociais e culturais, que estão relacionados a insatisfação das pessoas em relação ao seu padrão de vida.

Logo, a percepção ambiental pode ser utilizada para avaliar a degradação ambiental de uma determinada região ou comunidade local (FERREIRA, 2001). Mediante a isso, compreende-se que cada pessoa percebe o meio, reage e responde de forma diferenciada, pois as respostas e manifestações são resultantes das percepções individuais.

Pode-se afirmar que para manter a continuidade da vida humana é necessário manter a natureza com todas as riquezas na sua biodiversidade, o homem faz parte da natureza e quando ele a destrói está se destruindo também, contudo, há necessidade de mudança nesta forma de pensar e agir.

Dessa maneira, torna-se imprescindível que as escolas de educação básica ofereçam atividades voltadas à EA, pois esta fornece os meios de percepção e compreensão de vários fatores que interferem na qualidade do ambiente como um todo.

O pensamento crítico revela que o olhar perante a sociedade não pode ser apenas superficial, a educação surge como uma fonte transformadora dessa realidade onde o homem busca satisfazer suas necessidades acarretando assim sérios problemas ambientais.

Desse modo, o trabalho proposto pelos educadores dentro de uma instituição de ensino deverá proporcionar aos alunos conhecimentos relacionados com a prática da tomada de consciência e ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida. Contudo, é necessária a compreensão da totalidade do ambiente o que nos permite trabalhar a EA de forma transdisciplinar reunindo assim conhecimentos multidimensionais, visando sempre soluções para combater os problemas ambientais.

Nesse sentido ressalta (PINHÃO; MARTINS, 2012):

Há uma necessidade de conscientização das pessoas em relação à problemática ambiental e as escolas são chamadas a contribuir nessa questão por meio de atividades voltadas a EA através das orientações contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente - Saúde, referente às quatro primeiras

séries da Educação Fundamental, que tem como objetivo auxiliar o professor no andamento de seu trabalho.

Com base na fala do autor a consciência ambiental se dá a partir do momento em que percebemos o meio à nossa volta, ou seja, quando entendemos as relações existentes entre os seres humanos e o universo. Nesse sentido, por meio da EA, a escola deve trabalhar com temas transversais como meio ambiente por exemplo, visando contribuir para a ampliação do conhecimento ambiental, em que o indivíduo seja capaz de estabelecer um pensamento crítico e contribuir para a construção de um ambiente mais saudável que possa garantir a qualidade de vida dos indivíduos.

Segundo Jacobi (2003), a EA é base fundamental para que ocorra uma modificação da crescente degradação socioambiental, através de uma intervenção entre culturas, comportamentos e interesses de grupos sociais para que ocorram as mudanças desejadas. Ela assume um papel transmutador, onde os indivíduos se tornam responsáveis a fim de promover o desenvolvimento sustentável.

O processo de ensino-aprendizagem voltado para as questões ambientais é de suma importância, pois, pode contribuir a transpor a enraização da cultura de degradação ambiental, assim, a educação pode e deve vir contrapor o pensamento inconsciente do uso indiscriminado dos recursos naturais renováveis e não renováveis, dentro de um círculo vicioso de degradação e evitando um possível colapso ambiental, que seria a falta dos recursos naturais necessários para a permanência do ser humano ao seu habitat natural no planeta Terra.

Sendo assim, a escola é um espaço de construção e formação de conduta social e humana, onde se encontra todas as formas de expressão cultural e social advinda da sociedade como se fosse um reflexo subjetivo das ações humanas, a sociedade exercendo uma forte influência sobre a estruturação educacional.

Segundo Jacobi (2003), a escola é a única estrutura capaz de poder mudar os paradigmas sociais, libertar o sujeito do senso comum alienado, para o sujeito reflexivo e crítico das práticas sociais. Diante disso, a escola é um espaço de construção de cidadania onde se pode ressignificar pedagogicamente a sensibilidade humana para a mudança positiva da realidade.

### **2.2.2 Percepção ambiental: relação do homem com o meio ambiente**

As discussões em torno da percepção ambiental têm se destacado nos últimos anos, ou seja, a forma como o ser humano interage com o mundo depende do seu conhecimento e de sua percepção em relação ao uso que ele faz dos recursos ambientais.

Ainda convém lembrar que o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância pois possibilita ao homem a autocompreensão sobre os problemas ambientais, visto que é necessário conhecer e perceber as relações entre os grupos humanos e os ambientes naturais, assim a partir do momento que se conhece a realidade torna-se possível buscar soluções que venham minimizar os impactos ambientais que são resultados da própria ação humana.

O atual quadro socioambiental das sociedades contemporâneas revela que o impacto do homem sobre o meio ambiente tem resultado em consequências cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos (JACOBI, 2011).

Nesse sentido, é importante que haja um equilíbrio entre o ser humano e a natureza, visto que a sobrevivência dos seres vivos depende dos recursos naturais, visto que esses materiais são retirados de forma excessiva sem nenhum controle, fato que acaba acarretando na escassez de alguns recursos que na maioria das vezes não conseguem se recompor diante do alto padrão de consumo ocasionado pela sociedade, assim torna-se necessário refletir sobre essas práticas manejo para que ela ocorra sem causar tantos impactos negativos ao meio ambiente.

Contudo, vivemos em uma sociedade capitalista onde o consumismo desenfreado causado pela ação humana traz sérias consequências para a sociedade em geral, pois o homem com o seu egoísmo objetiva apenas lucro, esquecendo que além da produção de riquezas o desenvolvimento sustentável acaba por destruir o planeta Terra.

De acordo com o artigo 225 da Constituição Federal: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações”. (BRASIL, 1988, p. 170).

O conceito de percepção ambiental, como o próprio nome já diz, se refere a capacidade de percepção do meio em que nos encontramos, aprendendo assim a cuidar e proteger este ambiente da maneira mais adequada possível, diante disso, a temática ambiental tem se tornado um assunto comum e prioritário em todos os aspectos da sociedade.

Ressalta-se que a exploração do meio ambiente é uma prática do ser humano que busca prover os seus desejos, suas necessidades, porém é preciso refletir sobre as

consequências destas atitudes, é claro que, estas manifestações pessoais são frutos de suas percepções que se dão por meio de processos cognitivos e julgamentos que cada ser apresenta, por isso, é importante que todos tenham o despertar de uma consciência crítica e responsável em relação ao meio ambiente, visando assim uma melhor qualidade de vida para todos.

Partindo desse pressuposto, a percepção que temos é que ao longo do tempo, a evolução da humanidade acarretou uma série de problemas de cunho socioambiental, ou seja, a exploração dos recursos naturais se intensificou bastante em virtude dos processos industriais e do desenvolvimento de novas tecnologias, desse modo, são extraídos uma série de materiais, alimentos, recursos e produtos naturais em grandes quantidades, gerando assim impactos negativos que afetam diretamente a natureza e conseqüentemente no modo de vida da sociedade em todos os aspectos, sejam eles políticos, econômicos, culturais e sociais.

Diante de tantos impactos ambientais emergem a necessidade de defender o meio ambiente, ou seja, desenvolver algumas atitudes que possam contribuir para diminuir o acelerado ritmo de destruição dos recursos naturais, buscando novas técnicas de solução para os problemas ambientais, visto que, é necessário mudanças de comportamentos tanto na forma de agir como de pensar em relação a natureza, somente a partir de novas reflexões será possível buscar alternativas que possam conciliar na prática a conservação da natureza com a qualidade de vida dos indivíduos.

Todavia, é por meio do estudo da percepção ambiental que o indivíduo pode torna-se um ser consciente quanto as questões ambientais e em virtude disso buscar equilíbrio em ações e atitudes positivas que irão contribuir para a conservação e a preservação do meio ambiente, em benefício da saúde e do bem-estar de todos.

### **2.2.3 Educação Ambiental como proposta de ensino-aprendizagem**

Atualmente, a EA, tem sido tema de grandes discussões, visto que esta é uma condição necessária para modificar o quadro crescente de degradação socioambiental, porém não é suficiente, se converte em mais uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para as transformações desejadas, onde os sujeitos agem de forma irresponsável.

Neste contexto, a EA necessita ser pensada de forma consciente, onde as pessoas precisam através da prática educativa serem reeducadas em relação as suas atitudes em relação a preservação do meio ambiente. Assim, escola exerce um papel de grande importância na vida do ser humano, pois é por meio da educação que adquirimos

conhecimentos que irão contribuir para mudanças de posturas éticas perante a sociedade, ou seja, a escola é um espaço de construção e formação da conduta social humana.

Sendo assim, a educação, enquanto prática social ampla, constitui-se na formação da consciência político-cultural referenciada, crítica e autocrítica para a comunidade, uma conquista dos direitos e deveres pela dignidade de vida e do bem-estar de todos (CARNEIRO, 2007).

Com base neste autor, a escola é vista numa perspectiva capaz de proporcionar uma mudança de mentalidade agindo de forma coletiva e individual para minimizar esses impactos que são causados pela ação humana. Nesse sentido, entende-se que a educação contribui para a construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado, visto que é necessário adotar novas posturas em relação aos grandes desafios e ações voltadas para a melhoria das condições de vida, principalmente quando se refere ao meio ambiente.

Diante disso, a EA tornou-se uma temática importante no contexto escolar, reconhecida pelo MEC como tema transversal no currículo do ensino básico. De acordo com a Lei nº 9.795/99 a EA “é um componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo formal e não formal” (BRASIL, 1999, p. 1).

A EA desempenha uma função importantíssima na construção de valores, conceitos e atitudes que contribuem para que a relação homem-natureza ocorra de forma responsável e consciente, é claro que, a escola sozinha não é suficiente para mudar o mundo, mas é condição necessária para que isso aconteça. Contudo, fica evidente a necessidade de educar os indivíduos para que hajam de modo responsável, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro das próximas gerações. “A EA é citada como um dos elementos mais críticos para que se possa combater com mais rapidez a degradação da biosfera” (LEFF, 1999, p. 113).

A EA, em suas diversas possibilidades, abre espaço para repensar práticas sociais e o papel dos professores como mediadores e transmissores de conhecimentos que são necessários para que os alunos adquiram uma base adequada de compreensão essencial do meio ambiente global e local, da interdependência dos problemas e soluções e da importância da responsabilidade de cada um para construir uma sociedade planetária mais equitativa e ambientalmente sustentável (JACOBI, 2003).

Dessa maneira, a EA possibilita a construção do pensamento crítico consciente que fomenta uma nova postura do homem perante o meio ambiente que ele está inserido, ou seja, o homem passa a ter a percepção que pode manter uma relação positiva com os bens

existentes na natureza e mais, consegue construir pontes entre os seus interesses comerciais e o extrativismo sustentável, a EA possibilita a sensibilização coletiva e busca de soluções possíveis perante os problemas ambientais existentes na sociedade contemporânea.

De acordo com o entendimento apresentado por (LEFF, 2006, p.113):

[...] a questão ambiental é derivada da produção de um conhecimento que tem racionalidade ambiental própria e que visa a reapropriação social da natureza por parte dos indivíduos com uma mudança de postura e adoção de uma nova ética comportamental, que poderá ocorrer por meio do desenvolvimento da EA no ambiente escolar[...].

Nesse sentido, torna-se imprescindível de que as escolas de educação básica ofereçam atividades voltadas à EA, uma vez que o meio ambiente e a saúde são temas transversais impostos pelo governo, a serem trabalhados em sala de aula, porém, para inseri-la como transversal em todos os níveis e modalidades, é necessário que os professores levem em consideração todos os aspectos que envolvem a relação homem/natureza que, de acordo com Sauv  (2005), corresponde as diferentes formas de compreender o meio ambiente.

Destaca-se a importância de qualificar os professores para que estes venham atuar com alunos que apresentam diferentes percep es em rela o aos recursos naturais. O professor deve estar preparado para enfrentar as adversidades locais, buscando sempre se atualizar e qualificar para que assim possa contribuir com saberes que irão possibilitar aos alunos agir de forma consciente.

Conforme Tristão (2004), os professores de áreas diferentes da Geografia e Ciências que não estejam ligados a EA, não estão preparados para tratar essa temática e acabam por deixar a responsabilidade desse trabalho para os professores dessas disciplinas.

O pensamento crítico revela que o olhar perante a sociedade não pode ser apenas superficial, a educa o surge como uma fonte transformadora dessa realidade onde o homem busca satisfazer suas necessidades acarretando assim sérios problemas ambientais.

A leitura de mundo deve ser considerada fundamental para o ato da reflexão e o poder da criticidade sobre a realidade, possibilitando-a em novos olhares, uma vez que refletir sobre o meio ambiente   poder ver que a realidade vivida pela sociedade nem sempre   a realidade desejável e considerada positiva,   entender que novos caminhos podem também ser trilhados como op o de melhoria,   se perguntar por que as situa es acontecem da forma que acontecem e se podem mudar para melhorar,   ter a sensibilidade questionadora dos atos e fatos consequentes da sociedade.

Conforme Silva (2010), a EA aparece como uma ferramenta de técnicas e métodos para contribuir para a forma o consciente do cidadão, capacitando-o e sensibilizando-o para

a utilização dos recursos naturais de forma que não destrua o meio ambiente, permitindo a preservação para as gerações futuras.

Diante disso, necessita-se pensar na EA, de forma que esta venha atender nossas necessidades, sendo importante frisar a sustentabilidade ambiental, abrangendo todos os setores da sociedade seja ele econômico, político e social, para que assim possa proporcionar qualidade de vida.

Nesta perspectiva, Dias (2004, p.523) afirma que a EA é:

Uma ferramenta que contribuirá significativamente para o processo de conscientização permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem novos conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros.

Entende-se que a EA surgiu como um elemento essencial para a transformação da consciência ambiental, capaz de despertar mudanças na forma de pensar e agir frente aos problemas que envolvem o meio ambiente, afetando assim a vida do ser humano e conseqüentemente colocando em risco o ecossistema terrestre.

Desse modo, a EA tornou-se um componente importante para se repensar as teorias e práticas que fundamentam as ações educativas, quer nos contextos formais ou informais, deve ser interdisciplinar, orientado para solução dos problemas voltados para realidade local, adequando-os ao público alvo e a realidade dos mesmos, pois os problemas ambientais de acordo com Dias (2004) devem ser compreendidos primeiramente em seu contexto local, e em seguida ser entendida em seu contexto global.

Nesse contexto, as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola devem estar direcionadas para a formação de sujeitos responsáveis, de ações e de cidadãos conscientes sobre seu papel na sociedade, uma vez que essa temática ambiental, por sua vez, traz uma nova perspectiva sobre o ato de se poder pensar sobre tudo o que está sendo feito agora sobre as conseqüências do ato da ação, refletir e entender para que fins as situações são feitas e quais são as justificativas, uma visão profunda sobre os sistemas são objetivos da EA.

Na ótica da modernização reflexiva, a EA tem de enfrentar a fragmentação do conhecimento e desenvolver uma abordagem crítica e política, mais reflexiva. Portanto, a dimensão ambiental representa a possibilidade de lidar com conexões entre diferentes dimensões humanas, possibilitando entrelaçamentos e trânsitos entre múltiplos saberes.

Atualmente, o desafio de fortalecer uma educação para a cidadania ambiental convergente e multirreferencial se coloca como prioridade para viabilizar uma prática

educativa que articule de forma incisiva a necessidade de se enfrentar concomitantemente a crise ambiental e os problemas sociais.

De acordo com Leff (2001, p.15):

A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases de produção.

Pode-se entender, a partir da fala de Leff (2001), que a construção do ser ecologicamente correto é primeiramente vinculado pela essência na reconstrução na autonomia do pensamento ecológico contrapondo o pensamento de uso irracional do recurso ambiental por meio do sujeito reflexivo, que busca a intervenção positiva sobre a modificação no paradigma da degradação através dos novos valores sociais democráticos, oriundos da educação reflexiva que tem como valor essencial a cidadania e o pensamento crítico, democratizando o uso dos recursos econômicos e ao mesmo tempo buscando soluções sustentáveis para o uso da riqueza natural, exercendo assim um papel social relevante para a mudança necessária na prática no uso do recurso ambiental.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Meio Ambiente (1997, p.21):

A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de procedimentos. E esse é um grande desafio para a educação. Gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes, participação em pequenas negociações são exemplos de aprendizagem que podem ocorrer na escola.

A escola não é apenas um espaço para aprender sobre as disciplinas de português e matemática, a escola é um espaço de construção e formação de conduta social humana, na escola encontra-se todas as formas de expressão cultural e social advinda da sociedade como se fosse um reflexo subjetivo das ações humanas, pois esta exerce uma forte influência sobre a estruturação educacional, porém a escola é a única estrutura capaz de poder mudar os paradigmas sociais, libertar o sujeito do senso comum alienado, para o sujeito reflexivo e crítico das práticas sociais, a escola é um espaço de construção de cidadania aonde pode-se ressignificar pedagogicamente a sensibilidade humana para a mudança positiva da realidade.

Para o PCN-Meio Ambiente (1997, p.31):

Considerando a importância da temática ambiental, a escola deverá, ao longo das oito séries do ensino fundamental, oferecer meios efetivos para cada aluno compreender os fatos naturais e humanos referentes a essa temática, desenvolver

suas potencialidades e adotar posturas pessoais e comportamentos sociais que lhe permitam viver numa relação construtiva consigo mesmo e com seu meio, colaborando para que a sociedade seja ambientalmente sustentável e socialmente justa; protegendo, preservando todas as manifestações de vida no planeta; e garantindo as condições para que ela prospere em toda a sua força, abundância e diversidade.

Somente através dos processos educativos pode haver a mudança do sujeito de senso comum para o sujeito crítico e reflexivo. A possível relação existente entre cidadania, meio ambiente e conhecimento não vem à tona de maneira gratuita ou naturalmente através do desenvolvimento capitalista. Emerge no discurso e na prática como construção histórica, ou seja, como saber intelectual elaborado pela reflexão a partir dos desafios que a prática social vem enfrentando.

Outro aspecto importante dentro desta discussão é que a EA está diretamente ligada a questão do saber ambiental, sendo assim verifica-se que o desenvolvimento do pensamento crítico que culmine com ações de cidadania pode ser desenvolvido através dos processos educativos dentro do espaço escolar.

O meio ambiente está ameaçado pelo resultado das construções e degradações produzidas pelas ações humanas, dentro de todo o contexto histórico social desde os primórdios do homem até os dias de hoje, chegando a uma grande degradação ambiental por meio do uso excessivo e indevido dos recursos ambientais.

Além disso, o objeto de estudo está amparado em diversas leis, pois os temas transversais são relevantes para o processo de conscientização dos seres humanos em relação ao meio ao qual estão inseridos. A Resolução nº 2, de 15 de Junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior, sempre reconhecendo em todas as suas etapas e modalidades a importância e a obrigatoriedade da inserção da EA na educação nacional (BRASIL, 2012).

O sistema de ensino deve primar em desenvolver programas e projetos ou processos educativos que promovam o desenvolvimento do pensamento crítico e da cidadania. Existem inúmeros exemplos de motivos para se abordar a temática ambiental nas escolas. Em meio a contemporaneidade, as palavras mais faladas até mercantilizadas nos meios de comunicação e mídia são: meio ambiente, ecologia, sustentabilidade, consumo consciente, porém o que se vê mesmo é uma grande degradação ambiental, culturalmente fortificada por uma explosão do consumo excessivo que por sua vez remete na cadeia produtiva havendo o uso degradante dos

recursos naturais como minério, rios, mares e florestas como se esses recursos naturais fossem renováveis de forma tão rápida quanto o consumo.

É importante salientar que o saber ambiental pode e deve ser desenvolvido nas escolas como forma de desenvolvimento da criticidade e reflexão nos alunos na construção da postura cidadã. A contribuição da EA nas escolas pode gerar a busca por políticas públicas participativas e democráticas. A reinvenção da cidadania é fator essencial a construção democrática.

Nesta perspectiva, a definição de EA é dada segundo a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, em seu artigo 1º como os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A EA está voltada para os direitos sociais visando que uma democracia se concretize dentro de uma lógica voltada para a cidadania ambiental, que significa a consciência harmoniosa do homem com a natureza, levando como princípio os interesses coletivos de bem-estar, a construção do pensamento crítico social, que viabiliza a consciência de que os recursos naturais precisam ser utilizados de maneira democrática e consciente sempre propondo alterações eficientes nas quais esses recursos não sejam degradados rapidamente como vem ocorrendo neste século.

Nesse sentido, a EA tem como finalidade proporcionar a inter-relação das capacidades humanas dentro de uma perspectiva que ofereça melhorias qualitativas tanto para a sociedade quanto para o ambiente.

A EA visa desenvolver características essenciais para a construção do cidadão com pensamento reflexivo perante a sociedade que está inserida. É necessário que haja uma mudança dentro do processo de aprendizagem dentro da própria cultura de degradação. Deve existir a busca inerente de mecanismos eficientes para combater a degradação ambiental culturalmente existente nos dias atuais dentro do contexto social do aluno, levando em consideração o uso dos recursos naturais essenciais para a existência do homem nas próximas gerações.

Para construir no sujeito uma conduta questionadora e crítica é preciso criar um espaço paralelo de pensamento lógico e eficaz sobre atos e consequências dentro do que está sendo proposto, considerando a formação de valores humanos, dentro da postura social e cultural. Todo esse processo dialógico é essencial para o desenvolvimento do pensamento

crítico, dentro da própria subjetividade do ser, considerando o espaço para a autonomia do olhar superficial e profundo sobre as ações existentes.

Portanto, a construção de valores ambientais, sociais e culturais são essenciais para a formação cidadã do sujeito, e a complexidade desses fatores precisam partir do compromisso da escola para com seus alunos e para a sociedade, assim promovendo de maneira democrática a prática necessária das boas condutas para as futuras gerações da sociedade.

Desse modo, é na escola que os indivíduos aprendem a pensar coletivamente seja para a produção de bens sociais ou democráticos, independentes de qualquer situação, todos tem direitos e deveres e que para se manter uma sociedade justa é preciso responsabilidade social e ambiental, além disso, escola tem ainda a função de mobilizar o aluno para mudanças positivas no futuro, em relação aos erros que se observam atualmente.

Além disso, compreende-se que a EA não é tarefa de um único campo do conhecimento e sim, técnica que associa a Psicologia com a Sociologia e a Ecologia, além de outras ciências, auxiliando na compreensão das expectativas e satisfações e insatisfações da população em relação ao ambiente em que vive e no reconhecimento dos fatores que afetam a qualidade de vida ou o bem-estar social. As sensações é que remetem às qualidades, às impressões dos objetos com significados e valores (MELAZO, 2005).

Sendo assim, a escola passar a ser vista como principal agente de transformações, atitudes e valores, pois através do conhecimento adquirido temos a consciência de que é preciso conservar e respeitar o patrimônio cultural e natural onde vivemos.

No entanto, a EA se destaca como um dos caminhos viáveis, pois, como processo educativo que tem como meta gerar a sensibilização quanto à problemática ambiental, aspirando modificar a percepção ambiental da sociedade atual, de maneira a formar cidadãos críticos, dinâmicos, afetivos (CAPRA, 1996).

Assim, torna-se imprescindível que os educadores tenham essa concepção do ambiente para que possam trabalhar de forma mais adequada com seus alunos, evitando equívocos no processo educativo fato que na maioria das vezes passam despercebidos nas escolas.

O professor deve trabalhar a EA de forma coletiva, em que o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino/aprendizagem, os mesmos devem participar ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais e buscar soluções, visto que estes podem ser agentes transformadores de sua própria realidade.

Partindo desse pressuposto, o educando através de sua aprendizagem sobre o meio ambiente é capaz de desenvolver habilidades, atitudes e mudanças de hábitos, condizentes ao

exercício da cidadania podendo assim ter uma convivência harmoniosa com o ambiente em que se vive.

Contudo, a escola deve favorecer aos alunos um ambiente apropriado para refletir e discutir sobre a importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo. Segundo Costa (2002, p.35), “se devemos mudar pela educação, a primeira coisa que precisamos fazer é capacitar o professor que é o principal agente dessa mudança”.

É necessário que cada aluno desenvolva suas potencialidades e que cada um adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a construção de uma sociedade socialmente mais justa e digna em um ambiente saudável. Sendo assim, para que isso ocorra, a EA deve ser abordada de forma sistemática, continuada e transversal, em todos os níveis de ensino, assegurando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos das diversas disciplinas e das atividades escolares.

De acordo com Gadotti (2002, p.12);

É necessária “uma pedagogia apropriada a esse momento de reconstrução paradigmática, apropriada à cultura da sustentabilidade e da paz”. Ainda segundo o autor, é preciso saber pensar a realidade; saber aprender; educar os sentimentos; compreender que somos interdependentes; educar na direção de novos valores como a simplicidade, a solidariedade, a ética, a paz e o ativismo político. Assim, ao abordar o tema EA no contexto escolar, impõe-se abrir espaço para se falar, principalmente, na importância da educação como um todo, na formação do cidadão.

Diante do atual quadro de degradação ambiental em que o planeta terra se encontra, necessitamos de um novo paradigma que seja fundamentado em uma visão sustentável, ou seja, é necessário um processo de conscientização ecológica visto que, nossas ações interferem diretamente na natureza e que necessitamos dela para nossa sobrevivência. A relação existente entre homem-natureza que deve ser repensada de modo que possamos garantir uma relação harmoniosa com o universo, sendo que, a formação da consciência será possível por meio da Educação.

A Ecopedagogia pode ser entendida como um movimento social e político que visa o desenvolvimento de estratégias e propostas concretas para que haja uma re-educação em relação as ações e atitudes humanas, capaz de promover a aprendizagem a partir das vivências cotidianas, ela emerge como uma proposta pedagógica democrática e solidária.

Os estudos baseados na Ecopedagogia visa despertar nos cidadãos a consciência planetária de que todos integram um mesmo ambiente, que todos necessitam dele, portanto, para conviverem de forma responsável e sustentável, é necessário se reeducar, pois a interação

humana tem interferido de forma negativa no meio ambiente, gerando assim graves problemas ambientais.

Em consequência disso, faz-se necessário pensar em como trabalhar com o tema Meio Ambiente dentro da escola. Nesse sentido, uma das primeiras leis que cita a EA é a Lei Federal Nº 6938, de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente. Esta lei aponta a necessidade de que esta seja oferecida em todos os níveis de ensino. Por isso,

Foi muito importante a inserção da EA nos PCNs, mostrando uma visão integradora e transformadora, mas, metodologicamente, ainda falta uma indicação menos compartimentada dos conteúdos das diversas áreas de conhecimento o que poderia levar a uma mudança das práticas pedagógicas em EA.  
(SOUZA, 2004, p. 24).

Os objetivos da EA, segundo Dias (2004) é fomentar a consciência dos cidadãos; dar conhecimento, para que o mesmo possa trabalhar-la no seu cotidiano; comportamento, estar envolvido em interesses voltados a prática Ambiental; habilidades, que tenha habilidades em identificar os problemas e causas e a participação, que o cidadão participe ativamente das resoluções, planos e projetos da EA no seu cotidiano social.

A lei 9.795/99 estabelece em seu artigo 4º os princípios básicos da EA, sendo eles:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo.
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.
- III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambiente.

De acordo com a Lei 9.795/99 em seu artigo 50 os objetivos fundamentais da EA são:

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;
- III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do país, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (BRASIL, 1999), locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (BRASIL, 1999).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Nº 9394, de dezembro de 1996, reafirma os princípios definidos na Constituição com relação à EA, sendo esta considerada na concepção dos conteúdos curriculares de todos os níveis de ensino, sem constituir disciplina específica, implicando desenvolvimento de hábitos e atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza, a partir do cotidiano da vida, da escola e da sociedade.

O ensino da EA tem que ser desenvolvido como uma prática para a qual todas as pessoas envolvidas estejam preparadas. Não basta apenas que seja acrescentada como uma disciplina ou realizada como um projeto momentâneo, mas como prática que precisa estar interligadas ao nosso cotidiano.

### 2.3 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Realizaremos um breve histórico sobre a educação do campo no Brasil destacando os principais movimentos sociais que marcaram as trajetórias de lutas dos trabalhadores do campo, sua concepção educacional e sua visão de mundo, adaptada e adequada às condições do meio rural e entendida, a partir desse pressuposto, como instrumento capaz de libertar a classe trabalhadora da exploração a que está submetida, provendo assim o acesso ao saber aqueles que foram de alguma forma excluídos, pela sociedade capitalista. Assim, ressalta-se os desafios e as conquistas que ocorrem até os dias atuais. Contudo, foi possível entender como acontece o processo de educação do campo Amazonas e compreender como é ofertado o atendimento as escolas do campo no município de Humaitá-AM.

#### 2.3.1 Educação do campo no Brasil

A educação do campo no Brasil é marcada por uma série de lutas e movimentos sociais que visa uma reforma na prática educativa, ou seja, uma educação adequada às condições do meio rural capaz de atender as necessidades das classes de trabalhadores rurais ou até mesmo libertá-los da exploração a que estão submetidos.

O termo Educação do/no campo traz sentidos diferentes. Nesse sentido, a Educação no Campo é aquela ofertada pelo Estado no meio rural, porque o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive. Enquanto que a Educação do Campo é aquela pensada pelos camponeses, decorrentes das suas lutas sociais, pois “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas

necessidades humanas e sociais”, portanto é uma educação implícita no contexto da formação humana com princípios emancipatórios (CALDART, 2000).

Diante das conquistas decorrentes dos movimentos sociais, propôs-se uma nova forma de ensinar e aprender de acordo com cultura e a realidade do homem do campo, onde muitos trabalhadores que foram excluídos da sociedade capitalista puderam ter acesso ao ensino.

Na concepção de Souza (2014, p.101) os camponeses eram vistos pelos olhares burgueses como “atrasados, ignorantes, sem higiene, estereótipos que permanecem até os dias de hoje.” A educação não era para todos, e esse motivo dava a oportunidade para as classes burguesas afirmar que os camponeses não tinham possibilidade de progresso, ou seja, era um obstáculo para avanços.

A conquista da educação para a população do campo passou por um processo lento, visto que até 1759, somente uma pequena parcela da sociedade tinha o acesso ao ensino, sendo que mulheres e escravos, não tinham o direito à escolarização.

Durante o século XIX do Brasil Império até o início da República, as ações desenvolvidas pelo governo não abordavam a educação rural em sua constituição. O descaso por parte dos governantes com relação à educação dos camponeses se dava em virtude do Brasil ser um país politicamente agrário com sua economia baseada no latifundiário e no trabalho escravo.

Em 1930, surgiram ideias inovadoras com o Movimento dos Pioneiros da Educação Nova. O processo de ensino abordava tanto as elites quanto a população pobre da área urbana e rural. Nesse sentido, pela primeira vez as escolas do campo receberam um olhar diferenciado considerando as características peculiares da vida do campo.

Segundo Calanzas (1993, p.18), essa nova concepção buscava uma nova escola, ou seja,

Uma escola rural típica, acomodada nos interesses e necessidades da região a que fosse destinada [...] como condição de felicidade individual e coletiva. Uma escola que impregnasse o espírito do brasileiro antes mesmo de lhe dar a técnica do trabalho racional no amanhã nos campos, de alto e profundo sentido ruralista.

Diante das lutas que marcaram a trajetória da educação no Brasil, surge na primeira metade do século XX, o ensino regular em áreas rurais cujo objetivo era suprir a necessidades básicas de educação da sociedade:

O ensino regular em áreas rurais teve seu surgimento no fim do segundo império e implantou-se amplamente na primeira metade deste século XX. O seu desenvolvimento através da história reflete, de certo modo, as necessidades que foram surgindo em decorrência da própria evolução das estruturas sócio agrárias do país (CALAZANS, 1993, p. 15).

A educação no campo emerge como uma oportunidade para que as crianças, jovens e adultos pudessem progredir na vida e deixarem de serem explorados. Somente com a chegada dos europeus é que foram surgindo algumas escolas com seus ensinamentos voltados para as origens e tradições europeias, porém nem todos tinham acesso e com isso contribuíam com a mão-de-obra para os grandes fazendeiros.

Logo em seguida, foram surgindo mais escolas onde buscavam educar os alunos conforme os costumes locais. Segundo Demartini (2011), nessa época, o Estado preocupava-se em criar escolas por entender que seria um perigo se os imigrantes criassem suas próprias escolas e reforçassem os laços com as nações de origem, então, buscava uma educação que pudesse fortalecer os laços com a nação brasileira.

De acordo com Demartini (2011, p. 178):

No período após a República, durante o Estado Novo, começou a se pensar a educação nas áreas rurais do Brasil, levando mais oportunidades às crianças de ambos os sexos. Por volta de 1892, foram elaboradas algumas leis que consolidaram o ensino normal e reformaram o sistema de ensino, com a criação das “escolas ambulantes”. Porém, a luta por condições dignas para as escolas do campo continuava.

Nas décadas de 1940 e 1950 os índices de analfabetismo no Brasil eram muito altos. Em 1960, muitas pessoas saíam do campo para a cidade em busca de novas oportunidades para melhorar suas condições de vida e trabalho o que na maioria das vezes não ocorria conforme o planejado, no entanto, esse fato ocasionou o acúmulo de pessoas nas periferias das cidades.

Nesse período, o Estado ficou preocupado com o fluxo migratório e o crescimento das favelas, iniciando um processo de instalação de novas escolas e projetos voltados ao campo.

[...] com o crescimento do número de favelados nas periferias dos grandes centros urbanos, a educação rural foi adotada pelo Estado como estratégia de contenção do fluxo migratório do campo para a cidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, em seu art. 105, estabeleceu que “os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais.” (BRASIL, 2007, p. 11).

Contudo, em 1980, um grave problema afetou o meio rural, ou seja, muitas escolas do campo foram fechadas, em virtude de pouca demanda dos alunos nas comunidades, consequência do processo de migração para as áreas urbanas.

Em 1980, com o surgimento e organização do Movimento Sem Terra (MST) inicia-se o processo de luta pela educação do campo, uma busca por um desenvolvimento que traga transformações nas condições de vida das pessoas e das comunidades rurais. Um fato

marcante na história da educação do campo no Brasil foi a I Primeira Conferência Nacional de Educação do Campo (CNEC), organizada pelo MST, em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em Brasília, no mês de julho de 1998, cujo objetivo foi desenvolver um projeto que incluísse a população do campo em seu lugar social no país, inclusive na área da Educação, visto que além de ser um direito de todo cidadão, faz parte do processo de inclusão.

No início dos anos 1990, ocorreram grandes mobilizações favoráveis à população rural, assim, houve a conquista educação do campo que ficou reconhecida em leis que regulamentam a educação no Brasil, como na Constituição de 1988 e na LDB nº 9.394/96, aprovada em dezembro de 1996.

A criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em 16 de abril de 1998 foi bastante relevante, pois foi firmado um compromisso entre o Governo Federal, as instituições de ensino, os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores/as rurais, governos estaduais e municipais, considerando a diversidade dos atores sociais envolvidos no processo de luta por terra e educação no país (BRASIL, 2004).

Segundo Silva (2010), o PRONERA é resultado de muitas lutas dos movimentos sociais do campo que surgiu com o intuito de expandir os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados, além disso, fortaleceu a população rural em várias dimensões, sejam elas econômicas, sociais, ambientais, culturais e éticas, além de executar políticas de educação em todos os níveis da Reforma Agrária.

O parecer nº 36, de 04 de dezembro de 2001 relata que conforme o estabelecido na Lei nº 9131/95 e na Lei nº 9394/96 – LDB, a Câmara da Educação Básica – CEB elaborou e aprovou as diretrizes curriculares para Educação Básica nas Escolas do Campo. Diante disso o atendimento foi destinado aos alunos da educação infantil, ensino fundamental e médio, educação de jovens e adultos, educação indígena e educação especial, educação profissional de nível técnico e a formação de professores em nível médio na modalidade normal.

Partindo desse pressuposto, (Brasil, 2002, p.1) destaca em artigo 3º que:

O poder público considerando a magnitude da importância da Educação Escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo, paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Após a aprovação do Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172/2001 pelo Congresso Nacional, foram determinadas as metas a serem cumpridas pelos governos federal,

estadual e municipal em relação à educação e estabelecido tratamento diferenciado para a escola rural:

O Plano Nacional de Educação estabeleceu que todos os Estados e Municípios devem elaborar, com participação da comunidade, os seus próprios Planos de Educação e neste deverão constar as metas que cada Estado e Município deve prosseguir em relação à educação e também em relação à educação do campo (PNE 2001, p. 21).

Porém, o que se percebe mesmo com todas as lutas por uma educação diferenciada para as escolas do campo, a escola destinada aos trabalhadores rurais e seus familiares ainda não condiz com sua realidade, além disso, não recebem a atenção necessária do governo para ofertar uma educação com conforto e qualidade. Nesse sentido, pensando em uma política educacional digna para a educação do campo, foram criados alguns programas de formação em nível superior para habilitar os professores que atuam no campo e trabalham com a educação básica.

Desse modo, destacam-se alguns desses programas: Programa Escola Ativa cujo objetivo é melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo, implantando recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitando os professores; o Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) que tem por intuito ofertar a educação superior, gratuita e de qualidade, para professores que atuam na rede pública de educação básica para que assim, possam contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica no país.

Além disso, tem o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do campo (PROCAMPO) visando apoiar a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições Públicas de Ensino Superior de todo o país; Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) - responsável pela formulação de políticas públicas de combate às desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações rurais e valorização da diversidade nas políticas educacionais; o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) destinado a ofertar para as escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais, sendo que, os estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias, visto que muitos professores não possuem habilidades para lidar com os recursos tecnológicos.

De acordo com as exigências impostas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), ressalta-se o respeito às diferenças e a política de igualdade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva da inclusão, propondo assim medidas de adequação da escola à vida do

campo. Essas diretrizes destacam ainda a importância da organização da população do campo por meio de Movimentos Sociais, Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, Universidades e instituições de pesquisa, entre outros setores que visem o desenvolvimento social dos trabalhadores do campo, visto que é um espaço onde existe uma grande diversidade cultural. A implantação do PNE ofereceu subsídios para o desenvolvimento de propostas pedagógicas que contemplassem a mencionada diversidade, em todas as suas dimensões.

Um marco importantíssimo para a história da educação no Brasil ocorreu em 2002 quando foi aprovada a Resolução nº 1 CNE/CEB, de 03 de abril, que instituiu as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo garantindo assim a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico, cujo objetivos eram direcionados para o mundo do trabalho, desenvolvimento sociais, culturais, políticos, ecologicamente sustentável, entre outros.

Em 2004, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), responsável por conduzir as políticas públicas voltadas para ampliação do acesso à educação a todos os cidadãos, assim foi determinado, alguns setores específicos para atender as escolas do campo, de acordo com as necessidades por elas apresentadas.

Entretanto, somente em 2008 o MEC, reconhece e utiliza pela primeira vez a expressão “Educação do Campo”, na Resolução nº 02, de 28 de abril de 2008. Conforme a aprovação desta lei foram estabelecidos algumas normas e princípios para que houvesse o desenvolvimento de políticas públicas para o atendimento da Educação Básica do Campo.

Assim, toda população do campo sem distinção de cor, sexo e raça deveria receber o atendimento a Educação básica, havendo assim a universalização da educação em todas as suas etapas, infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio, a mesma seria ofertada pelos Estados, Distrito Federal e pelos Municípios em nível regular.

Além disso, os sistemas de ensino são responsáveis por oferecer a educação especial às crianças e jovens que precisam de necessidades especiais, bem como atender a população rural na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) aqueles que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade própria. Ainda nesta lei fica estabelecido que os alunos de educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental deverão ser realizados dentro da própria comunidade rural, sem nucleação e deslocamento dessas crianças.

Nesse sentido, fica evidente o compromisso que os órgãos federais, municipais e estaduais tem com a educação do campo, ou seja, devem fornecer aos alunos apoio pedagógico, estruturas físicas adequadas, transporte escolar, formação continuada para

professores, materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, bibliotecas entre outros materiais que são necessários para organização e o funcionamento das escolas do campo respeitando assim as diferenças entre as populações que são atendidas, bem como seu estilo de vida, cultura e tradições.

Conforme a Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009, fica estabelecido o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) aos alunos da educação básica, visto que o emprego da alimentação saudável e adequada, compreende o uso de alimentos variados e seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

Cabe destacar que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que possam suprir as necessidades nutricionais durante todo o período letivo. Esse recurso financeiro é repassado em parcelas para as escolas estaduais e municípios pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Em relação ao transporte escolar este é de responsabilidade do PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar), que também é executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, cujo objetivo é oferecer aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, transporte escolar com qualidade e segurança. Neste mesmo ano, em 29 de janeiro o decreto n.º 6.755, institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica por meio de projetos pedagógicos desenvolvidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) buscando assim assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à uma educação de qualidade, comprometida com a concretização de uma nação democrática, justa e inclusiva capaz de promover a emancipação dos indivíduos.

De acordo com decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, fica decretado os princípios da educação do campo com enfoque ao respeito e à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, entre outros, além disso incentivar a criação de projetos políticos pedagógicos específicos e desenvolver políticas de formação de profissionais para atenderem a demanda das escolas do campo, valorizando assim a identidade da escola, minimizando os índices de analfabetismo.

Com base no decreto citado anteriormente, são estabelecidos os objetivos do PRONERA que visa oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do plano nacional de reforma agrária (PNRA), em todos os níveis de ensino, além disso proporcionar melhorias nas condições do acesso à educação desse público alvo. Desse modo, o PRONERA foi destinado a atender toda população de jovens e adultos das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC), entre eles alunos de cursos de especialização promovidos pelo INCRA, professores e educadores que exerçam atividades educacionais voltadas às famílias beneficiárias e demais famílias cadastradas pelo INCRA.

Em 2012, foi aprovada a Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012 que dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas. Diante disso, alguns benefícios foram ofertados para as escolas do campo, como por exemplo: Transporte Escolar, cujo objetivo do programa é garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar; o (PDDE), que tem por finalidade prestar assistência financeira, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial, o PNAE, sendo este responsável pela transferência de recursos financeiros para a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas, atendendo suas necessidades nutricionais durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e o rendimento escolar dos alunos, além de promover a formação de hábitos alimentares saudáveis; o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) que é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita.

Diante dos movimentos sociais em prol de avanços na área da educação, atualmente percebe-se que alguns benefícios foram colocados em prática, visto que as ações desenvolvidas para a educação do campo forneceram aos trabalhadores rurais a oportunidade de completar o ensino básico através da EJA e milhares de camponeses tiveram acesso às universidades públicas através dos 490 cursos ofertados pelo PRONERA.

Nesse contexto, a educação do campo, vem ao longo desses anos propondo um novo conceito de educação, ou seja, uma educação emancipadora, que prepara os trabalhadores rurais para permanecer no campo com dignidade exercendo sua cidadania.

Em pleno século XXI, apesar dos avanços que aconteceram, em alguns municípios brasileiros, a educação do campo é tratada com descaso e ampliam-se cada vez mais os

problemas, tais como: analfabetismo, altos índices de evasão escolar, defasagem idade-série, repetência, reprovação, entre outros. Além disso, o ensino ofertado por essas instituições públicas não garante uma educação de qualidade, ou seja, que seja voltada para atender as necessidades locais da população rural.

O que se percebe é que a problemática da educação brasileira é mais pertinente quando se refere à educação na zona rural, ou seja, a precarização das escolas assume caráter ainda mais grave, visto que muitos desconhecem e distanciam-se da realidade do cotidiano do campo, onde poucos se preocupam com melhorias, sendo que esta educação, ainda é muito precária em relação às políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades culturais, humanas e sociais dessa classe de trabalhadores rurais. Dessa maneira pode-se dizer que:

Políticas públicas são ações de Governo, portanto, são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (estratégias de ação) (RODRIGUES, 2010, p. 52-53).

Nesse sentido é necessário estar atento ao que rege a legislação brasileira sobre a educação básica no campo, a resolução CNE/CEB n.º 1/2001 ressalta que:

[...] A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura e que o campo é um espaço de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2001, p.1).

Diante disso, percebe-se que o grande desafio apresentado pelas escolas é conhecer o contexto cultural do aluno para que assim possa trabalhar de acordo com suas vivências, ou seja, trazer a realidade do aluno para a sala de aula, a fim de que ele possa sentir-se mais à vontade e poder compartilhar suas experiências e expressar seus conhecimentos prévios.

Uma pesquisa realizada, em 2004 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), nos assentamentos de reforma agrária, mostrou que, das 8.679 escolas existentes em assentamentos, 84% delas ofereciam apenas os anos iniciais do ensino fundamental e atendiam somente 51% da demanda estudantil para essa modalidade. Em 56% dessas escolas não havia diretor, e os professores residiam em outras localidades, geralmente nas sedes dos municípios, e não possuía identidade com a cultura campestre (SANTOS, 2018).

Além disso, uma das dificuldades presentes nas escolas do campo diz respeito a formação de professores pois muitos deles não possuem graduação específica para atuarem em determinadas disciplinas, fato este que na maioria das vezes acaba resultando em uma aprendizagem defasada.

Contudo, faz-se necessário que a sociedade de forma geral exija cada vez mais do poder público uma política de formação inicial e continuada para esses professores que trabalham no campo para que estes venham atuar fazendo uma conexão com o conhecimento científico e a realidades desses sujeitos.

Pois as ações educativas no contexto amazônico devem priorizar a autonomia do sujeito garantindo assim uma educação de qualidade assegurando-lhes um currículo que valorize os saberes locais, regionais, climáticos, econômicos e sociais, capazes de fornecer conhecimentos para que assim o sujeito possa transformar o mundo a sua volta, manter relações de reciprocidade, fazer cultura e construir sua própria história.

Contudo, o que se pode deduzir é que somente a partir de um sistema de ensino organizado será possível aperfeiçoar e oferecer melhorias para a educação do campo de forma coletiva, onde serão trabalhados princípios éticos que irão contribuir para a emancipação do ser humano visando assim à construção de uma sociedade mais democrática.

Além do problema da falta de formação para os professores, outro fator negativo que se destaca nas escolas do campo são as salas multisseriadas que dificultam ainda mais o trabalho do professor, pois os alunos necessitam de uma atenção maior exigindo assim mais esforço e dedicação por parte dos professores, visto que na maioria das vezes faltam recursos didáticos pedagógicos e, além disso, o professor ainda tem que trabalhar com várias disciplinas sem nenhum tipo de assistência pedagógica.

Diante disso, as escolas do campo são vistas de forma negativa como precárias e com baixa qualidade de ensino. Nesse sentido, ressalta-se que:

[..] o problema das turmas multisseriadas está na ausência de uma capacitação específica dos professores envolvidos, na falta de material pedagógico adequado e, principalmente, a ausência de infraestrutura básica – material e de recursos humanos – que favoreça a atividade docente e garanta a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Investindo nestes aspectos, as turmas multisseriadas poderiam se transformar numa boa alternativa para o meio rural, atendendo aos anseios da população em dispor de uma escola próxima do local de moradia dos alunos, sem prejuízo da qualidade do ensino ofertado, especificamente no caso das séries iniciais do ensino fundamental (INEP, 2006, p. 19).

Dessa forma, o que se percebe é que muitos professores e gestores não sabem como lidar com o problema, pois não estão preparados para desenvolver uma proposta educacional capaz de atender essa demanda, não sabem que medidas tomar para atender uma classe onde os alunos apresentam diferentes características sociais e diferentes níveis de aprendizagem.

Levando em consideração algumas dificuldades enfrentadas por professores e alunos, como a falta de estrutura física adequada, transporte, falta de materiais didáticos pedagógicos

e demanda de alunos, esses fatores contribuíram nos últimos anos para que houvesse uma redução no número de escolas no campo, ocasionando assim um processo de exclusão e consequentemente contribuindo para que houvesse um aumento no índice de analfabetismo no país. Essa realidade também é apresentada na educação do campo no estado do Amazonas.

### 2.3.2 Educação do Campo no Amazonas

O Estado do Amazonas compõe uma das 27 unidades federativa do Brasil. Situa-se na região Norte, considerado o maior estado do país em extensão territorial e possui a maior biodiversidade do mundo. A vegetação é composta por Floresta Amazônica. O clima é equatorial úmido, com temperatura média anual de 26,7 °C, com variações médias entre 23,3 °C e 31,4 °C. A bacia do rio Amazonas concentra aproximadamente 20% de toda a água doce do planeta com uma área de 1.559.146,876 km<sup>2</sup>, é composto por 62 municípios, estima-se que sua população é de mais de 4 milhões de habitantes chegando a ser o décimo terceiro estado mais populoso do Brasil. O município de Humaitá encontra-se localizado na Mesorregião do Sul do Amazonas (Figura 1).

Figura 1 – Mapa do Estado do Amazonas



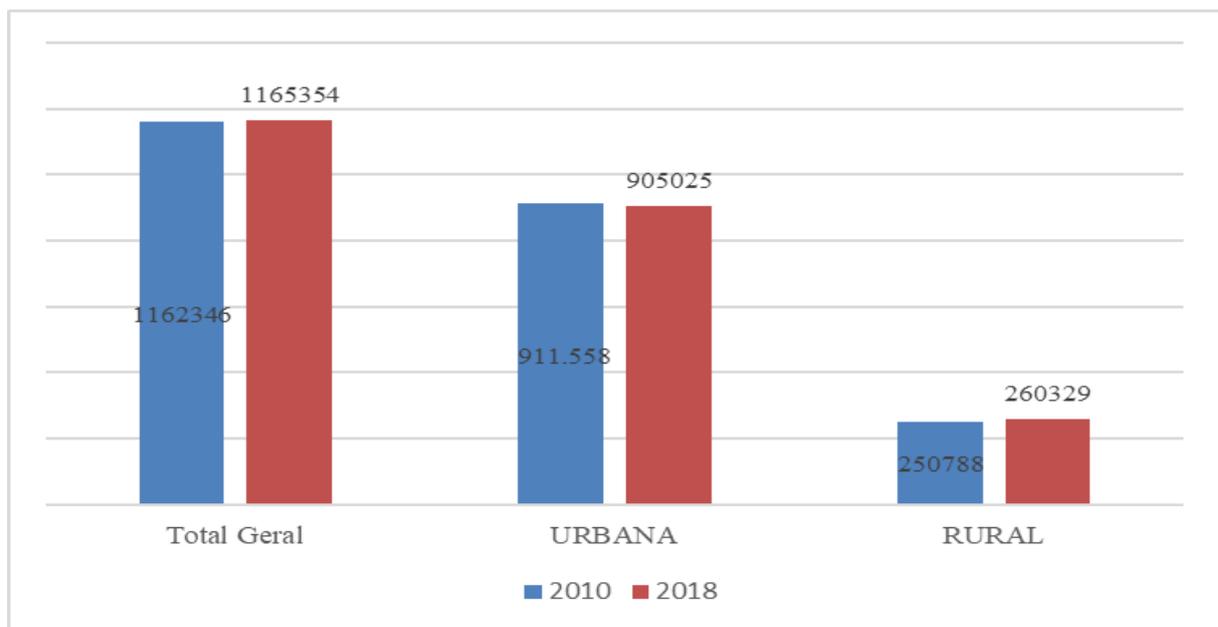
Fonte: Amazonas Mapa (2018).

O Estado do Amazonas é subdividido em quatro regiões geográficas intermediárias e 11 regiões geográficas imediatas. Seus limites são com o estado do Pará ao leste; Mato Grosso ao sudeste; Rondônia e Acre ao sul e sudoeste; Roraima ao norte; além da Venezuela, Colômbia e Peru ao norte, noroeste e oeste, respectivamente.

A cultura amazonense está diretamente ligada às raízes indígenas e nordestinas, seu principal setor de economia é a indústria, situada no Polo Industrial de Manaus (Capital do Amazonas) onde são produzidos: eletrodomésticos, bens de informática, motos, bicicletas, químicos e concentrados de refrigerante, entre outros. O ecoturismo e a exploração de madeira também são atividades que fortalecem a economia amazonense.

De acordo com dados do INEP (2018) o estado do Amazonas apresenta um número expressivo de matrículas na Educação Básica (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Nº de matrícula 2010 - 2018



Fonte: INEP (2018)

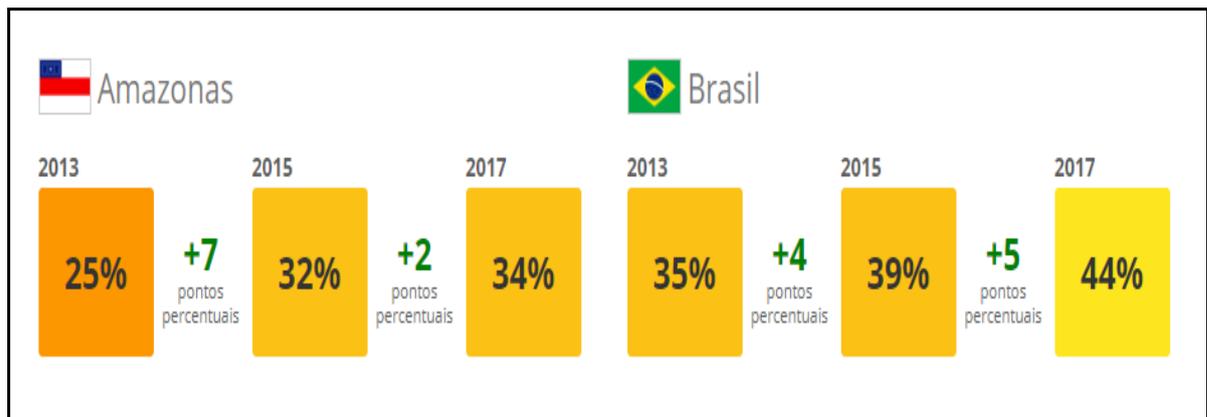
No intervalo de 2010 a 2018 o número de matrículas efetivas no sistema educacional demonstra um crescimento muito lento de 0,26% no cômputo geral, no entanto na zona urbana há um decréscimo de 0,72% e na zona rural um crescimento de 3,8%. Nesse sentido o crescimento, mesmo que pequeno, é devido ao decréscimo na zona urbana, compensado com o crescimento na zona rural. Este fenômeno necessita de um estudo aprofundado, uma vez que, sabemos que o estado do Amazonas apresenta um índice de crescimento nos últimos anos abaixo da média brasileira (Quadros 1 e 2).

Quadro 1 – IDEB – Português – 5º Ano



Fonte: QEdU (2018)

Quadro 2 – IDEB Matemática – 5º Ano



Fonte: QEdU (2018)

Observando os dados dos quadros 1 e 2, verifica-se que no intervalo de 2013-2015 o Amazonas conseguiu um índice de + 14 pontos em Português e +7 pontos em Matemática, enquanto os percentuais do Brasil foram inferiores. No entanto, ainda assim, não conseguiu se aproximar da média brasileira.

No período seguinte 2015-2017 os índices de crescimento caíram consideravelmente, pois tivemos um crescimento de apenas +1 em Português e +2 em Matemática. Mas essa queda é também observada nos dados gerais da média nacional. Isso pode estar relacionada com a crise política que o Brasil vem enfrentando e a falta de continuidade no atendimento da educação brasileira e, especialmente, do estado do Amazonas.

No que se refere a educação do campo no estado do Amazonas, observa-se que há muito a ser conquistado, a mesma apresenta características comuns a maioria dos estados brasileiros, ou seja, a população amazonense também reivindica a implantação e melhorias de

infraestrutura nas escolas do campo, visto que há precariedade no ensino, falta de materiais didáticos, estrutura física adequada, falta de profissionais qualificados para atender os alunos e, além disso, falta de políticas públicas para solucionar os problemas que o ensino público apresenta. Nesse sentido, Vendramini (2007, p. 126) afirma que “assim como na cidade as populações do campo convivem com o desemprego, a precarização e informalização do trabalho, uma vez que há carência de políticas públicas”.

Diante disso, a LDB em seu artigo 28, estabelece algumas normas para a educação do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB, 1996, p. 21).

As ações educativas no contexto amazônico devem priorizar a autonomia do sujeito garantindo assim uma educação de qualidade, assegurando-lhes um currículo que valorize os saberes locais, regionais, climáticos, econômicos e sociais.

De acordo com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, destaca-se que:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana (BRASIL, 2001, p.1).

Percebe-se que o grande desafio apresentado pelas escolas é conhecer o contexto cultural do aluno para que assim possa trabalhar de acordo com suas vivências, ou seja, trazer a realidade do aluno para sala de aula, para que assim ele possa sentir-se mais à vontade e poder compartilhar suas experiências e expressar seus conhecimentos prévios.

Diante de muitas lutas realizadas pela melhoria da educação rural no Amazonas, destaca-se em meados da década de 1980, o surgimento do Instituto de Educação Rural do Amazonas (IERAM), implantado em 1982, criado pela Lei n. 1469/81 como órgão de assessoria às prefeituras e abrangendo a zona rural de 62 municípios. Este instituto foi criado com objetivos específicos, visto que apresentava como finalidade coordenar e avaliar os programas educativos voltados para o meio rural.

Assim foram determinadas algumas atribuições ao IERAM, tais como:

- I - Conceituar, formular e executar a política de educação rural, sincronizada com o Sistema Estadual de Educação e dentro do Plano Global de Governo;
- II - Definir, elaborar e executar a política de planejamento educacional rural, formal e não formal, integrada aos processos de planejamento educacional, sub-regional e municipal;
- III - Programar, coordenar e avaliar todos os processos de Educação Rural, formal e não formal, integrando-se às demais instituições que desenvolvem atividades voltadas ao meio rural;
- IV - Promover a articulação com órgãos ou entidades que atuam na Zona Rural, com implementação de ações integradas, no setor primário da economia;
- V - Apoiar os professores rurais e as comunidades em geral, objetivando o aperfeiçoamento e reformulação dos conteúdos curriculares de educação rural, formal e não formal, a fim de que estejam em consonância com a realidade política, econômica e social dessas comunidades;
- VI - Propiciar ao homem rural, dentro do âmbito de sua atuação, condições facilitadoras ao seu pleno desenvolvimento e que possam resultar na minimização dos movimentos migratórios;
- VII - Integrar-se à organização dos produtores, através dos processos de formação, incentivando inclusive, a criação de indústrias de pequeno porte, com vistas ao maior apoio e sustentação à produção local (ARAÚJO, 2004, p.143).

A partir da criação do IERAM novos projetos rurais foram surgindo, e com isso a educação do campo foi ganhando um novo olhar, assim por meio de algumas conquistas foi possível começar a pensar em uma educação com mais qualidade que pudesse contribuir para a construção social do sujeito, onde seus direitos e deveres fossem respeitados. Assim, destacam-se o Programa de Professores Leigos Municipais (PRORURAL) e o projeto ESCOLA ATIVA, que foram programas criados pelo IERAM destinados a formação e capacitação de professores rurais, com foco no fornecimento e orientação para uso de materiais pedagógicos para serem aplicados aos educandos, tendo em vista melhorias significativas na qualidade da educação do campo.

Pode-se destacar que finalidade do PRORURAL era formar professores leigos, habilitando-os de acordo com a atual LDB (Lei nº 9394/96) 4.285 professores de 61 municípios do estado do Amazonas entre julho de 1998 e dezembro de 2001. Nesse sentido, Araújo (2004) afirma que,

[...] zelar pela educação proposto pelo PRORURAL, é propiciar paliativos, ou seja, cursos de formação para professores leigos que não se importam com a titulação ou capacitação. Esse tipo de programa se opõe ao conteúdo da própria LDB que afirma como imperativo categórico a necessidade de formação a partir do ingresso em institutos superiores de educação (ARAÚJO, 2004, p.153).

A educação do campo é uma concepção que possibilita mudanças na sociedade por meio do fazer pedagógico, contudo é um processo natural dos seres humanos, pois através do processo de socialização entre si eles produzem conhecimentos e novas aprendizagens proporcionando assim a humanização dos sujeitos.

O programa Escola Ativa foi implementado no Brasil a partir de 1997, segundo o Ministério de Educação “O programa Escola Ativa busca melhorar a qualidade do

desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo. Entre as principais estratégias estão: implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores.” (MEC, 2010).

O PEA foi um dos programas de maior investimento financeiro do BM: o FUNDESCOLA (Programa Fundo de Fortalecimento da Escola), o mesmo foi desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais e municipais de Educação cujo objetivo foi promover um conjunto de ações para melhorar a qualidade do ensino fundamental e ampliar a permanência das crianças nas escolas públicas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Essas iniciativas estão voltadas para o meio rural visto como um espaço de diversidade cultural, contudo, são territórios que necessitam de políticas direcionadas a essa realidade e não uma mera transposição do que é elaborado no meio urbano.

Assim, Lopes (2000, p. 19), destaca que: “[...] É a educação que mantém viva a memória de um povo e dá condições para sua sobrevivência, para a transformação do mundo natural, social e de si mesmo [...]”.

O Programa Escola Ativa (PEA) estava voltado para atender a escola do campo, com uma proposta de aprendizagem ativa, com participação centrada no aluno, bem como sua realidade social. O professor assume a função de facilitador e estimulador pautado na aprendizagem cooperativa, gestão participativa, avaliação contínua e processual. Para tanto, o desenvolvimento das atividades seria trabalhos em grupo, por meio de módulos e material didático específico (ANDRADE, DI PIERRO, 2004; FUNDESCOLA, 2003; FURTADO, 2004). De acordo com os manuais do PEA (2005) destinados à formação de professores tinha como objetivo:

[...] ofertar às escolas multisseriadas uma metodologia adequada e com custos mais baixos do que a nucleação; atender o aluno em sua comunidade (...); promover a equidade; reduzir as taxas de evasão e de repetência nas escolas multisseriadas; corrigir a distorção idade/série dos alunos; promover a participação dos pais nos aspectos pedagógicos e administrativos da escola; melhorar a qualidade do ensino fundamental – 1a a 4a séries – ofertado nessas escolas (FUNDESCOLA, 2005, p.44).

Além dos problemas físicos apresentados pelas escolas do campo, outro fator que implica para que ocorra de fato uma educação de qualidade diz respeito a formação de professores, pois muitos deles não possuem graduação específica para atuarem em determinadas disciplinas, sem contar que esses professores trabalham com turmas multisseriadas e isso dificulta mais ainda o trabalho do professor, pois os alunos necessitam de uma atenção maior exigindo assim mais esforço e dedicação por parte dos professores, fato este que na maioria das vezes acaba resultando em uma aprendizagem defasada.

Em meio a tantas dificuldades, em 1999, o Estado do Amazonas adota o PEA, resultado de convênios entre o MEC e o Banco Mundial. O referido projeto teve o intuito de apoiar os sistemas estaduais e municipais no que se refere a melhoria da educação nas escolas do campo com classes multisseriadas, além disso, reduzir o índice de repetência, melhorar o nível de aprendizagem dos alunos do campo, fornecer recursos pedagógicos necessários e apropriados, realizar formação continuada para os educadores, desenvolver propostas pedagógicas destinadas a atender as especificidades do campo, entre outros benefícios oferecidos pela escola ativa.

A luta da população do campo por uma educação de qualidade sempre esteve voltada para a preparação ao mercado de trabalho, além disso, para exercer seu papel de cidadão social, capacitando-os para que no futuro possam compartilhar conhecimentos com direito a igualdade e democracia.

Contudo, pode-se deduzir que, somente a partir de um sistema de ensino organizado será possível aperfeiçoar e oferecer melhorias para a educação do campo de forma coletiva, onde serão trabalhados princípios éticos que irão contribuir para a emancipação do ser humano visando assim à construção de uma sociedade mais democrática.

Portanto, o que se percebe atualmente é que diante de muitas lutas por uma educação diferenciada para as escolas do campo elas continuam no descaso por parte do governo que mesmo após anos de luta nem tudo o que está escrito na lei é posto em prática, a maioria dessas propostas não são efetivadas.

### **2.3.3 Educação do Campo em Humaitá-AM**

Humaitá é um município brasileiro localizado no interior do estado do Amazonas, pertencente à mesorregião do Sul amazonense e microrregião do Madeira. De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) sua população é composta por aproximadamente 54.001 habitantes. Limita-se com os municípios de Manicoré ao norte e leste; Porto Velho e Machadinho d'Oeste-RO, ao sul; Tapauá e Canutama ao oeste.

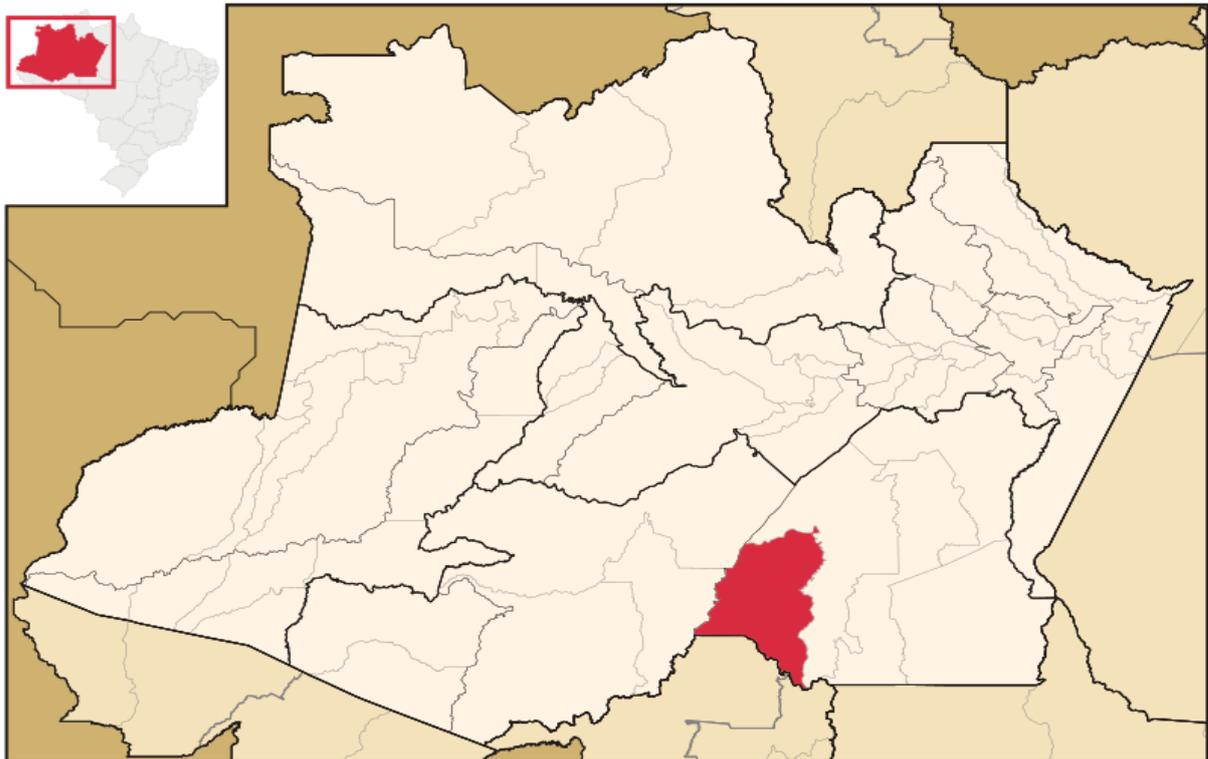
Os principais meios de acesso ao município são a BR 319 que liga a cidade de Porto Velho-RO e Manaus-AM onde termina na foz do rio Paraná do Careiro e Rio Solimões. A BR 230, popularmente conhecida como transamazônica liga a cidade de Lábrea no Amazonas e passa por Humaitá dando acesso a cidade de Apuí cortando vários estados como: Pará, Maranhão, Tocantins, Paraíba, terminando em João Pessoa no porto de Cabedelo.

Além do transporte terrestre pelas rodovias, outro meio de transporte muito popular na região é o fluvial realizado pelo rio Madeira, que é um dos 5 (cinco) rios em maior extensão e

volume de água do mundo. O mesmo é utilizado pela população para transportar, pessoas, alimentos, combustíveis e animais para a cidade de Porto Velho - RO ao sul e ao Norte as cidades de Manicoré, Novo Aripuanã, Borba, Nova Olinda do Norte e a capital Manaus.

Sua extensão territorial é de 33.071.667 km<sup>2</sup>, o que faz com que o município seja considerado um dos maiores do estado em área territorial (Figura 2).

Figura 2 - Mapa de Humaitá-AM



Fonte: Prefeitura/Humaitá

O município de Humaitá dispõe ainda de um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 225.637, o que o coloca como o décimo primeiro município com maior PIB no Amazonas e o terceiro em sua mesorregião. Os aspectos econômicos deste município baseiam-se principalmente na pecuária, piscicultura, agricultura de arroz, soja, milho, cupuaçu e hortaliças, beneficiadoras de castanha, madeiras, extrativismo vegetal, garimpo, entre outros.

Outro aspecto importante a ser discutido nesse capítulo faz referência ao processo educacional do município de Humaitá-AM. Mediante a uma visita a secretaria de educação foi possível compreender como ocorre o funcionamento do sistema de ensino neste município. A educação no município de Humaitá fica sob responsabilidade da SEMED, esta por sua vez tem a função de fornecer as escolas recursos financeiros necessários para mantê-las ativas,

além disso, é responsável por executar políticas e programas educacionais que possam contribuir para o progresso da educação em Humaitá.

Assim, para que de fato seja ofertada uma educação de qualidade é necessário que haja uma boa organização administrativa, nesse caso, a SEMED conta com uma equipe de trabalho dividida em setores específicos para atender as demandas das escolas urbanas e rurais do município. Diante disso, cada setor possui uma função, ou seja, é responsável por um polo, cujo objetivo é prestar atendimento e solucionar os possíveis problemas apresentados por essas escolas.

Para melhor esclarecer como estava organizada a educação do campo, foi solicitado ao coordenador do campo que fizesse um esboço para explicar como estava a organização das equipes na Educação do Campo. O coordenador respondeu que na entrada da SEMED havia um organograma feito pelo colegiado de Pedagogia que poderia ser utilizado para melhor compreensão dessa divisão de setores. Sendo assim, de acordo com a figura 3, as equipes se subdividem da seguinte forma:

Figura 3 - Estrutura Administrativa da SEMED



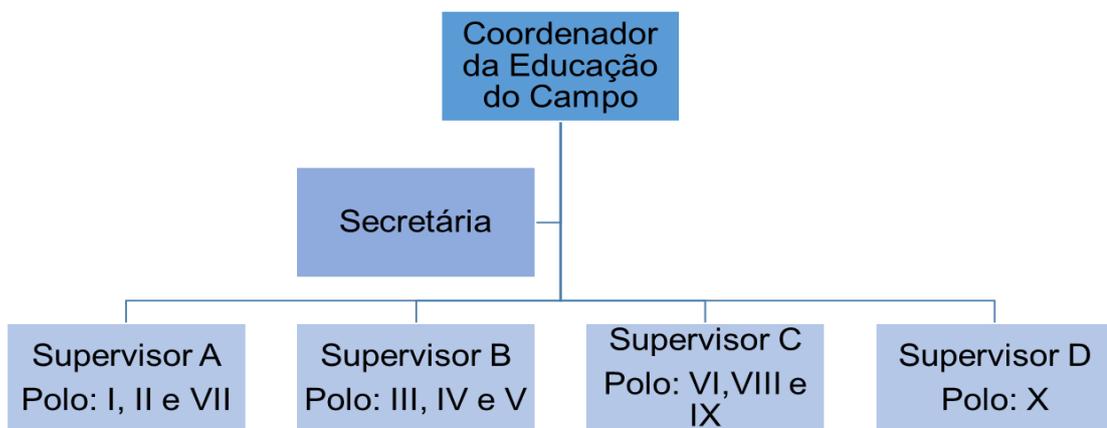
Fonte: SEMED (2017)

Com base na figura, pode-se perceber que a estrutura administrativa da SEMED é formada pela secretária de educação, poder executivo, coordenação Indígena, coordenação

urbana e do campo. Com base em dados coletados na SEMED, no ano de 2018 essa instituição atendeu uma demanda de 70 escolas, sendo que 13 delas estão situadas na área urbana e 57 na área rural perfazendo um total 3.166 alunos, 185 professores e 95 auxiliares de serviços gerais.

A coordenação do campo é composta pelo coordenador geral e quatro supervisores que são responsáveis pelo atendimento de dez polos. Assim distribuídos, conforme figura 4:

Figura 4 - Organograma da Coordenação do Campo – SEMED/Humaitá



Fonte: autora (2018)

Como pode-se verificar, não existe um número muito elevado de escolas na responsabilidade de cada supervisor, isso pode interferir de forma negativo no atendimento dessas escolas. Considerando que a maioria das escolas do campo em Humaitá não dispõe do Pedagogo para fazer o acompanhamento pedagógico das escolas, deixando muitas vezes os professores sem um planejamento efetivo, sem auxílio nas dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, etc. Além disso, nenhum desses profissionais possuem formação em Pedagogia, ou seja, não poderiam exercer a função de acompanhamento pedagógico. No entanto, verifica-se que os mesmos são preocupados em atender as necessidades das escolas, tentam abastecer as escolas de material de consumo, combustível e pedagógico.

Ressaltamos que a presença de um pedagogo no ambiente escolar se faz necessária, pois são muitos os problemas apresentados pelas escolas, além disso o pedagogo deve estar presente em todas as esferas da educação, tanto nas áreas de planejamento como supervisão e

coordenação escolar. Ele é o profissional adequado para subsidiar o trabalho dos professores e de toda instituição de ensino.

Nesse sentido, a respeito da importância do pedagogo, LIBÂNEO (2000, p. 31) afirma que:

[...] o pedagogo stricto sensu, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas socioeducativas de tipo formal e não-formal e informal, decorrentes de novas realidades – novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação das formas de lazer, mudanças nos ritmos de vida, presença dos meios de comunicação e informação, mudanças profissionais, desenvolvimento sustentado, preservação ambiental – não apenas na gestão, supervisão e coordenação pedagógica de escolas, como também na pesquisa, na administração dos sistemas de ensino.

Contudo é necessário um trabalho em equipe com profissionais qualificados para atuar em áreas específicas, para que assim possa melhor o atendimento as escolas do município de Humaitá. As escolas do campo estão distribuídas em vários polos (Quadro 2).

Quadro 2 – Demonstrativo da distribuição da escola do Campo – Humaitá-AM -2018

POLOS	Nº DE ESCOLAS	Nº PROFESSORES	Nº ALUNOS	Nº ASG
<b>I</b>	07	10	133	05
<b>II</b>	08	26	297	12
<b>III</b>	05	11	252	09
<b>IV</b>	07	14	196	08
<b>V</b>	05	19	309	08
<b>VI</b>	01	12	145	05
<b>VII</b>	06	22	275	12
<b>VIII</b>	04	20	414	08
<b>IX</b>	07	19	429	11
<b>X</b>	07	32	716	17
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>185</b>	<b>3.116</b>	<b>95</b>

Fonte: SEMED (2018)

Na organização da Educação do Campo em Humaitá existe uma divisão entre “Escola da Estrada” que ficam localizada ao longo das Br’s e vicinais, e a “Escola Ribeirinha” são todas localizadas ao longo de rios e igarapés.

Observando o quadro da distribuição de escola por polo, verifica-se que no Polo VI apresenta apenas uma escola. Essa escola tem característica peculiar pois é conhecida como balsaescola, uma escola flutuante, “de acordo com o documento da embarcação (2014), foi

construída no mesmo ano, recebendo a designação de Base Educacional Irmã Angélica Tonetta (FRANCO, 2017, p.95)”. Essa escola foi criada para como o objetivo de:

Atender as necessidades dos alunos do ensino fundamental I e II, na mediação da comunidade São Sebastião do Tapuru e adjacências, bem como a melhoria e qualidade de ensino, transformando as salas destas referidas escolas, que; antes eram multisseriadas, em turmas de seriação, facilitando a aquisição de conhecimento e suprimindo gradativamente o anseio de mudanças dos mesmos. Já que o professor irá trabalhar com conteúdo destinados a um segmento, diminuindo o índice de reprovação e evasão escolar (HUMAITÁ, PROGRAMAÇÃO ANUAL Balsa Escola, 2016, s/p).

Atualmente, a escola é registrada com o nome de Escola Municipal Fluvial Osmarina Melo Oliveira, fica situada às margens do rio Madeira nas mediações da comunidade Tapurú e São Sebastião. Na figura 5, pode-se observar a estrutura da escola Fluvial que atende os alunos das comunidades ribeirinhas adjacentes.

Figura 5 - Escola Municipal Fluvial Osmarina Melo Oliveira



Fonte: Acervo pessoal (2018)

A escola funciona atualmente (2018) com um quadro de 12 professores, 1 secretária, 5 serviços gerais e 145 alunos. A escola fornece café da manhã, almoço e lanche da tarde para os alunos. Todos os alunos são oriundos das comunidades ribeirinhas mais próximas e se deslocam para escola por meio do transporte escolar disponibilizado pela SEMED, uma voadeira que é composta por um casco de alumínio e um motor de polpa. Esta escola oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II, funcionando em período integral, possui 9 salas de aulas, 1 sala de informática, além disso, as salas são climatizadas. Os professores

permanecem na escola durante todo o período letivo, a escola oferece alojamento para todos os professores.

A SEMED ao visitar as escolas do campo, realiza a entrega da merenda escolar, do combustível para transporte dos alunos e realiza a orientação pedagógica com os professores, compreende-se que não é o suficiente para que ocorra uma educação eficaz, porém em virtude das escolas estarem localizadas longe da cidade o que dificulta o acesso as mesmas, somente é possível realizar esse atendimento uma vez por mês.

Ressalta-se que a estrutura física de uma escola pode influenciar na aprendizagem dos alunos, sendo assim, o que se percebe nas escolas do campo é que elas não apresentam uma estrutura apropriada, capaz de fornecer conforto e segurança aos alunos, algumas necessitam de reformas urgentes (Figura 6). Apenas uma minoria apresentam uma estrutura física considerada boa, são construídas de alvenaria, entretanto, a grande maioria são escolas pequenas, construídas de madeira, não possuem gestores e nem pedagogos, muitos professores não possuem o ensino superior para estarem atuando em sala de aula, além disso os alunos são obrigados a se organizar em salas multisseriadas, sem climatização, o que causa desconforto ao aluno que por sua vez, acabam perdendo o interesse pelas aulas, comprometendo assim seu rendimento escolar.

Figura 6 - Estrutura física das Escolas do Campo



Fonte: Acervo pessoal (2018)

Uma das problemáticas que se percebe no município de Humaitá em relação a educação diz respeito a atuação dos professores em sala de aula, visto que alguns não possuem o nível superior, além disso são moradores da área urbana uma realidade totalmente diferente do campo. Alguns professores são contratados por meio de processos seletivos realizados pela SEMED.

Quanto a formação de professores, é importante frisar que o artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) estabelece a exigência mínima na formação para atuação na educação básica, assim fica instituído que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidade e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental [...] (LDB, 2014, p. 35).

Além da falta de qualificação, o professor do campo tem o mesmo piso salarial que o professor da cidade, porém, as dificuldades que enfrenta para chegar a escola pressupõe maior gasto de tempo e dinheiro, logo, estes deveriam receber transportes e remuneração diferenciados, especialmente se forem consideradas as horas que passam nas estradas, pois este tempo acaba influenciando a qualidade de ensino, porém essa remuneração diferenciada não ocorre em nosso município.

Outro fator negativo nas escolas do campo é a rotatividade dos professores, que prejudica a organização e continuidade dos conteúdos, pois todo ano há troca de professores, fato que contribui para o atraso da aprendizagem, pois se um professor ministra aula durante o ano todo em um local, caso permaneça no ano seguinte, ele poderá dar continuidade as atividades e conteúdos proposto, visto que já possui conhecimento sobre os conteúdos que foram trabalhados com os alunos anteriormente, além disso já conhece a realidade de cada um, bem como suas dificuldades.

Outro dos problemas recorrentemente apontados como responsável pelo mau desempenho dos alunos em termos de aprendizado é a elevada rotatividade de professores ao longo de um mesmo período letivo. As descontinuidades geradas nessas trocas e a natural demora na adaptação na relação professor-aluno implicam num prejuízo do processo de ensino-aprendizagem dificultando a formação de capital humano dos alunos (DUARTE 2009, p. 10).

Nesta perspectiva, é evidente que o educador desempenha um papel fundamental na vida do ser humano, visto que estes assumem um papel de mediador de novos conhecimentos colaborando assim para a formação de cidadãos conscientes capazes de transformar o meio em que vivem. Contudo, é necessário que os educadores estejam sempre se atualizando para ofertar um ensino significativo, respeitando assim a realidade de cada um possibilitando a construção de uma sociedade mais humana e justa.

Ao fazer referência ao transporte escolar os recursos financeiros para estes fins são repassados pelo Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) ao município, que, visa oferecer aos alunos da educação básica que residem em áreas rurais, transporte escolar com qualidade e segurança. No geral, são disponibilizados pela

SEMED/Humaitá (2018) no total 100 meios de transportes para atender aos alunos do campo, dentre eles 83 transportes fluviais e 17 terrestres, porém o que se percebe é que muitos alunos são transportados de forma irregular em barcos, voadeiras, rabeta, ônibus e kombis que na maioria das vezes são superlotados deixando a segurança dos alunos comprometida, sem cinto de segurança, sem coletes salva vidas, ou seja, sem nenhum conforto e segurança.

A Política do Transporte Público Escolar no Campo deve servir aos estudantes da Educação Básica e Superior no meio rural, favorecendo assim o acesso dos alunos as instituições de ensino, assegurando a permanência dos mesmos, além disso, contribuir para a redução da evasão escolar. Entretanto, a mesma se apresenta como um desafio, porque há várias comunidades aonde o transporte escolar não chega, em virtude das péssimas condições das estradas para trafegar ou até mesmo pela existência de veículos impróprios para o transporte escolar como mencionado anteriormente.

Em consonância com a Resolução do FNDE, nº 12/2011, em seu Art. 2º, certifica-se que:

[...]Art. 2º o PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios. Com a publicação da Medida Provisória 455/2009, o programa foi ampliado para toda a educação básica, beneficiando também os estudantes da educação infantil e do ensino médio residentes em áreas rurais [...] (BRASIL, 2012, s/p).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a questão do transporte escolar não é a falta de legislação, e sim, a falta de prioridade na ação política voltado para população carente que necessita destes serviços no meio social em que vivem, contudo, o transporte escolar é, portanto, uma política educacional essencial para o acesso de considerável número de alunos de escolas públicas ao ambiente escolar, condição para que se garanta o direito à educação.

Dessa forma, as políticas públicas voltadas a facilitar o acesso às escolas do campo podem contribuir para que a educação básica do meio rural tenha caráter universal, porém contextualizado às especificidades do meio, valorizando a cultura e tendo como objetivo principal a oferta de uma educação de qualidade, que assegure a ampliação dos direitos de cidadania da população rural, garantindo, assim, o direito do aluno ao acesso e permanência na escola e, sua inserção no mundo do trabalho (INEP/MEC, 2007, p. 08-09).

Em virtude da SEMED não possuir um histórico a respeito da educação do campo, algumas informações foram ocultadas, pois segundo informações da secretaria não havia nenhum arquivo nos computadores quando a nova gestão assumiu, fato que dificultou o trabalho das equipes.

Assim como a estrutura física da escola pode influenciar no rendimento escolar do aluno, outro fator a ser levado em consideração é a qualidade da merenda escolar. Nesse sentido, ressalta-se que:

O emprego da alimentação saudável e adequada, compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura e as tradições alimentares, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos alunos em conformidade com a sua faixa etária, sexo e atividade física e o seu estado de saúde, inclusive para os que necessitam de atenção específica (BRASIL, 2009, p. 19).

A distribuição da merenda escolar para as escolas do campo ocorre uma vez por mês, visto que, essas escolas ficam distante da cidade o que dificulta essa distribuição. Os alimentos disponibilizados pela SEMED geralmente são enlatados, não há uma variação no cardápio, visto que, devido a distância alguns alimentos perecíveis não durariam até chegar as escolas destinadas. Com o objetivo de fornecer uma alimentação mais saudável às escolas a SEMED faz parceria com alguns agricultores da comunidade para fornecer frutas e hortaliças para suprir essa necessidade nutricional.

Os livros didáticos são distribuídos na primeira viagem realizadas as escolas (Figura 7), antes do início das aulas, a escolha do mesmo é feito com os gestores e alguns professores, porém antes de serem distribuídos aos alunos, esses livros ficam armazenados de forma incorreta em uma área dentro do prédio da SEMED o que acaba por danificar alguns materiais que chegam na escola sem condições de uso devido a longa viagem de barco.

Figura 7 - Depósito dos Livros Didáticos



Fonte: Autora (2018)

Os livros didáticos são distribuídos pelo Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) e desempenham um papel muito importante na prática pedagógica, ou seja, no sistema educacional brasileiro, pois são considerados como um instrumento de apoio aos professores de grande valor educacional, além de contribuir para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Conforme pode-se observar na figura abaixo os livros didáticos ficam armazenados de forma precária, o que pode danificar os mesmos.

Nesse sentido, Lopes (2007, p. 208), atribui uma definição clássica ao livro didático que, “[...]é uma versão didatizada do conhecimento para fins escolares e/ou com o propósito de formação de valores” que configuram concepções de conhecimentos, de valores, identidades e visões de mundo.

No entanto, os PCNs (BRASIL, 1997) recomendam que o professor utilize, além do livro didático, materiais diversificados (jornais, revistas, computadores, filmes, etc), como fonte de informação, de forma a ampliar o tratamento dado aos conteúdos e fazer com que o aluno se sinta inserido no mundo à sua volta.

Contudo, na maioria das escolas o único recurso impresso utilizado pelos professores são os livros didáticos que na maioria das vezes não está relacionado com a realidade do aluno, nesse sentido, torna-se necessário escolher adequadamente o livro a ser utilizado em sala de aula.

### **3. DELINEAMENTO DA PESQUISA**

Nesta seção será delineado todo o percurso metodológico da pesquisa, ou seja, será descrito o passo a passo todos os procedimentos realizados para a coleta de dados. No entanto, teremos a oportunidade de conhecer a área de estudo, bem como, os sujeitos participantes da pesquisa. Destaca-se ainda neste capítulo, de forma detalhada o tipo de pesquisa, os instrumentos e técnicas pertinentes que foram utilizadas para a realização desta pesquisa.

#### **3.1 ÁREA DE ESTUDO**

Esta pesquisa foi realizada na Escola Municipal Antonieta Ataíde II, rede municipal de ensino de Humaitá-Amazonas, localizada na Comunidade de Cristolândia, na BR 319, distante a 55 km de Humaitá-AM. A escolha da área de estudo se deu primeiramente, pelo fato de pertencer ao quadro permanente da escola e vivenciar o cotidiano escolar e comunitário. Esta comunidade foi criada em decorrência da ocupação por pequenos produtores que fixaram moradias e lutaram pela implantação de uma instituição de ensino para atender os interesses de seus familiares.

Essa área ainda se encontra em disputa para sua regularização. Segundo alguns moradores, muitos fazendeiros estão ocupando áreas próximas o que, vez por outra, ocasiona pequenos conflitos. Nesta comunidade percebeu-se que a grande maioria dos moradores são oriundos de outros estados como Rondônia, Minas Gerais, Mato Grosso e Bahia. Poucos moradores são oriundos do município de Humaitá-AM. Observe a imagem da comunidade (Figura 8), onde pode-se notar que as ruas são bem traçadas, possuem energia elétrica e água de poço artesiano.

Figura 8 - Vista aérea da comunidade Cristolândia



Fonte: acervo pessoal (2018)

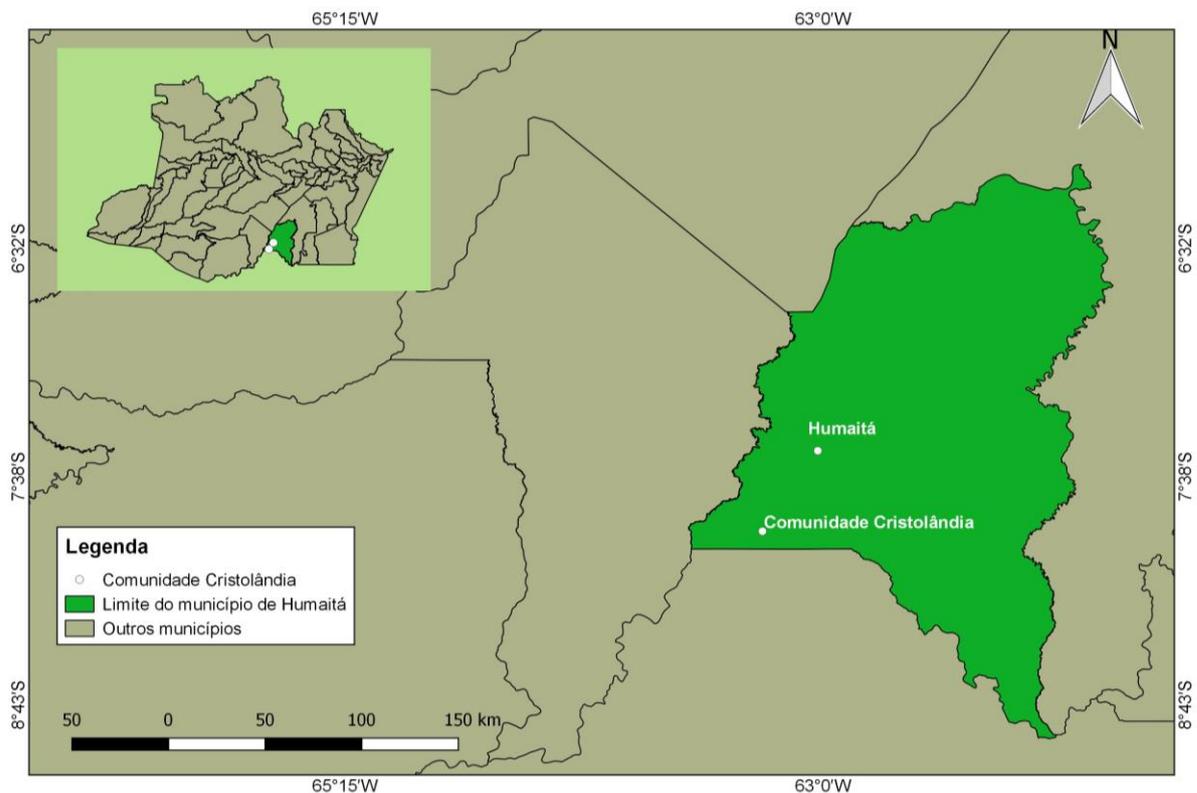
A comunidade possui aproximadamente 250 famílias, não possui posto médico e nem odontológico para o atendimento dos comunitários. Existe uma agente de saúde que realiza o exame e tratamento da malária. As pessoas que necessitam de atendimento se deslocam para Humaitá e/ou para Porto Velho. Nesta localidade não existe serviço de saneamento básico, as residências utilizam as fossas negras, o que causa grande dano ao meio ambiente e a saúde pública.

A falta de tratamento do esgoto sanitário doméstico traz várias consequências negativas para a sociedade. A literatura cita a saúde como a principal variável impactada pelas condições sanitárias da população. Nesse contexto, a consequência da falta de tratamento de esgoto, seja rural ou urbano, ocasiona diversas doenças, denominadas doenças feco-orais, que têm como marco principal as doenças diarreicas (COSTA; GUILHOTO, 2014, p.1).

A distribuição de água para as residências é feita através do poço artesiano, que distribui água para todos os moradores desta comunidade. Verifica-se que não existe tratamento e nem monitoramento da água disponível, tanto para os moradores como para a escola. Considerando que em decorrência das consequências provocadas pelas diversas formas de contaminação, a qualidade da água tornou-se uma questão de saúde pública. A qualidade da água é determinada em função de características físicas, químicas e biológicas, sendo os teores máximos de impurezas permitidos são estabelecidos em pelos órgãos de controle deste recurso hídrico que se constituem nos padrões de qualidade (MOTA,1997).

Conforme mencionado anteriormente, a escolha da referida escola se deu em virtude do momento em que passei a fazer parte do quadro de funcionários dessa instituição, o que facilitou o acesso as informações e além disso por ser uma área que está situada próximo a cidade de Humaitá. Essa escola encontra-se localizada no km 55, BR 319 sentido Humaitá-Porto Velho (Figura 9).

Figura 9 - Mapa de localização da Área de Estudo-Escola Municipal Rural Antonieta Ataíde II



Fonte: autora (2018)

A comunidade Cristolândia possui uma Escola Municipal que atende alunos da comunidade e adjacências. Possui pequenos comércios, igrejas (evangélicas e católica), possui

rede de internet e um telefone público. A maior fonte de renda é a agricultura familiar, criação de gado e recursos de programas governamentais, como por exemplo, o Bolsa Família.

O acesso a essa comunidade/escola se dá por meio de transporte terrestre com um percurso de aproximadamente 45 minutos. A escola recebeu esse nome em homenagem a primeira prefeita mulher Antonieta Ataíde no ano de 1957 a 1960 por sua grande parcela de contribuição na história política do município de Humaitá.

A referida escola foi construída (em alvenaria) pelo FNDE em 17 de dezembro de 2016, sob o decreto nº 033/96 de 25 de outubro de 1996, no governo de Michel Temer presidente da república e na gestão do prefeito de Humaitá José Cidenei Lobo do Nascimento (Figura 10).

Figura 10 - Placa de Inauguração da escola



Fonte: Acervo pessoal (2018)

Apesar da Escola Municipal Rural Antonieta Ataíde II apresentar uma estrutura física boa, de alvenaria, ela é considerada de pequeno porte, pois sua estrutura física é composta por apenas uma sala de diretoria, duas salas de aula, dois banheiros (masculino e feminino), uma cozinha e uma área (pátio) que serve como refeitório para os alunos. A mesma não é murada, fato que exige mais atenção dos professores e funcionários em relação aos alunos, pois a escola fica às margens da BR 319, onde é intenso o fluxo de carros, o que pode oferecer riscos de acidentes com os alunos.

De acordo com a figura 11, pode-se observar a referida escola:

Figura 11 - Escola Municipal Rural Antonieta Ataíde II



Fonte: Acervo pessoal (2018)

A diretoria é pequena, além de funcionar como secretaria também serve como depósito para armazenar os livros didáticos, funciona ainda como sala para os professores, pois por ser uma escola pequena, os professores não possuem um espaço adequado para fazerem seus planejamentos, assim muitos são obrigados a se organizar fora do ambiente escolar sempre que possível ou até mesmo utilizando as mesas do refeitório para elaborar, corrigir provas e planejar as aulas. Conforme o entendimento de RINALDI (2002, p. 77):

[...] O ambiente escolar deve ser um lugar que acolha o indivíduo e o grupo, que propicie a ação e a reflexão. Uma escola ou uma creche é antes de tudo, um sistema de relações em que as crianças e os adultos não são apenas formalmente apresentados a organizações, que são uma forma da nossa cultura, mas também a possibilidade de criar uma cultura. [...]. É essencial criar uma escola ou creche em que todos os integrantes sintam-se acolhidos, um lugar que abra espaço às relações.

A escola não possui uma área de lazer para as crianças e nem uma quadra esportiva onde os alunos possam fazer as atividades de Educação Física com conforto e segurança, os mesmos realizam essas práticas ao ar livre em um campo de futebol da comunidade que fica fora das dependências da escola, aproximadamente uns 100m. Nos dias chuvosos fica difícil trabalhar as atividades práticas de Educação Física (Figura 12).

Figura 12 - Local para realização das atividades físicas



Fonte: Acervo pessoal (2018)

Nesse sentido, percebe-se a importância de oferecer uma infraestrutura escolar adequada capaz de fornecer comodidade e segurança aos alunos, visto que muitos deles passam a maior parte do tempo em uma sala de aula. Pelo fato da escola Antonieta Ataíde II possuir apenas duas salas de aula, o ensino acontece de forma multisseriada, sendo que a mesma funciona em três períodos: Matutino, Vespertino e Noturno. Embora o atendimento ocorra em três períodos, não é o suficiente para atender a demanda de alunos, visto que, a turma de Educação Infantil, os alunos são obrigados a dividir a sala com alunos de 4º ao 5º ano do ensino fundamental, o “6º ano com o 7º” e o “8º com o 9º” ano, fato que compromete a aprendizagem de ambas as turmas. O período noturno é destinado ao atendimento ao EJA.

Cabe salientar que a Escola Municipal Antonieta Ataíde II não possui um histórico de fundação e nem possui Projeto Político Pedagógico (PPP), sendo essas informações acima citadas foram repassadas pelo gestor responsável da escola. Diante disso, nota-se que o PPP é de fundamental importância em uma escola, pois o mesmo visa orientar os trabalhos durante o ano letivo, as ações a serem desenvolvidas pela escola, ou seja, suas metas, seus objetivos e os caminhos que devem ser traçados para que esses objetivos sejam alcançados. O PPP é definido como:

Nesse sentido, o PPP é definido por LIBÂNEO (2012, p. 484) como:

[...] prática educativa, manifestações do caráter formativo do ambiente de trabalho. Ou seja, a organização escola, o sistema de gestão e de tomada de decisões, carrega uma dimensão educativa, constitui espaço de formação. O projeto pedagógico, assim entendido, é ingrediente do potencial formativo das situações de trabalho (LIBÂNEO, 2012, p. 484).

Conforme as definições do autor, o processo de construção do PPP deve ocorrer de forma coletiva, havendo a interação de todos os indivíduos que influenciam no funcionamento da escola, tornando-se assim um instrumento de transparência visando o bem comum a todos.

O corpo docente dessa instituição de ensino é composto por nove educadores do campo que atende uma demanda de 105 alunos (2018) proporcionando as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA), como mencionado anteriormente. Todos os professores que trabalham na escola possuem nível superior e alguns têm especialização em determinada área, conforme será apresentado no capítulo seguinte.

Além disso, todos os professores são oriundos do Município de Humaitá e residem na comunidade Cristalândia durante o período letivo em uma casa alugada pela prefeitura municipal. Uma merendeira e uma auxiliar de serviços gerais também compõem o quadro de funcionários da escola, sendo esta responsável pelo armazenamento e preparação da alimentação para os alunos e a auxiliar de serviços gerais é responsável pela limpeza do ambiente escolar, e ambas são moradoras da própria comunidade.

Os recursos tecnológicos existentes na escola são disponibilizados pela SEMED são eles: um computador e uma impressora que serve tanto para os trabalhos administrativos da diretoria quanto para uso dos professores na elaboração e impressão de avaliações para os alunos. O ambiente escolar é bem limpo e conservado, as salas de aulas embora pequenas são climatizadas. Os banheiros atendem tanto os alunos como os demais funcionários.

### 3.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Para a realização desta pesquisa optou-se por entrevistar os professores que trabalham na Escola Municipal Rural Antonieta Ataíde II. Nesta escola trabalham nove professores, no entanto, entrevistou-se apenas oito, pois a autora desta dissertação faz parte do quadro de professores e por isso não poderia participar desta pesquisa, conforme pode-se observar no item 5.1.1 onde foi delineado o perfil dos entrevistados (Quadro 3).

Os critérios de inclusão dos professores participantes da pesquisa foram: ser maior de idade; ser educador e atuar na escola Municipal Rural Antonieta Ataíde II. Deste modo, os critérios de exclusão foram: aqueles professores que se recusaram a participar da pesquisa, ou

alegarem falta de tempo e que a realização das entrevistas poderia atrapalhar suas atividades em sala de aula. Além disso, poderiam ter sido excluídos desta pesquisa os professores que quisessem desistir de continuar participando, caso sentir-se agredidos ou constrangidos com alguma pergunta que lhes causasse desconforto físico, moral ou intelectual. Também seriam excluídos os professores que se recusassem a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Após a assinatura do TCLE, foi feito um planejamento para definir o horário mais adequado para que cada pudesse realizar as entrevistas sem comprometer seus compromissos em sala de aula. Assim ficou determinado a realização de duas entrevistas por dia nas dependências da própria escola no período de dezembro de 2018.

### 3.3 TIPO DE PESQUISA E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A metodologia aplicada neste estudo buscou fornecer os instrumentos necessários para uma pesquisa em uma abordagem qualitativa. A mesma fundamentou-se nesse tipo de abordagem, pois levaram em consideração as suposições de problemáticas de grupos sociais, não só com números quantificáveis e sim com fenômenos produzidos pela ação humana e a partir de fenômenos e as reflexões sobre a realidade estudada.

O ponto de partida de uma investigação científica fundamenta-se na organização de um procedimento metodológico, ou seja, um levantamento de dados onde o pesquisador busca atingir satisfatoriamente seus objetivos dando respostas para a situação ou problema abordado na pesquisa, visando assim a construção de novos conhecimentos.

Assim Tartuce, define o conhecimento como:

[...] a manifestação da consciência de conhecer, pois ao viver, o ser humano tem experiências progressivas, da dor e do prazer, da fome e saciedade, do quente e do frio, entre muitas outras. É o conhecimento que se dá pela vivência circunstancial e estrutural das propriedades necessárias à adaptação, interpretação e assimilação do meio interior e exterior do ser. Dessa maneira, ocorrem, então, as relações entre sensação, percepção e conhecimento, sendo que a percepção tem uma função mediadora entre o mundo caótico dos sentidos e o mundo mais ou menos organizado da atividade cognitiva. É importante frisar que o conhecimento, como também o ato de conhecer, existe como forma de solução de problemas próprios e comuns à vida, (TARTUCE, 2006, p. 5).

Nesse sentido, entendeu-se que a pesquisa científica se configura como um conjunto de procedimentos que serão utilizados pelo pesquisador para a realização de uma investigação objetivando assim obter uma resposta sobre um determinado objeto de estudo, produzindo novas descobertas científicas.

Fonseca (2002), afirma que a ciência é uma forma particular de conhecer o mundo, ou seja, é o saber produzido através do raciocínio lógico associado à experimentação prática que se caracteriza por um conjunto de modelos de observação, identificação, descrição, investigação experimental e explanação teórica de fenômenos.

Assim, ao realizar uma pesquisa científica é necessário planejar e organizar as atividades de forma sistemática, conforme as normas metodológicas vigentes, tendo em vista a evolução do conhecimento humano em todos os setores, diante disso, deve-se buscar informações em fontes fidedignas em obras e autores que discorrem sobre o tema proposto para embasar teoricamente o estudo a ser realizado.

A pesquisa científica está voltada para a produção do conhecimento, ou seja, consiste em contribuir com a evolução dos saberes humanos em todos os aspectos, tanto social quanto científico, podendo assim contribuir para o crescimento profissional e pessoal de seus cidadãos.

Nesse sentido, a abordagem qualitativa trata de uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, ou seja, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecer análises mais detalhadas sobre o objeto de investigação.

De acordo com as definições de Minayo (2007, p. 21), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, pois:

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Este conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que fez e interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com os seus semelhantes.

Contudo, a pesquisa qualitativa, é um método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, ou seja, procura identificar as características, dos participantes da pesquisa, enfatizando assim, seus valores, crenças e atitudes dentro da realidade social vivida por eles. Esse tipo de abordagem permite aos entrevistados a liberdade para expressar suas ideias e pensamentos sobre determinados assuntos que estejam relacionados com o objeto de estudo.

Nesse sentido, ao realizar a pesquisa qualitativa, espera-se conseguir compreender o comportamento de determinado grupo-alvo, estudando as suas particularidades e experiências individuais.

Para nortear e embasar este trabalho científico privilegiou-se como procedimento metodológico a revisão bibliográfica por meio de livros, artigos científicos, tese e

dissertações, utilizando as seguintes palavras-chaves: Percepção Ambiental, Preservação, Conhecimento, Natureza e Educação.

Outro procedimento utilizado foi à pesquisa documental que se fez necessária para a compreensão da Educação do Campo e a problemática “meio ambiente” vem sendo registrada nos documentos oficiais que regem à educação. A análise documental foi realizada por meio de documentos disponibilizados pela SEMED órgão público que norteiam à educação no Município de Humaitá Amazonas, além de leis e normas referentes a educação do campo e ambiental.

A pesquisa documental é importante, pois visa analisar os documentos que existem sobre o objeto pesquisado, nesse sentido, são analisados os materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008).

A pesquisa bibliográfica, dentro de uma pesquisa científica, visa fundamentar teoricamente a construção do universo a ser pesquisado auxiliando o embasamento teórico, (GIL, 2010). O levantamento bibliográfico é realizado por meio da análise de fontes secundárias que abordam o objeto de estudo, com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, monografias, artigos científicos, entre outros que tratam sobre a temática em questão.

Assim, a pesquisa bibliográfica torna-se importante para a etapa inicial da investigação proposta, pois consiste em reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir de determinado tema.

Após a revisão bibliográfica e pesquisa documental partiu-se para a coleta de dados por meio de entrevista com perguntas semiestruturadas com os educadores que aceitaram participar desta pesquisa, além da observação direta.

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (FONSECA, 2002).

Todavia, esta foi uma etapa de suma importância na realização da pesquisa, pois teve a finalidade de coletar os dados diretamente no *locus* do estudo, este tipo de pesquisa visa integrar a pesquisa bibliográfica e documental para a construção com mais aprofundamento do conhecimento sobre o objeto pesquisado.

Para a realização da pesquisa de campo, primeiramente, foi solicitado à autorização para a realização da pesquisa à SEMED e posteriormente para à direção da escola Municipal

Rural Antonieta Ataíde II. Após a autorização da escola, logo em seguida, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para a devida análise e autorização para a realização desta pesquisa. Após aprovado, no Comitê de Ética, o projeto foi apresentado aos educadores para conhecimento e realização de esclarecimento que se fez necessário, na oportunidade foi apresentado o TCLE, onde os mesmos leram e ficarão cientes do que tratava a pesquisa, diante disso, todos concordassem em participar desta pesquisa e assinaram o termo.

Este estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/AM) com número CAAE: 01039318.3.0000.5020, em 09 de dezembro de 2018. Os entrevistados não tiveram seus nomes ou fotos divulgadas sem sua autorização, pois a pesquisa está em total consonância com os critérios bioéticos preconizados pela Resolução/CNS No 466/2012 a respeito de estudos envolvendo seres humanos.

Após aprovação final do CEP, iniciou-se a aplicação das entrevistas semiestruturadas contemplando questões relativas aos dados socioeconômicos dos docentes que foram necessários para melhor caracterização dos participantes.

O procedimento para a coleta de dados foi a realização de entrevistas efetivado por meio de visitas ao local de estudo, autorizada pelo gestor da escola, representante da comunidade e professores, onde foram feitos todos os esclarecimentos e assinados os devidos documentos relevantes para a realização da pesquisa, sendo agendada uma data e horário que fossem mais convenientes a todos os participantes para a realização da entrevista. O período de realização de coleta de dados em campo foi do dia 10/12 a 17/12 de 2018.

Em seguida, o outro instrumento utilizado nesta pesquisa foi a observação direta que é o tipo de investigação em que serve, sobretudo para a construção da etapa descritiva onde o objetivo desta é dar sentido a fundamentação do objeto de estudo.

Assim, na perspectiva de Gil (2010, p. 129):

A observação assume geralmente a forma de observação participante, que se caracteriza pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno estudado, com a finalidade de se obter informações acerca da realidade vivenciada pelas pessoas em seus próprios contextos

Levando em consideração a pesquisa a partir da abordagem qualitativa, elencam-se as seguintes técnicas que servirão de auxílio na captação de dados que sustentarão a pesquisa em questão: considerando a natureza da investigação desta pesquisa optou-se pela gravação das entrevistas em áudio, visto que é uma técnica eficaz para uma melhor compreensão dos dados coletadas. As entrevistas foram realizadas mediante à autorização dos participantes.

Segundo Minayo (2010), a entrevista semiestruturada faz uma combinação de perguntas abertas e fechadas possibilitando a flexibilidade que nortearão as questões a serem

realizadas. Nesta fase realizou-se as entrevistas com os educadores, e observação direta que se fez necessário para analisar a percepção ambiental que estes educadores apresentam sobre as questões ambientais e suas influências no processo educacional.

Contudo, a entrevista tem como finalidade a aproximação do pesquisador com os participantes da pesquisa, um encontro entre duas pessoas, ou seja, é uma das estratégias mais usada no processo de trabalho de campo, pois fornece dados básicos para uma compreensão detalhada em relação aos atores sociais e contextos sociais específicos (MINAYO, 2008).

A elaboração da entrevista se deu por meio de levantamentos bibliográficos sobre o assunto, de experiência pessoal de seis anos no trabalho com educação e discussões com profissionais de diferentes áreas do conhecimento, procurando atender os objetivos proposto neste trabalho.

A entrevista foi dividida em dois blocos: bloco I possibilitou o delineamento do perfil dos educadores que participaram desta pesquisa, com o intuito de conhecer seus dados pessoais e suas experiências na área da educação, entre outros.

No bloco II trabalhou-se as questões de caráter subjetivo a fim de contemplar informações em dois enfoques: percepção do meio ambiente e seus recursos e a percepção da relação ser humano-meio ambiente. No primeiro enfoque foram abordadas questões sobre água, solo, ar, florestas, problemas ambientais, utilização de recursos naturais, papel do poder público e fauna. Enquanto que no segundo enfoque abordou-se o processo educativo da escola, a interdisciplinaridade para seus alunos e comunidade.

Essa experiência, juntamente, com a preocupação com as questões ambientais foi presenciada no município de Humaitá-AM e que impulsionou por investigar a percepção dos educadores do campo sobre o meio ambiente.

Durante o período de permanência na comunidade foram realizadas as entrevistas e a observação direta com os educadores dentro do contexto escolar. Nesta fase, foi utilizado o caderno de campo, gravador e câmeras fotográficas cujo intuito foi registrar os acontecimentos do cotidiano destes educadores em relação às questões ambientais, suas atitudes e seu envolvimento com a natureza.

Diante disso, após coletar os dados por meio das entrevistas, todas foram digitadas na íntegra, sem cortes nos depoimentos dos entrevistados, para que assim a transcrição ocorresse da forma mais fidedigna possível, ou seja, sem interrupções de informações que foram necessárias para a construção dessa pesquisa.

Após concluir essas etapas da pesquisa, os dados coletados foram organizados e analisados de forma crítica, sustentado na análise textual discursiva (ATD) a fim de subsidiar

a interpretação dos dados coletados durante o processo de investigação de campo. Em seguida, iniciou-se a análise dos dados cujo objetivo foi identificar a percepção apresentada pelos educadores.

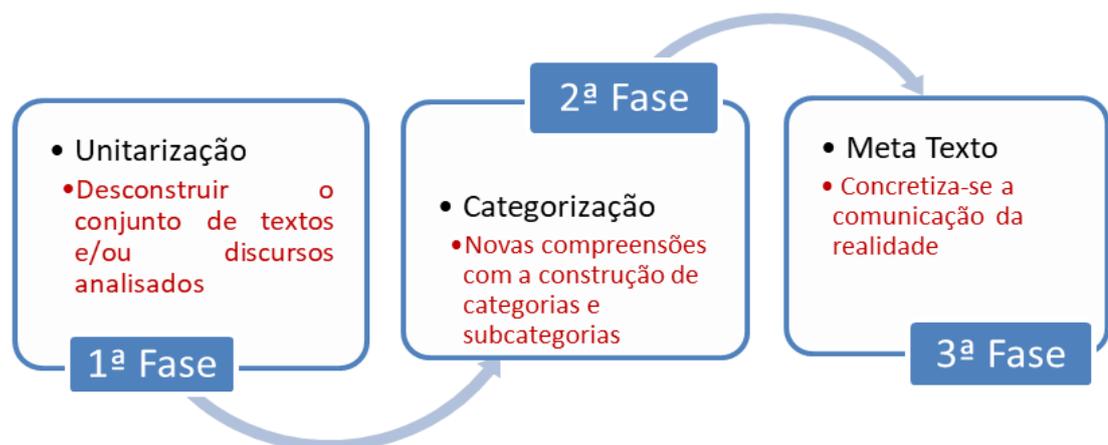
Para os dados coletados no Bloco II denominado “Percepção Ambiental dos Educadores” utilizou-se a técnica da ATD, essa técnica de análise de dados qualitativos idealizada por Moraes; Galiuzzi (2016) que se caracteriza como “uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a Análise de Conteúdo e a Análise de Discurso (2006, p. 118)”, visando assim a construção de respostas aos questionamentos propostos.

De acordo com Moraes (2003), a ATD:

[...] pode ser compreendida como um processo auto organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução do *corpus*, a unitarização, o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização, e o captar do novo emergente em que nova compreensão é comunicada e validada (2003, p.192).

Partindo desse pressuposto, a ATD fundamenta-se em três fases que são determinadas por: a unitarização, a categorização e a comunicação. Para que haja um melhor entendimento sobre essa técnica, explicaremos detalhadamente o que significa cada uma dessas fases.

Figura 13 - Processo de Análise Textual Discursiva



Fonte: adaptada Moraes e Galiuzzi (2016).

A primeira fase da ATD é denominada de unitarização e se constitui na primeira fase desse processo de análise, é o momento de desconstrução dos dados da pesquisa, de identificação e expressão de unidades de análise obtidas a partir dos dados da pesquisa. Nesse sentido, unitarizar é interpretar e isolar ideias significativas sobre a temática investigada.

Contudo, é necessária uma leitura minuciosa, detalhada e cuidadosa, dos textos e/ou discursos dos sujeitos da pesquisa, momento no qual o investigador em educação não pode furta-se em assumir suas interpretações (MORAES; GALIAZZI, 2016).

Nessa fase, os textos e/ou discursos apresentados para análise são recortados, fragmentados e desconstruídos, sempre relacionado com a capacidade interpretativa do pesquisador. Em sequência, agrupam-se as unidades de significado semelhantes, gradativamente, em categorias iniciais, intermediárias e finais. Após a realização da unitarização, que precisa ser feita com intensidade e profundidade, passa-se a fazer a articulação de significados semelhantes em um processo denominado de categorização.

Na ATD, a fase de unitarização se constitui em três momentos distintos:

1. fragmentação dos textos e codificação de cada unidade;
2. reescrita de cada unidade de modo que assumam um significado o mais completo possível em si mesma;
3. atribuição de um nome ou título para cada unidade assim produzida (MORAES 2003, p. 195).

A segunda fase é denominada de categorização, caracteriza-se por um “processo de comparação constante entre as unidades definidas no processo inicial de análise, levando ao agrupamento de elementos semelhantes (MORAES, 2016, p.197)”. Neste processo reúnem-se as unidades de significado semelhantes, podendo gerar níveis de categorias de análise, este processo todo gera meta-textos analíticos que irão compor os textos interpretativos.

Considerando os objetivos da pesquisa, nesta etapa se constroem as categorias considerando os elementos semelhantes num processo dinâmico, pois essas categorias podem ser modificadas ou reorganizadas. Moraes; Galiazzi (2006), “[...] as categorias não saem prontas, e exigem um retorno cíclico aos mesmos elementos para sua gradativa qualificação. O pesquisador precisa avaliar constantemente suas categorias em termos de sua validade e pertinência (p. 125)”. Diante disso,

[...] uma mesma unidade pode ser lida de diferentes perspectivas, resultando em múltiplos sentidos, dependendo do foco ou da perspectiva em que seja examinada. Por essa razão aceitamos que uma mesma unidade possa ser classificada em mais de uma categoria, ainda que com sentidos diferentes (MORAES, 2006, p. 199).

Considerando as fases da ATD apresentamos última fase da análise textual discursiva que objetiva à apreensão do novo emergente, ou seja, a construção de um metatexto, uma nova comunicação da realidade pelo pesquisador realizando considerações sobre as categorias e suas relações com a realidade. Neste sentido,

[...] os metatextos são constituídos de descrição e interpretação, representando o conjunto um modo de compreensão e teorização dos fenômenos investigados. A qualidade dos textos resultantes das análises não depende apenas de sua validade e

confiabilidade, mas é, também, consequência do pesquisador assumir-se como autor de seus argumentos (MORAES, 2006, p. 202).

Nessa fase, o pesquisador precisa analisar os dados com rigor para que assim possa obter novos entendimentos, que segundo Moraes (2006), a validade e confiabilidade dos resultados de uma análise, depende “do rigor com que cada etapa da análise foi construída, [...] uma unitarização e uma categorização rigorosas encaminham para metatextos válidos e representativos dos fenômenos investigados (p. 206)”.

Salientamos que ao realizar o estudo sobre a percepção ambiental de educadores do campo e suas influências no processo educacional, utilizou-se as entrevistas como instrumento para elaboração da análise textual discursiva. Para tanto, foi realizada a transcrição, ou seja, descreveu-se na íntegra os discursos dos educadores apresentados nas entrevistas sem nenhum corte, correções ou interpretações iniciais, cujo objetivo é preservar a fala dos participantes que irão ser analisadas de acordo com as categorias que serão construídas a posteriori.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE EDUCADORES DO CAMPO EM HUMAITÁ**

A quinta seção trata da percepção ambiental apresentada pelos educadores do campo e suas influências no processo educacional no município de Humaitá-AM. Assim, conforme os procedimentos descritos nesta pesquisa, após a realização da coleta de dados em campo, será descrito nesta seção os resultados que foram obtidos na pesquisa por meio de entrevistas semiestruturadas (Apêndice A) contendo 16 perguntas abertas e fechadas, afim de obter informações para caracterizar a área de estudo bem como a percepção ambiental e o perfil dos docentes entrevistados.

#### **4.1.1 Perfil dos entrevistados**

Os educadores da Escola Municipal Rural Antonieta Ataíde II que atuam nas diversas modalidades de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e EJA), apresentam formação em graduação e pós-graduação nas seguintes áreas: Pedagogia, Letras e Normal Superior, atendendo a uma demanda de 105 alunos.

Todos os professores entrevistados são procedentes da área urbana e possuem formação acadêmica em nível superior, apenas dois deles não possuem pós graduação, os mesmos afirmam que trabalham a temática ambiental em suas aulas, porém a falta de materiais pedagógicos e projetos voltados para a preservação do meio ambiente acabam

dificultando o trabalho em sala de aula, e por esse motivo eles apresentam dificuldades em abordar essa temática de forma interdisciplinar e mais profunda.

De acordo com Gil (2010, p. 91), amostragens dessa natureza:

[...] não apresentam fundamentação matemática ou estatística, dependendo unicamente de critérios do pesquisador. Claro que os procedimentos deste tipo são muito mais críticos em relação à validade de seus resultados, todavia apresentam algumas vantagens, sobretudo no que se refere ao custo e ao tempo despendido.

Para compreender o quadro de professores procurou-se criar o perfil dos professores que desenvolve atividades na referida escola como forma de relacionar sua idade, formação acadêmica, especialização, regime de trabalho, tempo de atuação e carga horária (Quadro 3).

Quadro 3 – Perfil dos Professores da Escola Municipal Rural Antonieta Ataíde II

Prof	Gênero	Idade	Formação Acadêmica	Pós-Graduação	Regime de Trabalho	Tempo de Atuação	Carga Horária
P1	Masc.	45	Normal superior	Alfabetização e Linguagem	Efetivo	20 Anos	60h
P2	Fem.	36	Pedagogia	Psicopedagogia/ Metodologia	Efetivo	18 Anos	20h
P3	Fem.	39	Pedagogia	Psicopedagogia	Efetivo	2 Anos	20h
P4	Masc.	37	Letras	Não possui	Seletivo	2 Anos	20h
P5	Masc.	54	Normal superior	Filosofia da História	Efetivo	22 Anos	40h
P6	Fem.	35	Pedagogia	Psicopedagogia	Efetivo	5 Anos	40h
P7	Fem.	26	Pedagogia	Psicopedagogia	Efetivo	1 Ano e 5 meses	20h
P8	Fem.	34	Letras	Não Possui	Seletivo	6 Anos	20h

Fonte: Coleta de dados, 2018.

Como pode-se perceber de acordo com o quadro acima foram entrevistados oito professores sendo cinco do sexo feminino e três do sexo masculino. Por questões éticas foram identificados com um código de acordo com a função que exerce na escola e um número que corresponde a ordem das entrevistas (P1, P2, P3...). Verificou-se que todos os professores possuem formação superior, seis professores possuem pós-graduação e apenas dois não possuem, exatamente os que se encontram no regime de trabalho de processo seletivo.

Apesar dessa escola apresentar uma realidade diferente da maioria das escolas do campo do Amazonas, com grande parte dos professores efetivos, não pode-se dizer que isso configura um fator importante, pois todos os professores ministram aulas de disciplinas diferentes de sua formação, o que pode comprometer o processo de ensino-aprendizagem dos

alunos. A carga horária varia de 20 a 60h de trabalho semanais na escola. Essa prática corriqueira de ministrar disciplina para a qual o professor não possui formação pode incidir numa “ruptura entre significado e sentido, tornando o trabalho do professor alienado, comprometendo ou descaracterizando a atividade docente (BASSO, 1998, p.19). O quadro 4 mostra de forma detalhada o perfil dos professores da escola Municipal Rural Antonieta Ataíde II.

Quadro 4 - Atuação dos docentes participantes da pesquisa

<b>Professor</b>	<b>Disciplinas</b>	<b>Modalidade</b>
<b>P1 Normal superior</b>	História, Matemática, Educação Física, Arte e Ensino Religioso	EJA
<b>P2 Pedagogia</b>	Todas as disciplinas	4º e 5º Ano
<b>P3 Pedagogia</b>	Todas as disciplinas	Ed. Infantil
	Ensino Religioso, Língua Portuguesa, e Língua Inglesa.	6º ao 9º Ano
<b>P4 Letras</b>	Ensino Religioso, Língua Portuguesa e Língua Inglesa.	6º ao 9º Ano
<b>P5 Normal superior</b>	Todas as disciplinas	1º ao 3º Ano
	Todas as disciplinas	EJA
<b>P6 Pedagogia</b>	Reforço	1º ao 5º Ano
<b>P7 Pedagogia</b>	Todas as disciplinas	4º e 5º Ano
<b>P8 Letras</b>	Matemática, Educação Física e Artes	6º ao 9º Ano

Fonte: Coleta de dados, 2018.

Com relação ao tempo de serviço na educação podemos constatar que três professores possuem uma vasta experiência apresentando-se mais de 18 anos de docência e os demais com pouca experiência como professor, sendo considerado professores iniciantes. Em conversa informal constatou-se que os professores desta escola não receberam nenhum tipo de formação específica para trabalhar com a educação do campo.

#### **4.1.2 Percepção ambiental de educadores e suas influências no processo educacional**

Para a realização das análises dos dados coletados, os mesmos foram organizados de acordo com a ordem das entrevistas. Nos dados coletados no bloco I das entrevistas denominado “Perfil dos Professores” construiu-se um quadro para ter uma visão mais



Para a realização da categorização, levou-se em consideração os significados atribuídos pelos sujeitos desta pesquisa nas entrevistas que foram realizadas. A palavra que aparece com mais frequência é “Desenvolvimento Sustentável”, mas neste trabalho utilizaremos a categoria sustentabilidade. Durante o processo de análise estabelecemos as categorias de acordo com as perguntas e o objetivo desta pesquisa.

Quanto indagou-se sobre o que seria meio ambiente, constatamos que essa percepção está muito ligada a natureza, a floresta e ao meio ambiente natural, associando essa perspectiva a uma visão romântica da natureza.

#### 4.1.2.1 Categoria 1 – Meio ambiente

Quando indagou-se sobre o que os professores entendiam por meio ambiente, os educadores relacionam o meio ambiente, a natureza, desmatamento, no geral, não contextualizam os diferentes ambientes modificados pela ação humana. Apenas um informante estabeleceu uma relação nos ambientes modificados, como podemos constatar nas falas seguintes:

Meio ambiente é tudo que está ao nosso redor, a natureza, os rios, a floresta, o ar que respiramos, tudo está ligado ao meio ambiente, portanto é a nossa vida (P4).

Meio ambiente é tudo que nos rodeia formado por elementos naturais e artificiais modificados (P2).

Meio ambiente é o local ou lugar que o ser habita (P5)

Preservação da natureza e o habitat dos seres vivos (P6).

Conforme foi observado, os professores relacionam o termo “meio ambiente” somente ao meio natural, sem considerar a inter-relação do homem-natureza, considerando a natureza intocada, um lugar distante. Precisamos tomar consciência que a natureza é transformada pelo homem, seja numa escala menor e/ou maior, com possibilidade de recomposição ou a sua destruição total. Atualmente, a população utiliza os recursos naturais de forma predatória, sem avaliar os danos que a ação do homem pode causar ao meio ambiente e ao próprio ser humano.

Vejamos por exemplo, o caso de um dos problemas ambientais que mais se destaca no município de Humaitá-AM, o descarte dos resíduos sólidos, que ocorre de forma irregular, ficando exposto a céu aberto, fato que passa despercebido pelas autoridades locais, sem nenhum controle sanitário ou ambiental, visto que, além de causar sérios danos ao meio ambiente acaba comprometendo a saúde e o bem-estar da população, pois os lixões fornecem condições propícias para a proliferação de doenças (OLIVEIRA et al., 2016).

No entanto, é necessário medidas urgentes que possam diminuir esses impactos que vem afetando o meio ambiente e a população, pois além dos gases que são liberados, à medida que o lixo vai se decompondo gera o chorume que é um líquido que contamina o solo e os lençóis freáticos em virtude dos compostos orgânicos e íons metálicos.

Outro questionamento realizado foi sobre a relação dos professores com a natureza. As respostas indicam que os professores se relacionam com a natureza de forma romântica, baseada no amor, na harmonia, no respeito e cuidado. Um professor apresentou um certo nível de consciência ambiental quando entendem as consequências que o uso dos recursos naturais pode causar danos no meio ambiente.

Particularmente harmoniosa. Pois, devido morar no sítio, tenho uma natureza como fonte de sobrevivência, pois é dela que consigo extrair uma parte de minha alimentação diária (P6).

Minha relação com a natureza é com muito respeito, procuro sempre fazer o melhor para com ela, pois preciso dela para sobreviver (P4).

Relação de extremo respeito, pois sei da sua importância para minha qualidade de vida, porém tenho consciência que poderia fazer mais para sua preservação (P7).

Muito natural, amigável tratando-a com respeito (P5).

Na medida do possível procuro fazer a minha parte, selecionando o lixo, preservando o pouco de árvore que ainda existe (regando quando posso) e economizando água sempre reutilizando p/ outras coisas, economizando energia e sempre que posso deixo o carro e utilizo a bicicleta afim de diminuir os poluentes liberados no ar (P2).

Constatou-se que a maioria dos professores apresentam uma visão muito romântica em relação ao meio ambiente, isso é um fator preocupante quando profissionais da educação apresentam pouco questionamento sobre a sua participação direta na construção de um mundo mais justo economicamente, socialmente e ecologicamente. É necessário refletir sobre a forma de como a sociedade vem se apropriando dos bens naturais e transformando em produtos cada vez mais descartáveis, utilizando de fonte não renováveis de energia, se apropriando de recursos minerais de forma predatório causando danos nos rios, solo e floresta.

Neste sentido, o meio ambiente “é o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (REIGOTA, 2004, p.21)”.

Atualmente, um dos problemas que mais afetam o meio ambiente é a questão dos resíduos sólidos (lixo) que são gerados pela atividade humana. Conforme as definições de (JACOBI; BESEN, 2011, p.1):

Um dos maiores desafios com que se defronta a sociedade moderna é o equacionamento da geração excessiva e da disposição final ambientalmente segura dos resíduos sólidos. A preocupação mundial em relação aos resíduos sólidos, em especial os domiciliares, tem aumentado ante o crescimento da produção, do gerenciamento inadequado e da falta de áreas de disposição final.

Durante a entrevista e na observação direta, presenciou-se os problemas ambientais na comunidade e, por consequência, na escola. Neste sentido, foi feito um questionamento aos professores sobre os problemas ambientais predominante na comunidade. Os professores e moradores da comunidade enfatizaram a falta de saneamento básico, pois não existe pavimentação das ruas, água tratada e nem rede de esgoto, além do problema do lixo.

Apesar da comunidade Cristolândia apresentar um número pequeno de moradores, este problema também afeta a comunidade, visto que é possível encontrar lixo exposto a céu aberto e o município de Humaitá não disponibiliza atendimento para coletar esses resíduos. Pode-se confirmar essa situação por meio da fala de alguns entrevistados.

Esse é um grande problema, na comunidade se depara em uma grande quantidade de lixo espalhado por todos os cantos, não tendo destino próprio. Por não ter coleta diariamente, as pessoas usam o meio mais fácil, enterrando ou queimando. A maioria desse lixo fica espalhado em céu aberto trazendo inúmeras consequências para a comunidade, mantendo em risco a própria saúde (P1).

Percebo que nesta comunidade não existe coleta de lixo. Os moradores para se livrarem acabam queimando o lixo em seus quintais, e em outros casos, percebo que jogam lixo em qualquer lugar, o que pode ocasionar doenças para este lugar (P3).

Aqui onde trabalho um dos piores problemas ambientais encontrado é a questão do lixo, não existe local adequado para os resíduos e muitas das vezes são jogados as margens da BR ou ainda queimados sem nenhuma precaução (P4).

Ainda falta local apropriado para depositar o lixo. Precisa-se de um local (aterro sanitário) para o lixo que não fique a céu aberto, pois o chorume contamina o solo (P5).

O esgoto que está a céu aberto e o saneamento básico que é precário. Muitos não têm noções de limpeza e conscientização de que a preservação é a melhor maneira de conservar o ambiente ao qual vive (P8).

Desse modo, é possível perceber que o lixo não é visto somente como um problema de caráter ambiental, mas também de saúde e qualidade de vida, como se percebe no discurso dos professores esse problema afeta diretamente a população desta comunidade.

É possível perceber o lixo exposto e queimados em vários locais, tanto próximos as residências como até mesmo da escola. Assim, nota-se que em geral as pessoas não tem consciência a respeito dos problemas que poderão surgir a partir dessa atitude incorreta, além de causar uma má aparência da comunidade esteticamente, pode contribuir para a proliferação de doenças e servir de esconderijos para animais peçonhentos que acaba pondo em risco a vida dos alunos e da população em geral. Podemos constatar esse fato de acordo com a (Figura 15).

Figura 15 - Descarte do Lixo



Fonte: Coleta de dados, 2018

Desse modo, pode-se considerar que:

[...] a questão do lixo não está restrita ao universo da problemática ambiental, mas, insere-se, na realidade do saneamento básico, que se relaciona às diversas atividades da vida urbana. A Organização Mundial da Saúde define saneamento como “o controle de fatores que atuam sobre o meio ambiente e que exercem, ou podem exercer, efeitos prejudiciais ao bem estar físico, mental ou social do homem.” Dentro dessa perspectiva está a limpeza urbana que realiza, entre outros serviços, a coleta, o tratamento e a destinação final de resíduos sólidos (STREB; BARBOSA, 2004, p. 5).

Mediante as respostas dos professores pode-se destacar que na comunidade não existe saneamento básico, sendo possível perceber que os lixos são descartados de forma incorreta. Desse modo, o sistema de saneamento básico torna-se um elemento muito importante para manter a preservação ambiental e consequentemente a qualidade de vida de uma população, contudo, serve como meio de prevenção contra a proliferação de doenças.

Conforme Sampaio (2015, p.83):

No Brasil os recentes investimentos em saneamento básico mostraram-se insuficientes, e milhões de brasileiros ainda não tem acesso à rede de esgoto e de água tratada em suas casas. Dados do IBGE (2011) indicavam que no país 84,6% contavam com sistema de coleta de lixo e 62,6 % eram atendidas por rede de esgotos (SAMPAIO, 2015, p. 83).

Visando manter a saúde e o bem-estar de toda sociedade brasileira, o saneamento básico tornou-se um direito assegurado pela Constituição e definido pela Lei nº.11.445/2007 responsável por fornecer serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem, limpeza urbana e manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais. Portanto, falta

infraestrutura para que a comunidade possa se desenvolver sem comprometer a saúde de seus habitantes.

Ainda por meio de relatos dos professores, não existe rede de abastecimento de água encanada tratada, a água fornecida para a população é coletada através de poço artesiano, além disso, falta pavimentação nas ruas, onde podemos perceber o esgoto a céu aberto (Figura 16).

Figura 16 - Esgoto a céu aberto



Fonte: Coleta de dados, 2018

Diante disso, percebe-se que de modo geral, os investimentos em relação aos serviços de saneamento básico, ainda é muito precário, o poder público praticamente não investe recursos em saneamento básico nesta comunidade o que provoca sérios problemas socioambientais.

Outro problema que merece nossa atenção é o desmatamento e as queimadas que estão sendo realizadas de forma inconsequente, visto que a comunidade é composta por pequenos fazendeiros que desmatam e queimam a floresta para criação de pastos para o gado (Figura 17).

Figura 17 - Desmatamento para o criação de gado



Fonte: Acervo pessoal (2018).

Além disso, algumas áreas são desmatadas por pequenos agricultores que também utilizam essa técnica de desmatamento para a produção agrícola, como mandioca, melancia, banana, abacaxi, dentre outros que servem de meio para subsistência de seus familiares. A figura 18, mostra uma área que foi desmatada para o plantio de arroz, que será utilizada para o consumo familiar e outra parte será comercializada na cidade de Humaitá-AM.

Figura 18 - Desmatamento para o cultivo de arroz



Fonte: Acervo pessoal (2018).

O produtor rural ou pequeno agricultor familiar, geralmente, não dispõe de muitos recursos para a preparação do solo para o plantio de seus produtos. Muitas vezes o agricultor reconhece o dano que o fogo ocasiona na natureza. Todavia,

[...] sob a ótica do produtor rural, especialmente os agricultores familiares, o fogo ainda é um recurso popular e econômico. O preparo do solo, por exemplo, é uma das atividades mais visadas. Quando a área de lavoura está infestada com grande quantidade de massa verde e conseqüentemente indica baixa possibilidade de se utilizar máquinas de preparo, faz-se uso desse recurso. Assim, o fogo é visto como um elemento facilitador para esse tipo de operação, isto é, contribui para a limpeza das áreas de produção, especialmente nos locais de difícil entrada do trator e seu respectivo implemento de preparo (RODRIGUES et al., 2016, p.8).

Essa prática ainda é muito vivenciada na comunidade Cristolândia, tanto nas pequenas propriedades como nas grandes fazendas que estão localizadas ao longo da BR 319. É notório o processo de queimadas em larga escala ao longo da rodovia ocasionando sérios problemas de saúde para toda a população. Como a escola encontra-se localizada muito próxima da rodovia, nos períodos em que as queimadas são constantes, a fumaça causa grande desconforto durante o período de funcionamento da escola.

Outro aspecto muito importante a ser destacado está relacionado com o aumento do tráfego na rodovia, em decorrência da abertura do novo porto graneleiro localizado em Humaitá-AM. Ao analisar a construção do porto e da nova estrada que ligará a BR 319, a princípio parece ser uma evolução para o desenvolvimento econômico de Humaitá, porém pelo fato de aumentar o tráfego na rodovia, essa construção gera muitas preocupações à medida que será intenso o fluxo de carros, caminhões e carretas que serão utilizados para o escoamento da produção proveniente dos estados do Mato Grosso e Rondônia, como por exemplo soja e outros produtos em geral.

Conforme o exposto na Lei de Crimes ambientais (Lei nº 9.605/98), a construção desta via acarretará sérios problemas ambientais para a população humaitaense e pessoas que residem próximos ao local, como por exemplo: poluição do ar, desmatamento, extinção de animais, entre outros considerados crimes relacionados ao meio ambiente.

#### 4.1.2.2 Categoria 2 – Sustentabilidade

A categoria sustentabilidade foi estabelecida com o objetivo de compreender como os professores entendem a sustentabilidade dentro do contexto da sociedade brasileira. Concordamos que não cabe apenas ao professor a tarefa de tentar construir uma cidadania com mais responsabilidade social, mas não podemos negar que a escola pode desempenhar papel importante nesse processo, pois deve proporcionar aos alunos uma reflexão crítica dos

fatores econômicos, sociais e políticos que permeiam o uso dos recursos naturais, tanto em relação a extração da matéria-prima como do comportamento humano como em relação ao consumo.

Diante dos elevados índices de danos causados a natureza, estudiosos de diversas parte do mundo apontam para a destruição da na vida no planeta Terra. Assim, é necessário repensar um novo modelo de produção capaz de manter um equilíbrio ecológico, procurando estabelecer uma nova forma de consumo, em que a relação do homem-natureza possibilite a sobrevivência do planeta Terra.

Corroboramos com a tese de que a escola se estabelece como um instrumento ideológico do Estado, que na visão de Althusser (1985), a escola passou a ocupar o lugar de espaço dominante, pois é responsável pela educação de crianças em diversas idades e classes sociais tanto no que diz respeito aos aspectos morais e cívicos quanto ao conhecimento de leituras, contagens, escrita, etc. Assim, a escola desempenha um desempenha um papel importantíssimo na formação dos indivíduos sociais.

Ainda com base em outros autores, a escola serve para disseminar as propostas estabelecidas no âmbito político e econômico, ou seja, “a educação se subordina a interesses e processos econômicos, políticos e culturais globais externos a ela” Pansardi (2013, p.8), nesse sentido, a escola não é neutra. No entanto, dentro da escola pode ocorrer o que a Gramsci chamou de contra hegemonia, uma postura crítica frente as políticas públicas que tentam manter e consolidar o *status quo* na sociedade, promovendo um enfrentamento no intuito de promover a autonomia e justiça social a classe trabalhadora. Assim,

[...] a estrutura organizacional do sistema de educação brasileiro, em qualquer sociedade de classes, carrega no seu bojo um componente marcadamente definido pela classe hegemônica, sendo, no nosso caso, a burguesia brasileira detentora dos meios de produção e, portanto, a classe que exerce a primazia econômica e, em consequência, a primazia política e ideológica na nossa sociedade (DIAS, 1997, p.36).

Durante as entrevistas, indagou-se sobre o entendimento do que seria desenvolvimento sustentável para os professores, procurando entender como os mesmos apresentam suas ideias diante dessa proposta de desenvolvimento. Assim, responderam:

Acredito que é tudo aquilo tirado da natureza, de alguma outra forma tem que voltar para ela, com isso uma das formas é a reciclagem tirando todo esse lixo e de alguma forma trabalhando para ser utilizado de maneira adequada (P4).

Reutilizar objetos que seriam descartados (P6).

É reutilizar os recursos naturais, por exemplo, reutilizar água para regar as plantas, usar energia solar (P7).

Reflorestamento, reciclagem, coleta seletiva (P8).

Como constatou-se, os professores ainda relacionam muito o desenvolvimento sustentável a questão do reutilizar, reciclar, reflorestar. Mas não conseguimos identificar uma fala questionando o modo de produção da sociedade brasileira, o que demonstra que os professores não conseguem atrelar as relações sociais, econômicas e políticas ao tipo de desenvolvimento que se encontra presente no Brasil.

Quando questionou-se sobre as suas atitudes em relação a natureza, os professores demonstraram um grau de consciência ambiental, mas novamente, não demonstram acreditar que os problemas ambientais também são problemas políticos e econômicos:

Separação do lixo e a reciclagem de objetos como vidros, papel e plásticos (P6).

Fazendo a coleta correta do lixo. Não desperdiçar água. Economizar energia. Fazer uso de materiais reciclados (P7).

Coletar o lixo, evitando queimar o lixo doméstico fora de hora e enterrar (P8).

Para a conservação do meio ambiente não depende só de mim e da minha família. Depende de todos nós, essas atitudes têm de ser seletiva mantendo em conservação o meio em que vive, não jogando lixo nos rios e igarapés, limpeza nos quintais, mantendo-o a sua própria casa limpa e arejada (P1).

O grau de desenvolvimento da consciência ambiental irá incidir diretamente no comportamento do sujeito diante das questões ambientais de modo geral. Como pode-se verificar os professores expuseram uma preocupação muito imediatista da problemática da questão ambiental, relacionado sempre com a reciclagem, queimada, economia de energia, etc. Esses aspectos são importantes, não restam dúvidas, mas é necessário aprofundar o debate e a reflexão entorno desta problemática para tentarmos construir uma verdadeira consciência ambiental crítica. Nesse sentido,

A definição dada de consciência ambiental deixa evidente a relação existente entre a consciência ambiental e comportamento ambiental: enquanto que a consciência ambiental é mais abrangente, envolvendo características intrínsecas do indivíduo, o comportamento ambiental, por sua vez, trata-se da manifestação ativa da consciência (TEIXEIRA et al. 2016, p. 339).

Com relação ao futuro das novas gerações no planeta Terra, os professores demonstram uma preocupação imediatista com o meio ambiente, com os animais, com os rios, etc. Não identificamos uma consciência ambiental crítica que seja capaz de contextualizar os homens e mulheres no processo de produção que aponta para o consumo e o lucro. Pois,

A sociedade de consumo transformou-se em um campo ideológico onde competem versões diferentes sobre suas possibilidades, problemas e potencialidades. A ideologia empresarial apresenta a sociedade de consumo como capaz de gerar bens em quantidade e qualidade cada vez melhor e preços cada vez menores, aos quais cada indivíduo terá acesso de acordo com suas preferências. A crítica socialista tradicional vem mostrar como na sociedade de consumo se reproduzem as classes sociais (seja pela distribuição desigual da renda, seja pela diferenciação dos produtos consumidos). A crítica ecológica busca mostrar que a produção desenfreada de bens

voltada unicamente para uma lógica do lucro destrói o meio ambiente e desconhece a necessidade de controle coletivo dos recursos naturais” (RETONDAR, 2007, p. 50)

Contudo, devemos enfatizar que os professores, enquanto profissionais da educação, não estão recebendo formação adequada para trabalhar essa temática, mas ainda assim percebemos uma preocupação dos professores com as questões ambientais vivenciadas no seu cotidiano.

#### 4.1.2.3 Categoria 3 – Educação

Essa categoria está relacionada com as questões ambientais e a educação, considerando que a proposta desta pesquisa é analisar a percepção ambiental dos professores e suas relações com o processo educativo.

A temática ambiental deve ser abordada de forma transversal em todos os componentes curriculares da escola, conforme estabelece o Conselho Nacional de Educação, através da Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012:

Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos (BRASIL, 2012, p. 3).

Nessa categoria, percebeu-se a dificuldade dos professores de abordar de forma adequada a questão ambiental no contexto escolar. Quando perguntamos se os professores relacionam a temática “meio ambiente” durante suas aulas, estes responderam:

Difícilmente, o sistema de ensino é muito carente de recursos didáticos. Até mesmo quando relaciona algum assunto me preocupo em fazer a associação ao dia-a-dia do educando (P2).

Sim, não todos os dias, mas em conteúdos curriculares como: meio ambiente, dia da árvore, seres vivos e não vivos... Sempre que se tem oportunidades, discuto com os alunos sobre o assunto. Fazemos atividades pedagógicas relacionadas ao tema para melhor compreensão (P3).

Na realidade não. Trabalho com a disciplina de língua portuguesa mas não lembro de ter trabalhado, porém é muito importante abordar temas ligados ao meio ambiente (P4).

Sim, nas aulas de história, geografia o meio natural pode ser visto mais intensidade (P5).

Os professores apontaram que tem dificuldades para trabalhar a temática, seja por conta de recursos pedagógicos insuficiente na escola, seja por não compreender que a temática deveria ser trabalhada na perspectiva interdisciplinar. Cabe a SEMED como órgão público responsável pelo atendimento as escolas no município de Humaitá-AM sejam elas

urbanas ou rurais, fornecer o suporte básico que os professores necessitam para desenvolver seus trabalhos nas escolas. Nesse sentido, Souza (2007, p.112-113) ressalta que:

Utilizar recursos didáticos no processo de ensino-aprendizagem é importante para que o aluno assimile o conteúdo trabalhado, desenvolvendo sua criatividade, coordenação motora e habilidade de manusear objetos diversos que poderão ser utilizados pelo professor na aplicação de suas aulas.

Mediante a fala do autor, nota-se que o uso de materiais didáticos são instrumentos importantes, que servem para nortear o trabalho do professor, possibilitando assim o desenvolvimento de técnicas e metodologias diferenciadas que irão contribuir para o bom desempenho dos alunos.

Outra indagação realizada diz respeito a participação dos professores em programas direcionados à proteção ambiental, todos os professores afirmaram nunca terem participado de nenhum tipo de formação.

Nunca participei de nenhum programa desse tipo, seria importante para conscientizar a comunidade (P4).

Não, nunca (P5).

Não tive o privilégio (P6).

Percebeu-se que os professores consideram importante a formação, mas atribuem a responsabilidade apenas a SEMED, sem considerar que a formação é um ato político e, portanto, deve perpassar pelo compromisso do professor com as temáticas emergentes na sociedade. Considerando que a temática ambiental se encontra em voga em diversos formatos de informação como a internet, que disponibiliza diversos *sites* apresentando pesquisas, projetos e artigos científicos, não seria muito difícil os professores se apropriarem de conhecimento sobre a temática ambiental.

Em relação a formação, Sato (2001, p.16) enfatiza que “[...] a carência da introdução da EA nos currículos de graduação, pós-graduação e cursos de formação continuada é fortemente presente no cenário nacional e em muitos outros países latino-americanos”.

A Escola Municipal Antonieta Ataíde II não proporciona aos professores materiais adequados para desenvolver um trabalho de qualidade, seja em relação a temática ambiental e/ou em outros contextos, pois a falta de recursos didáticos pedagógicos foi muito enfatizada por esses profissionais.

As dificuldades encontradas mais frequentes são: falta de apoio das instituições regionais que dizem ser os responsáveis pela preservação ambiental (P1).

Falta de livros didáticos e recursos para se utilizar nas aulas (P2).

As vezes falta recursos do tipo áudio visuais. Isso entra como dificuldade em função da escola ser pouco assistida (P5).

Falta de recursos e capacitação na área (P7).

Percebe-se diante da fala dos professores que há a necessidade de valorização em relação a educação do campo, pois são várias as dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos. Nesse sentido, Pinheiro (2011, p.36), afirma que:

[...] a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para escoamento da produção; na falta de atendimento adequado à saúde; na falta de assistência técnica; no não acesso à educação básica e superior de qualidade, entre outros [...]

Dessa forma, pode-se afirmar que sem o apoio e a colaboração da instituição será muito difícil desenvolver uma prática educativa que torne o processo de ensino-aprendizagem satisfatório e que proporcione ao aluno se reconhecer como sujeito ativo deste processo, relacionando as práticas pedagógicas às problemáticas vivenciadas em seu cotidiano. Os professores afirmam que até recebem informações sobre a temática, mas não existe ações que possam ajuda-los na preparação e execução de atividades pedagógicas. Como podemos verificar nas afirmações abaixo:

Em termos de orientação e informação estão sim (P3).

Acredito que não, a escola até informa, porém não vejo programas relacionados a isso. Precisa mais projetos principalmente na zona rural (P4).

A preservação dos recursos entra nas aulas de conteúdo específico ligado ao tema (P5).

Ainda há um entendimento por parte dos professores sobre a forma de trabalhar a questão ambiental numa perspectiva interdisciplinar. Mas, devemos enfatizar que a SEMED tem contribuído muito pouco na formação continuada e, mesmo, no acompanhamento e orientação pedagógica no desenvolvimento da prática dos professores. Isso pode acarretar graves problemas no processo educativo, pois planejar, organizando a ação educativa, é oferecer um clima que favoreça o processo de construção do conhecimento, olhando para os objetivos que se pretende alcançar, o potencial didático da equipe escolar, as estratégias utilizadas, os recursos e etapas a serem percorridas (PIMENTA, 2008, p.7).

Assim como em outros municípios do estado do Amazonas, é comum ouvir falar sobre a precariedade no sistema de ensino público. Pode-se constatar pela fala de Bezerra (1998, p.95) que “[...] em resumo a situação precária do ensino público do Amazonas aqui exposta não difere, no período examinado, da situação de outras unidades federadas. De modo geral

ela reflete a própria crise política e socioeconômica no país”. Além da falta de atendimento adequado as escolas do campo, outro fator que se destaca é a falta de valorização do profissional que atua na educação básica, que recebe o mesmo piso salarial que os professores urbanos. Nesta perspectiva Bof (2006), p. 35, destaca:

[...] a condição de trabalho desses profissionais tem se precarizado cada vez mais. No caso específico da zona rural, além da baixa qualificação e salários inferiores aos da zona urbana, eles enfrentam, entre outras, as questões de sobrecarga de trabalho, alta rotatividade e dificuldades de acesso à escola, em função das condições das estradas e da falta de ajuda de custo para a locomoção.

Os professores necessitam de condições adequadas para efetuarem seus trabalhos, incluindo a formação e qualificação para atuar no campo e na Educação básica. No que diz respeito à formação docente, de acordo com o que foi estabelecido pelo PNE (2000, p.64):

[...] a melhoria da qualidade do ensino, indispensável para assegurar à população brasileira o acesso pleno à cidadania e a inserção nas atividades produtivas que permita a elevação constante do nível de vida, constitui um compromisso da Nação. Este compromisso, entretanto, não poderá ser cumprido sem a valorização do magistério, uma vez que os docentes exercem um papel decisivo no processo educacional.

As exigências para trabalhar na área da educação são bem claras, conforme exposto acima, porém o que se percebe na maioria das vezes no município de Humaitá-AM, em comunidades ribeirinhas, são professores atuando em salas multisseriadas e que apresentam em sua formação apenas o ensino fundamental e médio, fato que ocasiona um índice negativo no processo de aprendizagem dos alunos.

Ao indagar os professores sobre o papel da escola em relação ao meio ambiente é possível verificar que todos reconhecem a importância da Escola na formação da consciência ambiental de seus alunos:

O papel da escola com relação ao meio ambiente é uma prática inovada no campo da educação, pois determina a importância do conhecimento para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis. O conhecimento ambiental só faz sentido quando o educador correlaciona as informações com a realidade social e econômica do aluno (P1).

O papel da escolar é muito importante para o meio ambiente e através desta que se deve conscientizar as pessoas sobre a importância do meio ambiente, usar ideia de prevenir contra a degradação do meio ambiente, usar ideia de prevenir contra a degradação do meio ambiente (P8).

De fundamental importância. Pois só conscientizando as gerações atuais pra que o futuro posso ter uma vida de qualidade (P6).

Primeiro incluir projetos que desenvolva essa preocupação já pensando nas futuras gerações. Conscientizar e desenvolver hortas comunitárias, realizar plantio de mudas próximo a escola (P2).

Ao meu ver a escola deveria criar projetos que envolva os alunos incentivando os mesmos a preservar o meio ambiente e cuidar da natureza (P7).

A EA deve ser uma proposta de trabalho pedagógico da escola como ação transformadora, crítica e política, pois contextualizar o uso dos recursos naturais, a apropriação e exploração desses recursos vai além da retirada desse material da natureza, encontra-se ligada a percepção que o homem possui diante do modo de produção capitalista, onde o consumo é incentivado para a geração de lucros a qualquer preço, mesmo que isso esteja colocando em risco a sobrevivência da espécie humana no planeta Terra.

A abordagem crítica da EA, segundo Tozoni-Reis (2008, p.155), diz respeito:

[...] à necessidade de problematizar as ações humanas no ambiente numa perspectiva materialista (a produção e a reprodução da vida no modo de produção capitalista), histórica (como essas ações foram construídas historicamente sob a lógica desse modo de produção) e dialética (superando a lógica formal, um pensamento mais complexo que busca compreender as múltiplas determinações das ações humanas no ambiente sob a organização social do modo de produção capitalista.

É necessário uma formação que possibilite ao professor refletir criticamente sobre os saberes escolares necessários para uma prática educativa mais elaborada e adequada ao tematizar o ambiente, pois a educação ambiental deve ser trabalhada de forma que permita tanto ao professor quanto ao aluno desenvolver ações para diminuir os efeitos predatórios das relações dos sujeitos com a natureza, objetivando assim a construção de uma sociedade sustentável do ponto de vista ambiental e social.

Neste sentido, a EA pode favorecer mudanças significativas nas ações humanas em relação ao meio ambiente, tentando diminuir a crescente degradação socioambiental vivenciada nos dias atuais, pois a EA pode-se converter em “mais uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas” (TAMAIIO, 2000, p. 38).

Dessa forma, o professor assume a função de mediador na construção do conhecimento e de referenciais ambientais mais comprometido com a proposta de uma sociedade pautada no desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto (DIAS, 2009).

Reigota (1999) apresenta três categorias de representação do meio ambiente que são: Globalizante: demonstra as relações recíprocas entre natureza e sociedade; Antropocêntrica: privilegia o uso dos recursos naturais para a sobrevivência do homem; Naturalista: demonstra somente os aspectos naturais do meio ambiente.

Dessa forma, pode-se identificar que a percepção ambiental dos professores da Escola Municipal Rural Antonieta Ataíde II se apresenta, em grande parte, numa perspectiva mais naturalista, segundo Reigota (1999). Porém é necessário salientar que esses professores, também, apresentam um grau de consciência ambiental, reconhecem a importância da

educação na transformação da sociedade brasileira, conforme foi apresentado nas categorias acima.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa propôs-se analisar por meio de entrevistas semiestruturadas a percepção ambiental apresentada pelos professores da Escola Municipal Rural Antonieta Ataíde II, a mesma foi dividida em dois blocos que serviu para delinear o perfil dos entrevistados e o segundo bloco para análise da percepção Ambiental.

De forma geral, o objetivo da pesquisa foi alcançado, visto que esse estudo possibilitou ampliar os conhecimentos sobre as questões ambientais e conseqüentemente compreender os fatores que colaboram para degradação ambiental e como ocorre esse processo dentro da comunidade escolar. Entende-se que esses fatores são de cunhos socioeconômicos, políticos, sociais e demográficos, assim foi possível conhecer a realidade sobre a execução de políticas públicas voltadas para a preservação do meio ambiente bem como para a educação do campo.

Vale ressaltar que esse estudo foi relevante pois a problemática ambiental tornou-se um motivo de grande preocupação diante do quadro de degradação que vem apresentado no contexto atual. Além disso, destaca ainda a importância da escola na formação dos indivíduos e a relevância de se trabalhar a EA no contexto escolar, visto que esta, se encontra em concordância com os PCN's e deve ser trabalhada de forma transversal sendo assim abordada em todas as séries e em todas as disciplinas, pois, a EA é um meio eficaz de fornecer conhecimentos, capaz de contribuir para o processo de sensibilização dos alunos possibilitando assim uma nova visão em relação ao meio ambiente.

Desse modo, a partir do momento em que o professor reflete sua prática pedagógica ele poderá buscar mecanismos para adquirir novos conhecimentos que irão contribuir para a sua própria aprendizagem e a de seus alunos.

Contudo, ao analisar o atendimento as escolas do campo no município de Humaitá, constata-se que as maiores dificuldades apresentadas são a falta de infraestrutura adequada, falta de materiais didáticos pedagógicos e as salas multisseriadas que acabam comprometendo o trabalho dos professores e a aprendizagem dos alunos.

Os relatos e análises contidas nesta dissertação revelam que a ATD é um importante método para analisar textos escritos, pois nesse processo de investigação serviu para identificar três categorias sobre a percepção ambiental que os professores apresentam: Meio Ambiente, Desenvolvimento sustentável e Educação.

Como percebeu-se no discurso dos professores não existe formação específica que possa capacitá-los para trabalhar as diferentes temáticas, assim trabalham com diversas disciplinas fora de sua formação, desse modo o tema meio ambiente fica restrito somente a sala de aula, ou seja, é abordado de forma tradicional, baseado na transmissão de conhecimentos por meio de livros didáticos, trabalhado apenas em datas comemorativas, como por exemplo, dia do meio ambiente e dia da árvore.

Nesse contexto, constatou-se que a relação dos professores com a natureza é de forma harmônica, respeitosa e com amor, apenas um deles demonstra sua preocupação em relação a forma com que os recursos naturais estão retirados da natureza. Diante disso, é necessário que os professores recebam formação para trabalhar com a temática ambiental, visto que esse é um dos problemas que atualmente tem se tornado um assunto de grande repercussão, já que a degradação ambiental tem aumentado de forma significativa pela ação humana em consequência do alto índice de consumo dos recursos naturais que são retirados da natureza e utilizados no processo de industrialização para suprir os anseios da sociedade atual.

Mediante o discurso dos professores, alguns problemas ambientais foram detectados na comunidade Cristolândia, como por exemplo, descarte de lixo de forma incorreta, falta de saneamento básico, falta de fornecimento de água tratada, falta de pavimentação nas ruas, desmatamento e queimadas. Nesse sentido, os professores necessitam ampliar seus conhecimentos e reflexões em relação aos danos causados por essas ações negativas que causam agressões ao meio ambiente, pois somente assim poderão desenvolver juntamente com os alunos e comunidade um trabalho significativo com atitudes positivas que possam contribuir para diminuir os impactos causados ao meio ambiente e conseqüentemente a qualidade de vida das pessoas dessa comunidade.

Diante dos problemas presentes na comunidade, não devemos atribuir as responsabilidades somente aos professores, é notável que a escola desenvolve um importante papel na formação social do indivíduo, possibilitando aos alunos uma reflexão crítica sobre os fatores econômicos, sociais e políticas que permeiam o uso dos recursos naturais, porém, cabe ao poder público desenvolver ações que amenizem esses problemas socioambientais que atingem o ecossistema terrestre.

A falta de políticas públicas na valorização dos professores afeta seu desempenho escolar o que acaba deixando-o desmotivado, além disso, a falta de recursos didáticos e outras dificuldades nas escolas do campo compromete a aprendizagem dos alunos.

Por meio da pesquisa de campo realizadas com os professores pode-se afirmar que estes apresentam uma visão naturalista, ou seja, demonstram apenas aspectos naturais, suas

práticas pedagógicas estão voltadas para uma natureza intocável com toda sua riqueza, baseada em modelos tradicionais.

Corroboramos que o estudo sobre a percepção ambiental, irá sensibilizar os professores e demais membros da comunidade, despertando assim um olhar crítico voltado para a preservação e conservação do meio ambiente, assegurando o direito das futuras gerações a um ambiente que proporcione melhor qualidade de vida, ou seja, uma postura cidadã comprometida com valores sustentáveis, ecológicos e sociais.

Desta forma, conclui-se que é necessário desenvolver uma visão globalizante, onde todos possam trabalhar com conteúdo inovadores dentro e fora do espaço escolar que possam desenvolver nos alunos posturas e atitudes críticas capaz de valorizar o meio ambiente e o bem estar de todos, além de inserir políticas públicas em prol da Comunidade Cristolândia frente ao meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE)//Louis Althusser; tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque-Rio de Janeiro: edições Graal,1985,2ª edição.

ARAÚJO, W.P. **Práticas pedagógicas no meio Rural**. Manaus: EDUA/FAPEAM, 2004.

AVILA, A.M.; LINGNAU, R. Crise ambiental, ensino de Biologia e educação ambiental: uma abordagem crítica. **Revista Monografias Ambientais**, v.14, n.2, p.137-150, 2015.

BATTESTIN, C.; NOGARO, A.; CERUTTI, E. Meio ambiente e sociedade: uma relação a ser pensada a partir da vida. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v.19, n.1, p.82-87, 2015.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil - 1988**. Brasil, 1988. Disponível em:  
[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)  
acessado em: 11.11.2018

\_\_\_\_\_. **Educação do Campo**: diferenças mudando paradigmas. Brasília, DF: Cadernos CECAD 2, INEP/MEC, 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Disponível em:  
<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321> acesso em 23.10.2018

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. **Diretrizes operacionais para educação básica do campo**. Resolução CNE/CEB n.º1-Abril, 2002.

\_\_\_\_\_. **Escola Ativa**: Projeto base. Brasília: SECAD/MEC, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação: FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Ministério Público: COPEDEC - Comissão Permanente da Educação; CNPG - Conselho Nacional de Procuradores Gerais. **Guia do Transporte Escolar**. Brasília/DF: MEC/FNDE, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Meio Ambiente**, 1997. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf> acesso em; 02.03.2018

\_\_\_\_\_. Resolução nº2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União. Brasília: DOU, 2012.

BOF, A.M. **A Educação no Meio Rural do Brasil: Revisão da Literatura.**(Org.). A educação no Brasil rural. Brasília: Inep, 2006. Cap. III, p. 69-137.

CAINELLI, V.R. **Bioatividade de extratos de três espécies de *Solanum* sobre *Cryptotermes brevis* e *Spodoptera frugiperda*.** 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado em Biotecnologia), Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.

CALAZANS, M.J.C. Para compreender a educação do estado no meio rural. In: DAMASCENO, M. N.; THERRIEN, J. **Educação e escola no campo.** Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, R.S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais do que escola.** 2.ed. Editora Vozes, Petrópolis RJ. 2000.

CAPRA, F. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Cultrix, 1996.

CARNEIRO, S.M.M. Ética e Educação: a questão ambiental. **Revista de Educação**, n.22, p.97-107, 2007.

CARVALHO, A. M. P.; GIL-PÉREZ, D. **Formação de professores de ciências: tendências e inovações.** São Paulo: Cortez, 2011.

CENCI, D.R. Nova Ordem Mundial e a Vulnerabilidade da Proteção Jurídica ao Meio Ambiente. In: SEITZ, A.M. et. al. (org). **América Latina e Caribe na Encruzilhada Ambiental.** Ijuí: Unijuí, 2011. p. 117.

COSTA, C.C.; GUILHOTO, J.J.M. Saneamento rural no Brasil: impacto da fossa séptica biodigestora. **Engenharia Sanitária Ambiental**, edição especial, p.51-60, 2014.

DE OLIVEIRA, A.M.S. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v.3, p.1-9, 2002.

DEMARTINI, Z.B.F. Educação rural: retomando algumas questões. **Educação e contemporaneidade**, v.20, n.36 p.175-189, 2011.

DIAS, A.A.S.; OLIVEIRA-DIAS, M.A. Educação ambiental. **Revista de Direitos Difusos**, v.68, n.1, p.161-178, 2017.

DIAS, G.F. **Educação ambiental: princípios e práticas.** 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

\_\_\_\_\_. A organização escolar e a construção da contra-hegemonia burguesa. **Revista Educar**, n.13, 35-44, 1997.

DOS SANTOS, A.S.; DA SILVA, G.S. Homem e Natureza. **South American Development Society Journal**, v.3, n.9, p.47, 2017.

DUARTE, R.G. **Os determinantes da rotatividade dos professores no Brasil: uma análise com base nos dados do SAEB 2003.** 2009. 34 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Ribeirão Preto, 2009.

ENTENDA a Lei de Crimes Ambientais. 2014. O eco. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28289-entenda-a-lei-de-crimes-ambientais/>>. Acesso em: 24 de Março de 2019.

FAGGIONATO, S. **Percepção Ambiental**. 2008. Texto disponível em: <http://educar.cs.usp.br> . Acesso em: 20 de nov. de 2017.

FARIA, A.M.J.B. **Direito ambiental**. Curitiba, p.124, 2018.

FERNANDEZ, R.S.; SOUZA, V.J.; PELISSARI, V.B.; FERNANDES, S.T. **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental**. 2002. 15p.

FERREIRA, C.R.T. **Avaliação da degradação urbana através da percepção ambiental: O caso do alto da bacia do limoeiro, Presidente Prudente, SP**. 2001. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geociências). Universidade de Presidente Prudente, 2001.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCO, Z.G.E. **Um olhar sobre as escolas localizadas no campo do Município de Humaitá (Sul do Amazonas): em busca da justiça curricular**. 2018. 205 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

FUNDESCOLA - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Guia para a formação de professores da Escola Ativa**. Brasília: MEC, 2005.

GADOTTI, M. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODARD, O. A Gestão Integrada dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (Org.). **Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**, São Paulo: Cortez, 2000. p.201-266.

GONÇALVES, C.W.P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 8.ed. São Paulo: Porto Gonçalves, 2001.

HOGAN, D. Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável. Lua Nova, **Revista de Cultura e Política**, n.31, p.57-78, 1993.

HUMAITÁ. Secretaria Municipal de Educação. Programação Anual Balsa Escola, 2016.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 26.05.2018

INEP – **Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira**. 2006. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acessado em 20 de fevereiro de 2018.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. 2007. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acessado em 20 de fevereiro de 2018.

INPE – Instituto de Nacional de Pesquisas Espaciais. 2012. Disponível em: <https://www.G1.globo.com>. Acessado em: 21 de Março de 2019.

JACOBI, P. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. *Cad. Pesquisa*. [online]. n.118, p.189-206, 2003.

JACOBI, P.R.; BESEN, G.R. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. *Estudos avançados*, v.25, n.71, p.135-158, 2011.

LAWRENCE, D.; VANDECAR, K. Effects of tropical deforestation on climate and agriculture. *Nature Climate Change*, v.5, n.1, p.27-36, 2014.

LEFF, E. Educação ambiental e desenvolvimento Sustentável. In: REIGOTA, M. (org) **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999,148p.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropiação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução: Sandra Valenzuela. Revisão técnica: Paulo Freire Vieira. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEIVAS, C.L. **Características de qualidade de diferentes cultivares de batata (*Solanum tuberosum* L.) produzidas no Sul do país**. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia dos Alimentos). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5.ed. Revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **Educação escolar: Políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, G.F.C. **Consciência Ecológica: emergência, obstáculos e desafios**. Revista eletrônica, 1998.

LIMA, R. T. **Percepção ambiental e participação pública na gestão dos recursos hídricos: perfil dos moradores da cidade de São Carlos, SP (Bacia Hidrográfica do Rio do Monjolinho)**. 2003. p.144.

LÔBO, K.M.S.; ATHAYDE, A.C.R.; SILVA, A. M.A.; RODRIGUES, F.F.G.; LÔBO, I.S.; BEZERRA, D.A.C.; COSTA, J.G.M. Avaliação da atividade antibacteriana e prospecção

fitoquímica de *Solanum paniculatum* Lam. e *Operculina hamiltonii* (G. Don) DF Austin & Staples, do semi-árido paraibano. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v.12, n.2, p.227-235, 2010.

LOPES, R.P. **Pedagogia e emancipação humana**. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

LOUREIRO, C.F.; SANTOS, E.P.; NOAL, F.O.; CARVALHO, I.C.M.; SPAZZIANI, M.L.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARCONDES, S.A. **Brasil, amor à primeira vista!** Viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI. São Paulo: Editora Petrópolis, 2005.

MARCZWSKI, M. **Avaliação da percepção ambiental em uma população de estudantes do ensino fundamental de uma escola municipal rural: um estudo de caso**. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MARION, C.V. A questão ambiental e suas problemáticas atuais: um visão sistêmica da crise ambiental. Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade, 2, **Anais...** Santa Maria, 2013.

MELAZO, G.C. Percepção Ambiental e Educação Ambiental: uma Reflexão sobre as Relações Interpessoais e Ambientais no Espaço Urbano. **Revista Olhares & Trilhas**. Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005.

MILLER, J.R.G.T. **Ciência Ambiental**. 11.ed. São Paulo: Ceangage Learning, 2013.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**. 11.ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MORAES, R.; GALIAZZI, M.C. Análise Textual Discursiva: processo constitutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v.12, n.1, p. 117-128, 2006.

MOTA, S. **Introdução à Engenharia Ambiental**. Rio de Janeiro: ABES, 1997.

PANSARDI, M.V. **A formação de professores e o Banco Mundial**. Disponível em: [http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2009/201.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/201.pdf) . Acesso em: 16 jan. 2013.

OLIVEIRA, B.O.S.; TUCCI, C.A.F.; NEVES-JÚNIOR, A.F.; SANTOS, A.A. Avaliação dos solos e das águas nas áreas de influência de disposição de resíduos sólidos urbanos de Humaitá-AM. **Engenharia Sanitária Ambiental**, v.21, n.3, p.593-206, 2016.

PEREIRA, D.M.; SZLAFSZTEIN, C.F. Ameaças e desastres naturais da Amazônia Sul Ocidental: análise da Bacia do Rio Purus. **O espaço geográfico em análise**, v.35, p.68-94, 2005.

PIMENTA, S.A. **Didática e o ensino de geografia** / Sônia de Almeida Pimenta; Ana Beatriz Gomes Carvalho. – Campina Grande: EDUEP, 2008.

PINHÃO, F.; MARTINS, I. Diferentes Abordagens sobre o tema Saúde e Ambiente: Desafios Para o Ensino De Ciências. **Ciência & Educação**, v.18, n.4, p.819-835, 2012.

PINHEIRO, M.S.D. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**, 2011. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas.shtml>>. Acesso em: 21 de Março de 2019.

PNE - **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Secretaria de Educação a Distância – 2.ed., atual. Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2008. Disponível em:<[ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao\\_pela\\_escola/modulo\\_pnae\\_conteudo.pdf](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_pnae_conteudo.pdf)>. Acesso em: 17 mar 2019.

PNE - **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Secretaria de Educação a Distância – 2.ed., atual. Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2000. Disponível em:<[ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao\\_pela\\_escola/modulo\\_pnae\\_conteudo.pdf](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_pnae_conteudo.pdf)>. Acesso em: 17 mar 2019

QEDU - **Observatório da Educação**. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/estado/104-amazonas/evolucao> acessado em 20.02.2018.

REIGADA, C.; REIS, M.F.C.T. Educação Ambiental para crianças no ambiente urbano: uma proposta de pesquisa ação. **Revista Ciência & Educação**, v.10, n.2, p.149-159, 2004.

REIGOTA, M. **Ecologia, elite e inteligência na América Latina**: um estudo de suas representações sociais. São Paulo: Annablumme/WWF, 1999.

RETONDAR, A.M. A (re)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como “contexto social” de produção de subjetividades. **Revista Sociedade e Estado**, v.23, n.1, p.137-160, 2008.

RINALDI, C. Reggio Emilia: a imagem da criança e o ambiente em que ela vive como princípio fundamental. In: GANDINI, L; EDWARDS, C. (Org.). **Bambini**: a abordagem italiana à educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RODRIGUES, A.M. Problemática Ambiental= Agenda Política Espaço, território, classes sociais. **Boletim Paulista de Geografia**, v.83, p.91-110, 2017.

RODRIGUES, M.F.; ROCHA, F.E.C.; CORTE, J.L.D.; SALVIATI, M.E.; OLIVEIRA-FILHO, E.C. **Aspectos motivacionais para o uso do fogo na agricultura do Distrito federal e entorno**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2016.

RODRIGUES, M.M.A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SAMPAIO, F.S. **Para Viver Juntos**. 4.ed. São Paulo Edições SM, 2015.

SAMPAIO, F.S. **Para Viver Juntos**. São Paulo Edições SM, 2015.

SANTOS, M. Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.26, n.98, p.185-212, 2018.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SATO, M. Debatendo os desafios da educação Ambiental. **Revista Educação Ambiental**, v.5/6, p.1, 2001.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, v.31, n.2, p.317-322, 2005.

SAVIANI, D. **Sobre a natureza e especificidade da educação**. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, 2015.

SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3.ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.121p.

SILVA, T. G. **A importância do estudo sobre o aquecimento global na educação ambiental de alunos do ensino fundamental e o papel do educador desse processo**. 2010. 50 f. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas). Faculdade Patos de Minas, 2010.

SOUZA, M.M. **Imperialismo e educação do campo**. São Paulo: Cultura acadêmica. 2014.

SOUZA, S.E. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar**. In: I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana de Pedagogia da UEM: “Infância e Práticas Educativas”. Maringá, PR, 2007. Disponível em: <http://propi.iftto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewFile/3849/2734>. Acessado em 20 de Março de 2019.

STREB, Cleci Schalemberge; BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seix. **Coleta informal de resíduo e reciclagem: suas interfaces com as Questões energéticas, sociais e ambientais da modernidade**. 2004. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Disponível em: [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT06/cleci\\_s%F4nia.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT06/cleci_s%F4nia.pdf). Acesso em 03 de outubro de 2018.

TAMAIÓ, I.A. **A mediação do professor na construção do conceito da natureza**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Campinas, 2000.

TARTUCE, T.J.A. **Métodos de pesquisa**. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006.

TEIXEIRA, I.L.; SILVA-FILHO, J.C.L.; MEIRELES, F.R.S. Consciência e Atitude Ambiental em Estudantes de Instituições. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria**, v.20, n.1, p.334-350, 2016.

TRES, D.R.; REIS, A.; SCHLINDWEIN, S.L. A construção de cenários da relação homem-natureza sob uma perspectiva sistêmica para o estudo da paisagem em fazendas produtoras de madeira no Planalto Norte Catarinense. **Ambiente e Sociedade**, v.13, n.1, p.151-173, 2011.

TOZONI-REIS, M.F.C. Pesquisa-ação em educação ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v.3, n.1, p.155-170, 2008.

TRISTÃO, M. **A Educação Ambiental na formação de professores: redes de saberes**. São Paulo: Annablume, 2004.

TUAN, Y.F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

VENDRAMINI, C.R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Caderno do Centro de Estudos Educação e Sociedade**, v.27, n.72, p.121-135, 2007.

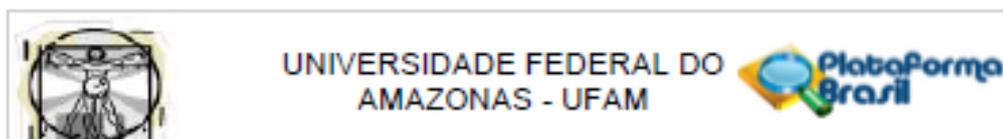
ZUANAZZI, J.A.S.; MAYORGA-BORGES, P.E. Fitoprodutos e desenvolvimento econômico. **Química nova**, v.33, n.6, p.1421-1428, 2010.

## **ANEXOS**

## ANEXO A - FOLHA DE SUBMISSÃO NA COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP)

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: EDUCADORES DO CAMPO: PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE EDUCADORES E SUAS INFLUÊNCIAS NO PROCESSO EDUCACIONAL			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 9			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Ciências Ambientais			
<b>PESQUISADOR RESPONSÁVEL</b>			
5. Nome: ALBANICE DE SOUZA RAMOS			
6. CPF: 796.110.282-53	7. Endereço (Rua, n.º): DOM BOSCO - 2055 NOVA ESPERANÇA CASA HUMAITA AMAZONAS 69600005		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 97984091849	10. Outro Telefone:	11. Email: albanice.ramos25@gmail.com
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>12</u> / <u>09</u> / <u>2018</u>		 Assinatura	
<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>			
12. Nome: Universidade Federal do Amazonas - UFAM	13. CNPJ: 04.378.626/0001-87	14. Unidade/Orgão:	
15. Telefone: (92) 3306-6130	16. Outro Telefone:		
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável:	<u>MILTON C. C. CAMPOS</u> CPF: <u>711.308.453-20</u>		
Cargo/Função:	<u>COORD. PG CIÊNCIAS AMBIENTAIS</u>		
Data: <u>12</u> / <u>09</u> / <u>2018</u>		 UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E AMBIENTE Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPOCA Coordenador PPOCA	
<b>PATROCINADOR PRINCIPAL</b>			
Não se aplica.			

## ANEXO B – APROVAÇÃO DA PESQUISA PELO SISTEMA NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (SISNEP)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
AMAZONAS - UFAM



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** EDUCADORES DO CAMPO: PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE EDUCADORES E SUAS INFLUÊNCIAS NO PROCESSO EDUCACIONAL

**Pesquisador:** ALBANICE DE SOUZA RAMOS

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 01039318.3.0000.5020

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Amazonas - UFAM

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.067.779

#### **Apresentação do Projeto:**

A percepção ambiental é uma atividade mental de interação do indivíduo com o meio que pode ser definida como uma tomada de consciência do meio ambiente pelo ser humano. As discussões em torno da percepção ambiental têm se destacado nos últimos anos, ou seja, a forma como o ser humano interage com o mundo depende do seu conhecimento e de sua percepção em relação ao uso que ele faz dos recursos naturais. Este estudo torna-se relevante, pois será realizada uma investigação sobre a percepção ambiental dos educadores, sua relação com a natureza e como estes trabalham os problemas atuais com seus alunos. Com isso, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a percepção ambiental de educadores do campo e suas influências no processo educacional, na Comunidade Cristolândia, Humaitá-AM. A referida pesquisa fundamenta-se numa abordagem de cunho qualitativo, cujo método adotado é o Materialismo Histórico Dialético. A mesma será desenvolvida através de uma pesquisa de campo com educadores da escola da rede municipal de ensino. Nesta fase, iremos realizar a coleta de dados por meio de entrevistas com perguntas semiestruturadas com os educadores, além da observação direta que se faz necessária para estabelecer sua relação com as questões ambientais e processos educacionais. Espera-se que os resultados alcançados com esta pesquisa contribuam de forma significativa para a mudança das ações de preservação e conservação do meio ambiente na Comunidade local. Sobretudo, proporcionando subsídios para que esta veja e sinta a necessidade de preservar o meio ambiente onde se vive e principalmente a importância da mudança de hábitos e atitudes, para uma melhor

Endereço: Rua Teresina, 405

Bairro: Adlandópolis

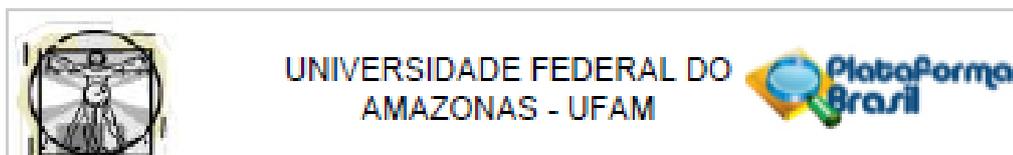
UF: AM

Telefone: (02)3305-1181

CEP: 69.057-070

Município: MANAUS

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.067.779

qualidade de vida. Além disso, os resultados do estudo serão utilizados como embasamento para elaboração de um programa de educação para o desenvolvimento da Comunidade Cristolândia, a fim de propor estratégias para oportunizar o aprimoramento da percepção ambiental dos indivíduos e o desenvolvimento de posturas críticas e éticas e, assim, mudar comportamentos e juízo de valores que conduzam a uma maior conscientização ambiental.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

##### **Objetivo Primário:**

Analisar a percepção ambiental de educadores do campo e suas influências no processo educacional, na Comunidade Cristolândia, Humaitá-AM.

##### **Objetivo Secundário:**

Traçar o perfil dos educadores do campo na escola Antonieta Ataide; Compreender como os educadores do campo trabalham os conteúdos sobre meio ambiente na escola; Verificar a percepção ambiental que os educadores do campo apresentam sobre meio ambiente e uso dos recursos naturais. Identificar as ações de ensino desenvolvidas pelos professores em relação a preservação do meio ambiente.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

##### **Riscos:**

os riscos decorrentes de sua participação são possíveis desconfortos da entrevista quanto a dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual, não se sentir à vontade para responder qualquer pergunta; sentir-se agredido com algumas perguntas que possam de algum modo trazer à memória fatos desagradáveis ao participante; sentir-se invadido em sua privacidade e sentir-se constrangido pela presença de gravador e máquina fotográfica.

##### **Benefícios:**

Esta pesquisa irá auxiliar na tomada de decisões perante as ações em relação ao meio ambiente, tornando-se diretamente fundamental para que os problemas ambientais sejam evidenciados e que as ações públicas municipais sejam tomadas para que haja melhoria na condição de vida dos moradores. A mesma poderá promover reflexões e debates sobre as questões ambientais vivenciadas pela comunidade local e servirá de subsídios para as Secretarias, Municipal e Estadual de Educação locais (SEMED e SEDUC) para criação de projetos e elaboração de propostas.

Endereço: Rua Tereza, 405

Bairro: Adianópolis

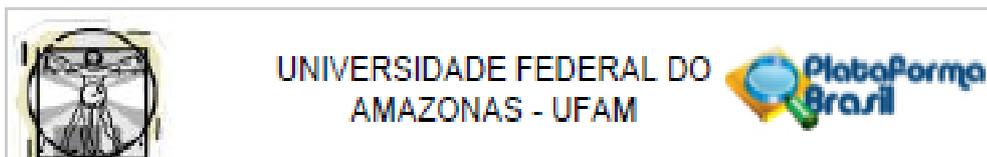
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (02)3305-1161

CEP: 66.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Pensear: 3.067.779

curriculares voltadas para as escolas do campo, relacionadas com o meio ambiente e sustentabilidade, bem como para nortear outras pesquisas científicas referentes a esse estudo.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

##### Metodologia Proposta:

Esta pesquisa será realizada em uma escola da rede municipal de Humaitá- Amazonas, localizada na Comunidade de Cristolândia. A escolha da referida escola se deu por meio da facilidade de acesso a essa Instituição e por ser uma área que está situada próximo a cidade de Humaitá. Essa escola encontra-se localizada no km 55, BR 319 sentido Humaitá-Porto Velho. O acesso a essa comunidade/escola se dá por meio de transporte terrestre. A escola Antonieta Ataíde II é considerada de pequeno porte, pois sua estrutura física apresenta uma diretoria, duas salas de aula, dois banheiros (masculino e feminino) e uma cozinha. O corpo docente dessa Instituição de ensino é composto por oito educadores do campo que atende a comunidade proporcionando as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A presente pesquisa será desenvolvida com os educadores da Escola Municipal Antonieta Ataíde II que atuam nas diversas modalidades de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos -EJA), considerando que existem apenas 08 professores atuando nesta Instituição nos

diversos segmentos. A metodologia aplicada neste estudo busca fornecer os instrumentos necessários para uma pesquisa de campo em uma abordagem qualitativa. Para nortear e embasar este trabalho científico privilegiou-se como procedimento metodológico a revisão bibliográfica por meio de livros, artigos científicos, tese e dissertações dos últimos dez anos, utilizando as seguintes palavras-chaves: Percepção Ambiental, Preservação, Conhecimento, Natureza e Educação. Outro tipo de instrumento será a pesquisa documental que se faz necessária para compreendermos como a Educação do Campo e a problemática "meio ambiente" vem sendo registrada nos documentos oficiais que regem a

educação, parte desses documentos serão obtidos nos diversos órgãos que norteam a educação no Brasil. Por fim realizaremos a pesquisa de campo que irá auxiliar na captura de informações para realização do estudo proposto. Levando em consideração a pesquisa a partir da abordagem qualitativa, elencam-se as seguintes técnicas que servirão de auxílio na captação de dados que sustentarão a pesquisa em questão: considerando a natureza da investigação desta pesquisa opta-se pela gravação das entrevistas em áudio, visto que é uma técnica eficaz para uma melhor compreensão dos dados coletadas. As entrevistas serão realizadas mediante a autorização

Endereço: Rua Teresina, 405

Bairro: Adilandópolis

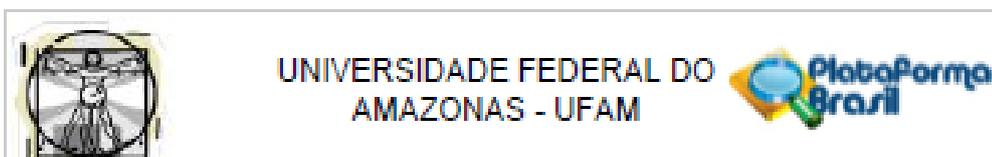
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (02)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.067.779

dos participantes. Outro instrumento utilizado nesta pesquisa será a observação direta que é o tipo de investigação onde serve, sobretudo para a construção da etapa descritiva onde o objetivo desta é dar sentido a fundamentação do objeto de estudo. Outro tipo de pesquisa será de campo que é utilizada com o objetivo de conseguir informações ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Durante o período de permanência na comunidade serão realizadas as entrevistas e observação direta com os educadores dentro do contexto escolar. Nesta fase, iremos adotar o caderno de campo, gravador e câmeras fotográficas cujo intuito é registrar os acontecimentos do cotidiano destes educadores em relação às questões ambientais, suas atitudes e seu envolvimento com a natureza. O método que se propôs neste estudo, será o método materialismo histórico dialético, utilizado por Marx e Engels para explicar o mundo a partir da evolução da humanidade. Nesse sentido, esse método possibilita a interpretação crítica da realidade que reflete sobre a sociedade e suas contradições, ou seja, analisa o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. Para a realização das análises dos dados coletados iremos utilizar a técnica da análise de discurso.

#### Desenho:

O objetivo da presente pesquisa será analisar a percepção ambiental de educadores do campo e suas influências no processo educacional, na Comunidade Cristolândia, Humaitá-AM. A mesma apresenta por objetivos específicos: 1. Traçar o perfil dos educadores do campo na escola Antonieta Ataíde II; 2. Compreender como os educadores do campo trabalham os conteúdos sobre meio ambiente na escola; 3. Verificar a percepção ambiental que os educadores do campo apresentam sobre meio ambiente e uso dos recursos naturais; 4. Identificar as ações de ensino desenvolvidas pelos professores em relação a preservação do meio ambiente. Esta pesquisa será realizada com os educadores de uma escola rural da rede municipal de Humaitá Amazonas, Escola Municipal Antonieta Ataíde II, localizada na comunidade de Cristolândia, km-55, BR/319. Nesse sentido, a metodologia aplicada neste estudo busca fornecer os instrumentos necessários para uma pesquisa de campo em uma abordagem qualitativa. Para nortear e embasar este trabalho científico privilegiou-se como procedimento metodológico a revisão bibliográfica por meio de livros, artigos científicos, tese e dissertações dos últimos dez anos, utilizando as seguintes palavras-chaves: Percepção Ambiental, preservação, Conhecimento, Natureza e Educação. Outro tipo de instrumento que será

Endereço: Rua Teresina, 405

Bairro: Adrianópolis

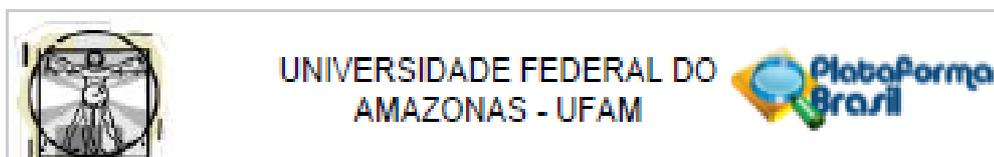
UF: AM

Telefone: (02)3305-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer 3.067.779

utilizado é a pesquisa documental que se faz necessária para compreendermos como a Educação do Campo e a problemática "meio ambiente" vem sendo registrada nos documentos oficiais que regem a educação, parte desses documentos serão obtidos nos diversos órgãos que norteiam a educação no Brasil. Assim, será realizada uma pesquisa de campo que irá auxiliar na captura de informações para realização do estudo proposto. Levando em consideração a pesquisa a partir da abordagem qualitativa, elencam-se as seguintes técnicas que servirão de auxílio na captação de dados que sustentarão a pesquisa em questão: considerando a natureza da investigação desta pesquisa opta-se pela gravação das entrevistas em áudio, visto que é uma técnica eficaz para uma melhor compreensão dos dados coletados. As entrevistas serão realizadas mediante a autorização dos participantes. Outro instrumento utilizado nesta pesquisa será a observação direta que é tipo de investigação onde serve, sobretudo para a construção da etapa descritiva onde o objetivo desta é dar sentido a fundamentação do objeto de estudo. Outro tipo de pesquisa será de campo que é utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre

eles. O método que se propôs neste estudo, será o método materialismo histórico dialético, utilizado por Marx e Engels para explicar o mundo a partir da evolução da humanidade. Nesse sentido, esse método possibilita a interpretação crítica da realidade que reflete sobre a sociedade e suas contradições, ou seja, analisa o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. Para a realização das análises dos dados coletados iremos utilizar a técnica da análise de discurso que serão identificadas a

posteriori. Assim os indivíduos selecionados para esta pesquisa atendem aos objetivos e critérios propostos para o estudo. Contudo, a análise dos dados coletados será realizada mediante a transcrição das entrevistas que serão descritas na íntegra, sem nenhum corte, correções ou interpretações.

Hipótese:

Os educadores do campo possuem uma percepção ambiental voltada para a preservação e uso dos recursos naturais de forma sustentável? Os conhecimentos produzidos na escola podem contribuir para a formação de uma atitude mais responsável com o uso dos recursos naturais?

Critério de Inclusão:

Os critérios de inclusão são: ser maior de idade; ser educador e atuar na escola Municipal Antonieta Aitalde II.

Endereço: Rua Teresina, 405

Bairro: Adlanópolis

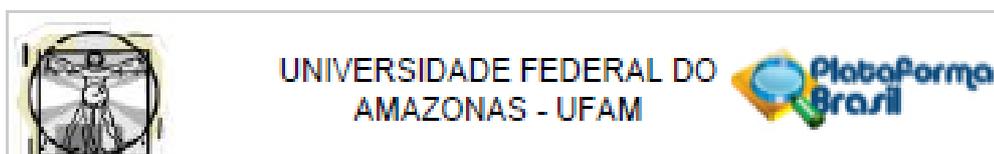
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (02)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Prcsar: 3.067.779

#### Critério de Exclusão:

Os critérios de exclusão são para aqueles professores que se recusarem a participar da pesquisa, ou alegarem falta de tempo e que a realização das entrevistas poderá atrapalhar suas atividades em sala de aula. Além disso, poderão ser excluídos desta pesquisa os professores que quiserem desistir de continuar participando, caso venham sentir-se agredidos ou constrangidos com alguma pergunta que possam lhes causar desconforto físico, moral, intelectual, etc. Outro critério de exclusão será para aqueles professores que não possuem o ensino superior e que não queiram expor suas percepções sobre meio ambiente e suas práticas em sala de aula. Também serão excluídos os professores que se recusarem a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

#### Metodologia de Análise de Dados:

Para a realização das análises dos dados coletados iremos organizá-los de acordo com a organização das entrevistas. Nos dados coletados no bloco I das entrevistas iremos construir um quadro para termos uma visão mais completa da formação, experiência, tempo de serviço, regime de trabalho, etc. dos educadores. Os dados coletados no Bloco II iremos utilizar a técnica da análise de discurso para podermos organizar e categorizarmos as entrevistas. Salientamos que ao realizar o estudo sobre a percepção ambiental de educadores do campo e suas influências no processo educacional, ao realizarmos as entrevistas utilizaremos como instrumento para elaboração da análise do discurso, a transcrição, ou seja, iremos descrever na íntegra os discursos dos educadores realizadas nas entrevistas sem nenhum corte, correções ou interpretações iniciais, cujo objetivo é preservar a fala dos participantes que irão ser analisadas de acordo com as categorias que serão construídas a posteriori. Nesse sentido, ao analisarmos a fala dos entrevistados por meio da análise do discurso iremos compreender como os educadores pensam e agem no mundo concreto em relação ao meio ambiente e suas influências no processo educacional, levando em conta sua formação, condições sociais, históricas e ideológicas. Nesse sentido, pode-se analisar uma pesquisa com base em cinco

conceitos centrais na análise de discurso (AD), que são definidos por Fernandes (2008) como: sujeito discursivo (polifonia), enunciação, sentido, condições de produção e Ideologia. Foucault (1969), relata que o discurso constitui uma série de acontecimentos que o situa na dimensão histórica e se materializa na linguagem sob a forma de enunciados expressas na fala do sujeito. Por fim iremos utilizar o método do Materialismo Histórico Dialético por compreender que o homem vive em sociedade e sua organização não se dá de forma aleatória, estão sujeitas as condicionantes sociais, políticas, econômicas e culturais em que o sujeito esteja envolvido. Neste

Endereço: Rua Teresina, 405

Bairro: Adlonópolis

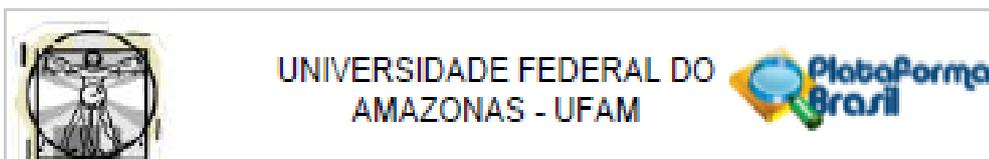
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (02)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Projeto: 3.067.779

sentido, a ação do homem, em geral, e prática pedagógica dos educadores estão permeadas dessas condicionantes. Para isso iremos buscar identificar as categorias que irão surgir a posteriori a partir dos dados coletados nas entrevistas e observação direta.

**Destrecho Primário:**

Estima-se que essa pesquisa se configura, por sua relevância para a Comunidade escolar, pois se pretende analisar a prática que os educadores do campo mantêm com o meio ambiente. Assim, consideramos que uma etapa importante para a conservação da biodiversidade é compreender a percepção ambiental dos educadores que compõe a Comunidade escolar. Além disso, esta pesquisa sobre percepção ambiental com educadores do campo será o primeiro estudo a ser realizado na Comunidade Cristolândia no município de Humaitá-AM referente a essa temática. Como benefícios, espera-se que esta pesquisa auxilie na tomada de decisões perante as ações em relação ao meio ambiente, tornando-se diretamente fundamental para que os problemas ambientais sejam evidenciados e que as ações públicas municipais sejam tomadas para que haja melhoria na condição de vida dos moradores. A mesma poderá promover reflexões e debates sobre as questões ambientais vivenciadas pela comunidade local e servirá de subsídios para as secretarias Municipal e Estadual de Educação locais (SEMED e SEDUC) para criação de projetos e elaboração de propostas curriculares voltadas para as escolas do campo, relacionadas com o meio ambiente (sustentabilidade), bem como para nortear outras pesquisas científicas referentes a esse estudo.

**Destrecho Secundário:**

Servirá para a ampliação de conhecimento dos membros da comunidade escolar em relação aos possíveis problemas que forem identificados na mesma.

Tamanho da Amostra no Brasil: 09

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

**Título: EDUCADORES DO CAMPO: PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE EDUCADORES E SUAS INFLUÊNCIAS NO PROCESSO EDUCACIONAL**

**Mestranda: Albanice de Souza Ramos**

**Orientador: Prof. Dr. Renato Abreu Lima**

Nesta pesquisa a proposta é de analisar a percepção ambiental de educadores do campo e suas influências no processo educacional, na Comunidade Cristolândia, Humaitá-AM. Será realizada

Endereço: Rua Teresina, 405

Bairro: Adilandópolis

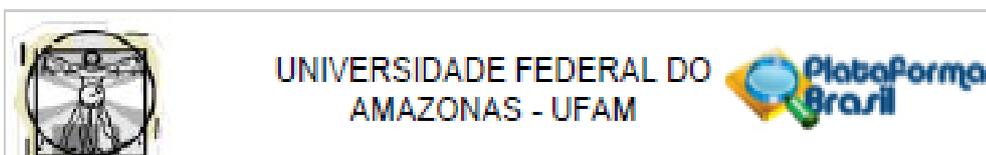
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (02)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.067.779

com os educadores de uma escola rural da rede municipal de Humaitá Amazonas, Escola Municipal Antonieta Atalide II, localizada na comunidade de Cristolândia, km-55, BR/319. A metodologia aplicada neste estudo busca fornecer os instrumentos necessários para uma pesquisa de campo em uma abordagem qualitativa. Considerando a natureza da investigação desta pesquisa opta-se pela gravação das entrevistas em áudio, visto que é uma técnica eficaz para uma melhor compreensão dos dados coletados. As entrevistas serão realizadas mediante a autorização dos participantes. Outro instrumento utilizado nesta pesquisa será a observação direta que é o tipo de investigação onde serve, sobretudo para a construção da etapa descritiva onde o objetivo desta é dar sentido a fundamentação do objeto de estudo. O método que se propôs neste estudo, será o método materialismo histórico dialético, utilizado por Marx e Engels para explicar o mundo a partir da evolução da humanidade. Para a realização das análises dos dados coletados iremos utilizar a técnica da análise de discurso que serão identificadas a posteriori. Assim os indivíduos selecionados para esta pesquisa atendem aos objetivos e critérios propostos para o estudo. Contudo, a análise dos dados coletados será realizada mediante a transcrição das entrevistas que serão descritas na íntegra, sem nenhum corte, correções ou interpretações.

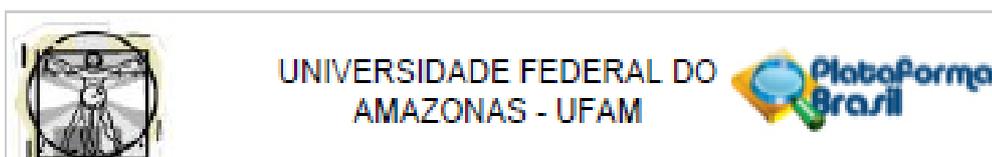
Assim, concemente ao Protocolo PB registra-sena documentação obrigatória, adequações e pendências do tipo:

- a) FOLHA DE ROSTO: APRESENTADA E ADEQUADA
- b) TERMO DE ANUÊNCIA: APRESENTADOS E ADEQUADOS
- c) PROJETO DE PESQUISA BÁSICO: APRESENTADO E ADEQUADO
- d) RISCOS: APRESENTADOS E ADEQUADOS
- e) BENEFÍCIOS: APRESENTADOS E ADEQUADOS
- f) CRITÉRIOS DE INCLUSÃO: APRESENTADOS E ADEQUADOS
- g) CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO: APRESENTADOS E ADEQUADOS
- h) TCLE: APRESENTADO E ADEQUADO
- i) INSTRUMENTO DA PESQUISA: APRESENTADO E ADEQUADO
- j) CRONOGRAMA: APRESENTADO E ADEQUADO
- k) ORÇAMENTO: APRESENTADO E ADEQUADO

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, somos de parecer pela APROVAÇÃO do projeto, pois o pesquisador cumpriu integralmente com as determinações da Resolução 466/12 no que concerne aos termos de apresentação obrigatória, acima mencionados. Este Comitê se fundamenta pela Resolução 466/12,

Endereço: Rua Teresina, 405	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (02)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.067.779

Resolução 510 e Norma Operacional 001/CNS para emitir parecer sobre os aspectos éticos nos protocolos de pesquisa submetidos na Plataforma Brasil.

É o parecer

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1216879.pdf	24/11/2018 17:27:55		Acelto
Outros	Termo_de_entrevista_do_professor.pdf	24/11/2018 17:22:45	ALBANICE DE SOUZA RAMOS	Acelto
Outros	Autorizacao_para_uso_de_Imagens_e_audio.pdf	24/11/2018 00:54:13	ALBANICE DE SOUZA RAMOS	Acelto
Outros	autorizacao_da_secretaria_de_educacao_semed.pdf	24/11/2018 00:51:14	ALBANICE DE SOUZA RAMOS	Acelto
Outros	Termo_de_anuencia_da_comunidade.pdf	23/11/2018 19:18:58	ALBANICE DE SOUZA RAMOS	Acelto
Outros	Termo_de_anuencia_da_escola.pdf	23/11/2018 19:15:02	ALBANICE DE SOUZA RAMOS	Acelto
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCE.pdf	23/11/2018 19:10:58	ALBANICE DE SOUZA RAMOS	Acelto
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	23/11/2018 17:45:37	ALBANICE DE SOUZA RAMOS	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa.pdf	18/09/2018 10:31:56	ALBANICE DE SOUZA RAMOS	Acelto
Outros	Curriculum_Lattes.pdf	18/09/2018 10:01:07	ALBANICE DE SOUZA RAMOS	Acelto
Outros	Rg_e_cpf.PDF	18/09/2018 09:58:09	ALBANICE DE SOUZA RAMOS	Acelto
Outros	Foto.jpg	18/09/2018 09:57:11	ALBANICE DE SOUZA RAMOS	Acelto
Orçamento	Orcamento_de_execucao_da_pesquisa.pdf	18/09/2018 09:53:41	ALBANICE DE SOUZA RAMOS	Acelto
Cronograma	Cronograma_de_atividades.pdf	18/09/2018 09:52:51	ALBANICE DE SOUZA RAMOS	Acelto
Outros	Roteiro_para_entrevista.pdf	18/09/2018 09:00:28	ALBANICE DE SOUZA RAMOS	Acelto

Endereço: Rua Teresina, 405

Bairro: Adianópolis

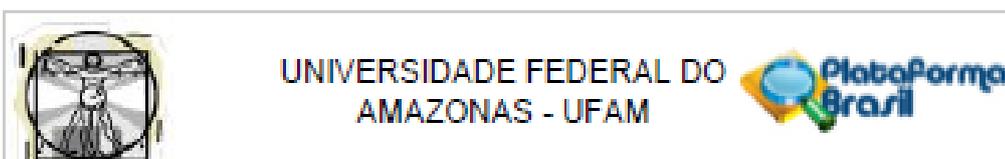
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (02)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.067.779

Outros	Declaracao_de_matricula.pdf	18/09/2018 00:45:06	ALBANICE DE SOUZA RAMOS	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.pdf	17/09/2018 23:15:55	ALBANICE DE SOUZA RAMOS	Acelto

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MANAUS, 09 de Dezembro de 2018

Assinado por:

**Eliana Maria Pereira da Fonseca**  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adlanópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (62)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com

## APÊNDICE

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Federal do Amazonas  
Campus Vale do Rio Madeira  
Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar da pesquisa intitulada **EDUCADORES DO CAMPO: PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE EDUCADORES E SUAS INFLUÊNCIAS NO PROCESSO EDUCACIONAL** a qual é de responsabilidade da pesquisadora, Albanice de Souza Ramos, End.: Rua: Dom Bosco, Nº 2055, Bairro: Nova Esperança, tel: (97) 981228105-[albanice\\_ramos25@gmail.com](mailto:albanice_ramos25@gmail.com) e orientação do Prof. Dr. Renato Abreu Lima, Endereço: Rua: 23 de Outubro, Nº 978, Bairro: Novo Centenário, tel: (69) 992885227-[renatoabreu07@hotmail.com](mailto:renatoabreu07@hotmail.com) e co-orientação da Prof. Dra. Eulina Maria Leite Nogueira, End.: Rua: 29 de Agosto, nº 786, tel: (92) 982130411- [eulinanog@hotmail.com](mailto:eulinanog@hotmail.com).

Assim, como proposta de nortear essa pesquisa estão elencadas as seguintes questões norteadoras: Os educadores do campo possuem uma percepção ambiental voltada para a preservação e uso dos recursos naturais de forma sustentável? Os conhecimentos produzidos na escola podem contribuir para a formação de uma atitude mais responsável com o uso dos recursos naturais?

Esta pesquisa tem como Objetivo Geral "Analisar a Percepção Ambiental de Educadores do Campo e Suas Influências no Processo Educacional, na Comunidade Cristolândia, Humaitá-AM", a mesma será realizada em uma escola da área rural do Município de Humaitá Amazonas, situada na BR-319, km 55.

Para atender ao objetivo geral, elencam-se os seguintes objetivos específicos: Traçar o perfil dos educadores do campo na escola Antonieta Ataíde II; Compreender como os educadores do campo trabalham os conteúdos sobre meio ambiente na escola; Verificar a percepção ambiental que os educadores do campo apresentam sobre meio ambiente e uso dos recursos naturais e Identificar as ações de ensino desenvolvidas pelos professores em relação a preservação do meio ambiente.

Destacamos que essa pesquisa se configura, por sua relevância para a Comunidade escolar, pois se pretende analisar a práxis que os educadores do campo mantêm com o meio ambiente. Assim, consideramos que uma etapa importante para a conservação da biodiversidade é compreender a percepção ambiental dos educadores que compõe a Comunidade escolar.



Além disso, esta pesquisa sobre percepção ambiental com educadores do campo será o primeiro estudo a ser realizado na Comunidade Cristolândia no município de Humaitá-AM referente a essa temática. Como benefícios, espera-se que esta pesquisa auxilie na tomada de decisões perante as ações em relação ao meio ambiente, tornando-se diretamente fundamental para que os problemas ambientais sejam evidenciados e que as ações públicas municipais sejam tomadas para que haja melhoria na condição de vida dos moradores. A mesma poderá promover reflexões e debates sobre as questões ambientais vivenciadas pela comunidade local e servirá de subsídios para as Secretarias Municipal e Estadual de Educação locais (SEMED e SEDUC) para criação de projetos e elaboração de propostas curriculares voltadas para as escolas do campo, relacionadas com o meio ambiente e sustentabilidade, bem como para nortear outras pesquisas científicas referentes a esse estudo.

Sua participação será voluntária e se dará por meio de entrevistas semiestruturadas as quais irão permitir obter as informações sobre o perfil socioeconômico dos educadores, bem como sobre sua percepção ambiental e suas influências no processo educacional.

O (a) participante selecionado é maior de idade e atua na escola Antonieta Ataíde II, o mesmo tem garantia de plena liberdade na pesquisa, podendo recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer momento, sem penalização alguma. Nesse sentido, há garantia de sigilo e privacidade dos participantes durante todas as fases da pesquisa. O (a) participante receberá uma via do termo de consentimento Livre e esclarecido. Sua participação não implica em nenhum direito, remuneração ou qualquer benefício em troca, pois a participação é de livre vontade do participante.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: O (a) Sr. (a) responderá ao formulário de entrevista às perguntas de forma simplificada sobre o tema tratado anexo a este termo de consentimento. As entrevistas serão realizadas sempre em local e horário previamente marcado, de forma que não atrapalhe suas atividades e possibilite o desenvolvimento sem interrupções frequentes. O diálogo será gravado para obtenção de dados importantes para uma melhor compreensão e análise, sendo que o (a) participante tem o direito de permitir ou não a gravação.

Não haverá prejuízos legais, mas considerando que todas as pesquisas com seres humanos envolvem riscos, nesta pesquisa os riscos decorrentes de sua participação são possíveis desconfortos da entrevista quanto a dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual, não se sentir à vontade para responder qualquer pergunta; sentir-



Universidade Federal do Amazonas  
Campus Vale do Rio Madeira  
Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais



se agredido com algumas perguntas que possam de algum modo trazer a memória fatos desagradáveis ao participante; sentir-se invadido em sua privacidade e sentir-se constrangido pela presença de gravador e máquina fotográfica. Nesse caso, algumas medidas serão adotadas para minimiza-los: garantir um local reservado para que o entrevistado não se sinta constrangido em responder as questões; atentar para possíveis sinais de desconforto por parte do entrevistado; garantir a confidencialidade e privacidade de que as informações não serão utilizadas em prejuízo dos entrevistados; garantir que a entrevista será suspensa de imediato caso perceber quaisquer riscos para o entrevistado. Caso você venha a sofrer tais danos, a responsável por esta pesquisa irá ressaci-lo (a) de todo dano causado em decorrência da pesquisa, ou seja, prestará assistência integral e o acompanhamento que for necessário para atender as complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente ocasionados pela pesquisa.

Ao participar desta pesquisa o (a) Sr. (a) não terá nenhum benefício direto. O (a) Sr. (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar. Caso aceite participar, estará contribuindo com informações que poderão ser úteis para este estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável na secretaria de pós-graduação do Campus da UFAM/HUMAITÁ e a outra será fornecida ao Sr. (a). A pesquisadora tratará sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (resolução nº 466/12 do conselho nacional de saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos, qualquer potencial econômico identificado durante a sua realização só poderá ser explorado a partir da celebração de um novo termo de anuência.

Em relação a qualquer outra dúvida, o respondente pode entrar em contato com o comitê de ética em pesquisa - CEP/UFAM, na rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus – AM Telefone (92) 3305-5130.



Universidade Federal do Amazonas  
Campus Vale do Rio Madeira  
Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais



### Consentimento Pós Informação,

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade \_\_\_\_\_ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **“EDUCADORES DO CAMPO: PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE EDUCADORES E SUAS INFLUÊNCIAS NO PROCESSO EDUCACIONAL”** de maneira clara e detalhada esclareci minhas dúvidas sei que qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) participante da Pesquisa



Impressão dactiloscópica do participante, caso necessário

\_\_\_\_\_  
Albanice de Souza Ramos  
Assinatura da pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Renato Abreu Lima  
Assinatura do Orientador

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr.ª Eulina Maria Leite Nogueira  
Assinatura da Co-orientadora

## APÊNDICE B – TERMO DE ANUÊNCIA DA ESCOLA PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA NA ESCOLA MUNICIPAL RURAL ANTONIETA ATAÍDE II



ESTADO DO AMAZONAS  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE HUMAITÁ  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 ESCOLA MUNICIPAL RURAL ANTONIETA ATAÍDE II  
 CRISTOLÂNDIA – AMAZONAS  
 ENDEREÇO: BR 319 KM 55 HUMAITÁ/PORTO VELHO  
 ATO DE CRIAÇÃO – DECRETO N.º 033/96 DE 25/10/1996



### TERMO DE ANUÊNCIA DA ESCOLA

Eu Antonio Valmir dos Santos gestor da escola Municipal Antonieta Ataíde II, após ter apreciado a justificativa e objetivos do projeto de pesquisa intitulado: **EDUCADORES DO CAMPO: PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE EDUCADORES E SUAS INFLUÊNCIAS NO PROCESSO EDUCACIONAL**, apresentando como objetivo geral: Analisar a percepção ambiental de educadores do campo e suas influências no processo educacional, e como proposta de atender ao objetivo geral, elencam-se os seguintes objetivos específicos: Traçar o perfil dos educadores do campo na escola Antonieta Ataíde II; Compreender como os educadores do campo trabalham os conteúdos sobre meio ambiente na escola; Verificar a percepção ambiental que os educadores do campo apresentam sobre meio ambiente e uso dos recursos naturais e Identificar as ações de ensino desenvolvidas pelos professores em relação a preservação do meio ambiente, sob responsabilidade da pesquisadora Albanice de Souza Ramos, mestranda do programa de pós graduação em Ciências Ambientais- UFAM, venho por meio deste termo autorizar o desenvolvimento desta pesquisa na referida escola, situada na Comunidade Cristolândia, BR-319, km 55, que se justifica para ampliar o avanço das pesquisas sobre as questões ambientais e por compreender que a mesma será relevante para as Secretarias Municipal e Estadual de Educação locais (SEMED e SEDUC) para criação de projetos e elaboração de propostas curriculares voltadas para atender as necessidades das escolas do campo referente as questões ambientais, bem como preservação, conservação, sustentabilidade entre outros.

Os resultados obtidos nesta pesquisa serão exclusivamente para fins acadêmico e científicos. Será mantido completo sigilo sobre os nomes dos entrevistados e as imagens não serão utilizadas para fins comerciais.

Assim, declaro que a mestranda está autorizada a realizar esta pesquisa nesta instituição de ensino.

Antônio Valmir dos Santos  
 Diretor de Ensino Local  
 Local para assinatura de gestor(a) da escola

## APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA



Universidade Federal do Amazonas  
Campus Vale do Rio Madeira  
Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais



### ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS EDUCADORES DA ESCOLA ANTONIETA ATAÍDE II

Autoria: Albanice de Souza Ramos, UFAM-2018

#### BLOCO I- PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS EDUCADORES

1. Cidade: \_\_\_\_\_
2. Data: \_\_\_\_\_
3. Idade: \_\_\_\_\_
4. Gênero: Masc. ( ) Fem. ( )
5. Grau de escolaridade/Formação: \_\_\_\_\_
6. Tempo de atuação na área do ensino: \_\_\_\_\_
7. Carga Horária: 20 ( ) h      40 ( )h      60 ( )h
8. Regime de trabalho: Efetivo ( )      Temporário ( )

#### BLOCO II- PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS EDUCADORES

1. O que você entende por meio ambiente?

---



---



---



---



---



---



---

2. Como se dá a sua relação com a natureza?

---



---



---



---



---



---



---



Universidade Federal do Amazonas  
Campus Vale do Rio Madeira  
Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais



3. Você relaciona o meio ambiente durante suas aulas? Se sim, de que forma?

---

---

---

---

---

---

---

---

4. Você participa ou já participou de algum programa relacionado à proteção ambiental?  
Quais?

---

---

---

---

---

---

---

---

5. Em sua opinião, qual seria o papel da escola em relação ao meio ambiente?

---

---

---

---

---

---

---

---

6. Como a destruição da natureza pode afetar a sua vida? Justifique.

---

---

---

---

---

---

---

---



Universidade Federal do Amazonas  
Campus Vale do Rio Madeira  
Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais



7. Você encontra algumas dificuldades para desenvolver atividades em sala de aula referentes ao meio ambiente? Quais?

---

---

---

---

---

---

---

---

8. As atividades desenvolvidas na escola estão voltadas para a preservação e uso dos recursos naturais sustentáveis?

---

---

---

---

---

---

---

---

9. O que você considera como problema ambiental?

---

---

---

---

---

---

---

---

10. O que você entende por desenvolvimento sustentável?

---

---

---

---

---

---

---

---



Universidade Federal do Amazonas  
Campus Vale do Rio Madeira  
Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais



15. Em sua opinião você concorda que a escola é importante para desenvolver ações de educação ambiental?

---

---

---

---

---

---

---

---

16. Em sua percepção, existe algum tipo de problema ambiental predominante em sua comunidade? Quais? Comente.

---

---

---

---

---

---

---

---